

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Mulheres rurais e TIC: apropriações, conectividade e acesso a direitos na Zona da Mata de Minas Gerais

Jonathan Fagundes da Silva
Doctor Scientiae

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026

JONATHAN FAGUNDES DA SILVA

Mulheres rurais e TIC: apropriações, conectividade e acesso a direitos na Zona da Mata de Minas Gerais

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Ivonete da Silva Lopes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586m
2026
Silva, Jonathan Fagundes da, 1994-
Mulheres rurais e TIC: apropriações, conectividade e acesso
a direitos na Zona da Mata de Minas Gerais / Jonathan Fagundes
da Silva. – Viçosa, MG, 2026.

1 tese eletrônica (168 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Ivonete da Silva Lopes.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2026.

Referências bibliográficas: f. 149-158.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.202>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Mulheres do campo - Viçosa (MG). 2. Mulheres no
desenvolvimento da comunidade - Viçosa (MG).
3. Interseccionalidade (Sociologia). 4. Apropriação cultural.
5. Comunicação no desenvolvimento rural. 6. Conectividade
(Computadores). I. Lopes, Ivonete da Silva, 1972-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.
III. Título.

CDD 22. ed. 305.42098151

JONATHAN FAGUNDES DA SILVA

Mulheres rurais e TIC: apropriações, conectividade e acesso a direitos na Zona da Mata de Minas Gerais

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 13 de março de 2026.

Assentimento:

Jonathan Fagundes da Silva
Autor

Ivonete da Silva Lopes
Orientadora

Essa tese foi assinada digitalmente pelo autor em 20/05/2026 às 14:35:58 e pela orientadora em 20/05/2026 às 14:43:12. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **LDNO.I1Z3.PADF** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho à toda minha família, especialmente à minha esposa Thiane e aos meus filhos, Daniel e Tomás. À minha mãe Lucimar e aos meus irmãos Lucas e Matheus.

AGRADECIMENTOS

A beleza da travessia não está apenas na chegada ao destino almejado, mas em todo o caminho percorrido. Durante estes três anos de doutorado, não estive sozinho. Agradeço a Deus por todo amparo, por cuidar dos meus sonhos e sustentar cada passo.

À minha família, sou grato por todo amor e dedicação. Thaiane, minha amada esposa, tornou-se leitora e crítica dos meus escritos, motivando-me nos dias difíceis e não soltando minha mão quando pensei em desistir. Durante essa caminhada fomos agraciados com Daniel e Tomás, que muitas vezes não compreendiam por que o papai passava horas lendo, escrevendo e falando sobre análises pela casa. Este trabalho é para vocês.

Agradeço aos meus pais, especialmente à minha mãe Lucimar, por sua dedicação, apoio e inspiração ao longo dessa jornada. Seu exemplo de força e resiliência me faz acreditar que o impossível não existe para quem tem fé. Aos meus irmãos, Lucas e Matheus, pelo apoio incondicional e por acreditarem em mim. Agora somos três doutores na família. Que nosso exemplo inspire nossos filhos e sobrinhos a acreditarem no poder transformador da educação.

À família Fagundes, pelo incentivo constante, especialmente às minhas tias Maria da Penha, Nazaré Aparecida, Sonia Maria, Maria de Lourdes, Neusa Imaculada, Claudilene Terezinha e Vívian Cristina, que foram fonte de inspiração para esta tese. Agradeço também ao meu padrinho Branco e à minha madrinha Érika, por cuidarem de mim e dos meus sonhos.

De modo especial, agradeço à minha orientadora, professora Ivonete da Silva Lopes, pelo acolhimento e apoio durante toda minha trajetória no mestrado e doutorado. Aos integrantes do grupo Meios, por todo aprendizado compartilhado ao longo desse período.

Aos amigos que permaneceram e aos que chegaram nestes últimos anos, meu muito obrigado. Agradeço aos amigos da Panelinha, do ASC, JSC, do Grupo de Oração Santo Antônio, da RCC Viçosa e tantos outros que torcem por mim. Obrigado também pelas caminhadas, corridas e treinos que aliviaram minha ansiedade durante esse percurso.

Agradeço ao Lael Rodrigues, pela parceria construída a partir da disciplina “Ciência, Tecnologia e Educação”, ministrada pela professora Silvana Claudia Santos, e que se estendeu para inúmeras trocas e cafés em dias nublados.

Agradeço aos estudantes que tive a oportunidade de encontrar em 2022, enquanto professor substituto do curso de Jornalismo da UFV, especialmente das turmas COM 18 a COM 24, que marcaram um período muito especial da minha vida. Agradeço também à professora Kátia Fraga

pela amizade e aos estudantes do Cooperativismo e do Agronegócio pelas experiências compartilhadas nas monitorias.

Minha gratidão às instituições que possibilitaram a realização deste trabalho: ao DER e ao PPGER, pela estrutura oferecida; aos professores Marcelo Romarco e Nathalia Cosmo; aos técnicos Romildo Rezende e Larissa Netto; à PEC/UFV e à Emater, especialmente a Fabrício de Sales e Raphaela Pinheiro; e à TV Viçosa e Rádio Universitária, junto aos seus técnicos e estagiários.

Agradeço profundamente às avaliadoras Daniela Leal, Graciela Lacerda, Kátia Fraga, Nathália Cosmo, Silvana Claudia e Pâmela Pinto, bem como ao avaliador André Pasti, pelas leituras e contribuições ao longo desta trajetória.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

“Caro Pai, como é bom ter por que se orgulhar
A vida pode passar, não estou sozinho
Eu sei se eu tiver fé eu volto até a sonhar
Livre pra poder sorrir, sim
Livre pra poder buscar o meu lugar ao sol”
- Lugar ao sol, Charlie Brown Jr.

RESUMO

SILVA, Jonathan Fagundes da, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2026. **Mulheres rurais e TIC: apropriações, conectividade e acesso a direitos na Zona da Mata de Minas Gerais**. Orientadora: Ivonete da Silva Lopes.

Esta tese teve como objetivo analisar de que forma os marcadores sociais se articulam e influenciam no acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) por mulheres rurais da microrregião de Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais, e como restringem o acesso a direitos fundamentais (saúde, educação, comunicação, entre outros). Para produção dos dados, foi adotada uma metodologia mista combinando instrumentos quantitativos e qualitativos. Foram aplicados 163 questionários junto às interlocutoras, durante a 11ª Semana da Mulher Rural, evento que integrou a 94ª Semana do Fazendeiro, promovida pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Também foi realizado um grupo focal com cinco agricultoras e foram realizadas entrevistas em profundidade com sete participantes. O referencial teórico foi estruturado sob o conceito de Gênero, Interseccionalidade, Apropriação de tecnologias digitais, Conectividade Significativa e Direito à Comunicação. Entre os resultados, destaca-se que as interlocutoras vivenciam um contexto de intensa desigualdade digital, sendo que as mulheres negras (66,8%) compõem o grupo mais afetado. Elas apresentaram dificuldades para contratação de um plano de internet de qualidade e utilizam predominantemente o telefone celular. A conectividade significativa das interlocutoras é baixa, sendo o acesso à internet básico e limitado. Contudo, o uso que elas fazem das TIC se estende às produções agrícolas e à comercialização dos produtos, seja em feiras livres ou na internet. Observou-se que as mulheres rurais vivenciam uma intensa desigualdade digital, marcada pela desconexão e dependência do auxílio de amigos, familiares ou extensionistas rurais para acessar direitos, plataformas digitais governamentais e políticas públicas.

Palavras-chave: MULHERES RURAIS; INTERSECCIONALIDADE; APROPRIAÇÃO; DIREITO À COMUNICAÇÃO; CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA

ABSTRACT

SILVA, Jonathan Fagundes da, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2026. **Rural women and ICT: appropriations, connectivity, and access to rights in the Zona da Mata of Minas Gerais.** Adviser: Ivonete da Silva Lopes.

This thesis aimed to analyze how social markers are articulated and influence access to information and communication by rural women in the microregion of Viçosa, in the Zona da Mata of Minas Gerais, and whether these markers restrict access to fundamental rights (health, education, communication, among others). To produce the data, a mixed-methods approach was adopted, combining quantitative and qualitative instruments. A total of 163 questionnaires were administered to the participants during the 11th Rural Women's Week, an event integrated into the 94th Farmers' Week, promoted by the Federal University of Viçosa (UFV). In addition, one focus group with five women farmers was conducted, and in-depth interviews were carried out with seven participants. The theoretical framework was structured around the concepts of Gender, Intersectionality, Appropriation of digital technologies, Meaningful Connectivity, and the Right to Communication. Among the results, it stands out that the interlocutors experience a context of intense digital inequality, with Black women (66.8%) comprising the most affected group. They reported difficulties in contracting a high-quality internet plan and predominantly use mobile phones. The interlocutors' meaningful connectivity is low, with basic and limited internet access. Nevertheless, their use of ICT extends to agricultural production and product marketing, whether at open-air markets or online. It was observed that rural women experience intense digital inequality, marked by disconnection and dependence on the assistance of friends, family or rural extension agents to access rights, government digital platforms, and public policies.

Keywords: RURAL WOMEN; INTERSECTIONALITY; APPROPRIATION; RIGHT TO COMMUNICATION; MEANINGFUL CONNECTIVITY

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
Aplicação de questionários e o perfil das participantes	17
A dinâmica do grupo focal e a participação das mulheres rurais	24
As entrevistas em profundidade	27
Estrutura da tese	28
CAPÍTULO 1 – MULHERES RURAIS E INTERSECCIONALIDADE	29
1.1 – Mulheres rurais e as desigualdades socioeconômicas	30
1.2 – Mulheres rurais e TIC na plataforma Scopus	38
1.3 – Mulheres rurais e TIC na plataforma Latindex	46
1.3 Mulheres rurais e TIC nas publicações da Revista Intercom e da Revista Estudos Feministas	50
CAPÍTULO 2 – TECNOLOGIA, TECNOLOGIAS DIGITAIS E APROPRIAÇÃO	56
2.1 – Um olhar sobre a tecnologia e sua relação com o meio rural	57
2.2 – A apropriação das tecnologias digitais	62
2.3 – As vivências das mulheres rurais com as inovações tecnológicas	67
2.4 – As experiências das mulheres rurais com as TIC	74
CAPÍTULO 3 – MULHERES RURAIS E CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA	85
3.1 Delineando a conectividade significativa	85
3.2 Conexão à internet e acessibilidade econômica	91
3.3 Tecnologia - dispositivos apropriados para conexão	104
3.4 Regularidade de acesso às TIC	111
CAPÍTULO 4 - “QUEM NÃO ‘TÁ’ NA INTERNET, NÃO ESTÁ NO CPF”	116
4.1 Direito à Comunicação	116
4.2 Plataformização e acesso mediado aos serviços públicos	126
4.3 Estar no mundo digital	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	149
APÊNDICE	159

INTRODUÇÃO

A relação das mulheres rurais com as tecnologias da informação e comunicação (TIC)¹ é marcada por ambivalências. Se, por um lado, o acesso e o uso dessas tecnologias podem reproduzir desigualdades e produzir novas vulnerabilidades e violências, por outro, as TIC ampliam canais de comunicação e sociabilidade, atenuam o isolamento, abrem oportunidades de inserção produtiva — com destaque para a comercialização online —, potencializam a participação política e social e podem operar como recurso de proteção, ao facilitar o acesso a serviços e a mecanismos digitais de denúncia (Rotondi *et al.*, 2020; Telles *et al.*, 2021; James, 2023; Lopes; Leal, 2024).. Nesse cenário, reconhecer a centralidade do acesso à internet como um direito humano — conforme estabelecido pela Declaração Conjunta Sobre Liberdade de Expressão e Internet (OEA, 2011) — é fundamental para compreender as barreiras enfrentadas por essas mulheres e os caminhos construídos por elas para se manterem conectadas, politicamente ativas e culturalmente enraizadas.

O Brasil é signatário dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e chegou a traçar metas para aumentar o uso das TIC e promover o empoderamento das mulheres². Dentre essas metas, está garantir o acesso, habilidades de uso e produção das TIC considerando as intersecções, especialmente para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2019). Apesar de reconhecer as desvantagens em relação às TIC, que articulam raça, gênero e território, o país ainda não desenvolveu nenhuma política específica para minimizar essa desigualdade.

¹Nesta pesquisa, optou-se pela utilização do termo “TIC”, em detrimento de “Tecnologias Digitais” ou “Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC)”. A escolha se dá pela consolidação do conceito de TIC nos campos da Comunicação e da Ciências Sociais, bem como, pela sua adoção em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e por sua maior difusão entre estudos acadêmicos. A expressão “TIC” é mais abrangente e se refere a recursos analógicos ou digitais, enquanto “TDIC” dá ênfase à dimensão digital; e “tecnologias digitais” está atrelada a recursos baseados em códigos digitais.

² Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, o OD5 no Brasil conta com as metas: 5.b.1 “Garantir a igualdade de gênero no acesso, habilidades de uso e produção das tecnologias de informação e comunicação, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial”; 5.b.2 “Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção do conhecimento científico em todas as áreas do conhecimento e promover a perspectiva de gênero na produção do conhecimento, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas. 5.b.3 “Garantir a igualdade de gênero no acesso e produção da informação, conteúdos de comunicação e mídias, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas”. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html#coll_5_8. Acesso em: 16 de junho de 2025.

O país ensaiou o desenvolvimento de uma política de inclusão digital, que teve início em 2010, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011; 2023-2026) publicou o decreto nº 7.175/2010³, que versa sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), com o objetivo de universalizar o acesso à internet por meio da empresa estatal Telebras (Telecomunicações Brasileiras S.A.). Entretanto, a partir da gestão de Michel Temer (2016-2018), a Telebras perdeu força na execução do PNBL sem conseguir alcançar as metas propostas. Através de parcerias público-privadas, o Governo Federal passou a contar com empresas privadas (Oi, Algar, Telefônica e Sercomtel) na tarefa de ampliar o acesso à banda larga (Anatel, 2020).

Nos últimos anos, o acesso à internet também se tornou ainda mais essencial durante a pandemia de Covid-19 (2020-2023), quando ficou evidente a exclusão digital existente em diversas áreas rurais do Brasil, na América Latina e no mundo (Poggi; Neubauer, 2021; James, 2023). A ineficiência de uma política pública focada na inclusão digital, com conectividade plena e acessível para os brasileiros, ficou escancarada durante a pandemia - na gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Nesse período, o acesso à internet, em especial, e às TIC, de modo geral, foi fundamental para atividades de trabalho, obtenção de informações de saúde, acesso ao auxílio emergencial⁴, elaboração de protocolos de saúde, entre outras (Telles *et al.*, 2021; Lopes; Cardoso; Leal, 2022).

O Comitê Gestor de Internet no Brasil - CGI.br (2025), na TIC Domicílios - 2024⁵ registrou aumento no número de usuários de internet durante a pandemia e, após este período, já foram contabilizados 159 milhões de brasileiros, com idade acima de 10 anos, conectados. Em média 83% dos domicílios possuem acesso à internet, sendo que o número de usuários na área urbana é de 86%, já na área rural o percentual é inferior (76%). De fato, ao compararmos os dados recentes com a primeira edição da pesquisa realizada pelo CGI.br, em 2005, quando foram contabilizados cerca de 35 milhões de pessoas conectadas, houve um aumento de 124 milhões de usuários em 17 anos. Entretanto, é necessário problematizar esse aumento em áreas rurais, já que o acesso é

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7175.htm. Acesso em 05 de junho de 2025.

⁴ O auxílio emergencial foi um programa emergencial criado em 2020 pelo Governo Federal, como forma de dar suporte a trabalhadores e pessoas em situação de vulnerabilidade social que foram afetados pela crise gerada pela pandemia.

⁵ Publicada em 2025, com análise de dados coletados em 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf. Acesso: 10 de maio de 2025.

restrito, a qualidade não é adequada e os prestadores de serviços cobram valores altos (Lopes; Cardoso; Leal, 2022).

A PNAD Contínua 2023 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual) registrou a utilização da internet em 92,5% dos domicílios brasileiros. Na área urbana, a internet foi utilizada em 94,1% dos domicílios, enquanto na área rural em 81%. Em Minas Gerais, a utilização ocorreu em 92,8% dos domicílios, pouco acima da média nacional. O estado conta com 853 municípios e possui densidade demográfica de 35,02 hab/km², refletindo sua grande extensão territorial e predominância de características rurais (IBGE, 2022).

Acessar à internet nem sempre é uma tarefa fácil. Na Zona da Mata de Minas Gerais, por exemplo, um grupo de mulheres quilombolas precisou se organizar durante a pandemia para que o sinal de internet chegasse à comunidade quilombola porque nem todas as prestadoras de serviço de internet cobriam o território, localizado na área rural do município de Viçosa. Ressalta-se que coube às mulheres a função de mobilizar e criar estratégias para minimizar a desconexão através do compartilhamento do sinal de internet *Wi-fi* e dados móveis, porque o custo é alto e a internet era necessária para realizar atividades escolares, comerciais e acessar o pagamento do auxílio emergencial concedido no período (Lopes; Cardoso; Leal, 2022).

Nos últimos anos, pesquisadoras e pesquisadores do grupo de pesquisa Meios – Comunicação, Relações Raciais e Gênero, do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), têm se empenhado em estudar como as mulheres rurais se relacionam com as TIC, especialmente na Zona da Mata de Minas Gerais, uma das regiões mais heterogêneas do estado. A região conta com atividades voltadas à agropecuária, como a cafeeicultura, e possui uma estrutura fundiária menos concentrada. Além disso, a região apresenta relevo acidentado, com densa cobertura florestal e está inscrita no bioma Mata Atlântica. Possui ainda um número considerável de municípios com menos de 10 mil habitantes, com fluxo constante entre campo e cidade, especialmente para atividades educacionais (Faria; Fiúza; Rodrigues, 2022).

A pesquisa desenvolvida emerge das diversas ações desenvolvidas pelo grupo Meios, cujos trabalhos têm evidenciado a falta de acesso à internet e aos diferentes tipos de direitos; os efeitos da exclusão digital em territórios rurais e quilombolas; as mobilizações e articulações das mulheres para superar a desconexão; a discriminação digital; e acesso às redes sociais, apesar da baixa literacia digital (Lopes; Cardoso; Leal, 2022; Cardoso, 2023; Leal, 2023; Lopes; Leal, 2024). Neste sentido, esta pesquisa

exploratória visa compreender o acesso às TIC como um direito das mulheres rurais, capaz de possibilitar o acesso a outros direitos e políticas públicas (saúde, educação, mercado, entre outros). Especificamente, esta tese de doutorado foi produzida com desdobramento do projeto “Mulher rural e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde em contexto pandêmico”, cujo parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV) é: 4.529.610.

Problema

De que forma os marcadores sociais da diferença (gênero, raça, renda, educação, faixa etária e outros) interagem nas vivências das mulheres rurais afetando as formas de apropriação das TIC, o acesso à Internet e o acesso a direitos?

Objetivo geral

Analisar de que forma os marcadores sociais se articulam e influenciam no acesso às TIC por mulheres rurais que residem na Zona da Mata de Minas Gerais e restringem o acesso a direitos fundamentais (saúde, educação, comunicação, entre outros).

Objetivos específicos:

- i) Investigar como as mulheres rurais se apropriam das TIC;
- ii) Verificar quais as estratégias criadas para utilização das TIC;
- iii) Analisar a conectividade significativa e as habilidades digitais das mulheres rurais quanto ao uso das TIC e acesso à Internet;
- iv) Verificar como as mulheres rurais utilizam as TIC para acesso às políticas públicas, direitos e programas governamentais.

O trabalho desenvolvido conta com a participação de mulheres rurais que residem na Zona da Mata mineira, especialmente nos municípios de Cajuri, Coimbra, Paula Cândido, Porto Firme, São Miguel do Anta, Teixeiras e Viçosa, cidade polo que é sede da UFV e dá nome à microrregião. Foram 163 respondentes ao questionário aplicado durante a 94ª Semana do Fazendeiro, realizada pela UFV, de 14 a 20 de setembro de 2024. Cinco mulheres rurais do município de Teixeiras participaram de um grupo focal, em 25 de março de 2025. Além disso, foram realizadas sete entrevistas em profundidade com mulheres rurais residentes nos municípios de interesse, nos meses de março, abril e maio de 2025. A metodologia adotada será explicada em um tópico

específico, detalhando o percurso metodológico e os instrumentos de investigação dos dados qualitativos e quantitativos.

Este trabalho se justifica devido à escassez de produções científicas que abordem a relação entre gênero, TIC e ruralidade. A revisão de literatura feita nesta pesquisa (detalhada no capítulo 1) indica que, no período de 2018 a 2023, apenas 17 trabalhos abordam essa temática. Nenhum dos trabalhos observados nas bases de dados *Scopus* e *Latindex* reflete o contexto brasileiro. Apenas um trabalho, publicado na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Intercom, em 2017, trata sobre práticas comunicacionais de mulheres rurais no Sul do Brasil. Ressalta-se também que em nenhum desses trabalhos é feita uma análise interseccional.

Destaca-se ainda a importância desta tese porque o acesso às TIC pode contribuir para garantir a equidade de gênero, incluso nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os ODS 5 versam sobre igualdade de gênero e têm como meta a inclusão digital de mulheres (acesso e desenvolvimento das competências digitais). Já os ODS 10 tratam da redução das desigualdades, tendo como uma das metas “empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra”.

Esta tese de doutorado surge da minha experiência pessoal, que perpassa a relação com as mulheres da minha família materna. Meus avós possuem uma família numerosa, formada por oito mulheres e seis homens, sendo todos criados na comunidade rural Morro do Jacá, em Paula Cândido. No que diz respeito à escolarização, poucos chegaram a concluir o ensino médio, e apenas a filha mais nova alcançou o ensino superior. Atualmente, dos 14 filhos, apenas três homens e uma mulher permanecem no meio rural.

Desde a infância, mantenho contato próximo com meus familiares, especialmente com minhas tias, que sempre se queixavam de alguma limitação para utilizar as TIC. A pouca habilidade digital aparece na hora de realizar uma videochamada ou para mandar áudio nas conversas via *WhatsApp*; também é comum dificuldades para utilizar o *Instagram*. Por ter conhecimento na área de comunicação, sou frequentemente solicitado a sanar as dúvidas das tias quanto aos usos desses recursos. Assim, minha vivência cotidiana se entrelaça à minha trajetória acadêmica na UFV, iniciada no curso de Comunicação Social – Jornalismo, com pesquisa de iniciação científica voltada ao estudo do uso do rádio e da dieta de mídia em áreas rurais,

desenvolvida no Departamento de Economia Rural. Posteriormente, no mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, quando dissertei sobre a relação da juventude rural com o telefone celular.

De certo, uma pesquisadora desenvolveria este trabalho com maior sensibilidade e primor. Contudo, enquanto pesquisador e autor desta tese, a partir das minhas vivências, desejo oferecer uma contribuição na luta em prol da redução das desigualdades que afetam o acesso a direitos e à comunicação no meio rural, sobretudo relacionado às mulheres.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A elaboração desta tese de doutorado conta com um percurso metodológico que necessita de maior detalhamento, haja vista a diversidade de instrumentos utilizados. Optou-se pela adoção de uma metodologia mista, combinando instrumentos quantitativos, para mapear o perfil das participantes e suas apropriações das TIC, e qualitativos, para observar as subjetividades presentes no processo dessas apropriações. Conforme Minayo (2002), a utilização de técnicas da pesquisa social contribui para a compreensão da realidade, neste caso, das mulheres rurais que residem em Viçosa e nos municípios limítrofes.

É importante ressaltar que se trata de uma pesquisa interacionista, por isso, os leitores devem conhecer não apenas a subjetividade das participantes, mas também, deste pesquisador, cujo tema atravessa sua trajetória de diversas formas (Silva; Pereira; Baeiro, 2021). Destaca-se assim, o compromisso ético de não expor as participantes, mas de explicitar o lugar de fala do pesquisador, como feito anteriormente. Além disso, cabe ressaltar que a análise feita ao longo da tese preza pela triangulação dos dados, que consiste na mobilização de diferentes métodos e técnicas para ampliar a compreensão do fenômeno estudado (Minayo, 2014).

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu na Zona da Mata de Minas Gerais, especificamente na microrregião de Viçosa - Minas Gerais que, segundo o IBGE (2022)⁶, é composta por 19 municípios. Além da cidade polo que dá nome à microrregião, fazem parte os municípios de: Alto Rio Doce, Amparo do Serra, Araponga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Cipotânea, Coimbra, Ervália, Lamim, Paula

⁶ Divisão Territorial Brasileira - DTB, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?edicao=36436> Acesso em: 17 de junho de 2023.

Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Miguel do Anta, Senhora de Oliveira e Teixeiras.

Para tanto, optou-se por considerar somente os municípios que fazem fronteira com Viçosa (quadro 1) que também é sede da Universidade Federal de Viçosa (UFV), onde está situado o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGER). A escolha se deu não apenas pela viabilidade financeira do estudo, mas também pela forte influência da universidade no contexto regional, já que suas ações têm reconhecimento nacional e internacional, sobretudo na questão educacional e econômica (Faria; Fiúza; Rodrigues, 2022). Destaca-se que o município de Guaraciaba faz divisa com Viçosa, porém pertence a microrregião de Ponte Nova, por isso não foi considerado neste estudo.

Quadro 1 – Características dos municípios limítrofes a Viçosa

Município	População/ nº pessoas	Cobertura 4G (urbana)	Cobertura 4G (rural)	ICR (variação de 0 a 1)
Cajuri	4.088	100%	81,54%	0,824
Coimbra	7.117	87%	50,52%	0,617
Paula Cândido	8.659	99,26%	48,87%	0,562
Porto Firme	10.569	100%	42,03%	0,352
S. Miguel do Anta	6.334	100%	69,65%	0,584
Teixeiras	12.255	100%	70,50%	0,673
Viçosa	76.430	99,99%	81,87%	0,808

Fonte: IBGE (2022); Anatel – Cobertura Móvel (referência junho, 2025); ICR Conectar Agro (2025).

Apesar desses municípios apresentarem bons números com relação à cobertura de internet, como indica a Anatel (2025), diferentes trabalhos desenvolvidos nos últimos anos (Lopes; Cardoso; Leal, 2022; Cardoso, 2023; Leal, 2023; Lopes; Leal, 2024) contrapõem a efetiva cobertura e qualidade da internet ofertadas nas áreas rurais, fato que será observado nesta pesquisa. Além disso, o Índice de Conectividade Rural – ICR, desenvolvido pela Conectar Agro, indica que a conectividade média em Minas Gerais é de 0,490. Desse modo, ao considerar aspectos como produção, indicadores sociais, ambientais e a infraestrutura das áreas rurais dos municípios, observa-se que Porto Firme (0,352) apresenta conectividade rural abaixo da média estadual, enquanto Cajuri apresenta o melhor desempenho entre os municípios listados (0,824). Conforme a Conectar Agro, o cálculo do índice varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de conectividade.

Diante desse cenário e visando alcançar os objetivos propostos, para a pesquisa quantitativa foi adotado um questionário com 50 questões distribuídas em eixos: caracterização da participante (raça, estado civil, idade, escolaridade, trabalho e renda); políticas públicas (participação em programas e acesso); comunidade e acesso à internet; conexão à internet da participante; suporte tecnológico adotado; usos e apropriações das TIC. O intuito foi verificar como as mulheres rurais se apropriam das TIC, como os diferentes marcadores sociais afetam seus usos e como acontece o acesso à internet.

No âmbito da pesquisa qualitativa, optou-se pela utilização da entrevista em profundidade, que pode ser compreendida como uma conversa entre o pesquisador e a participante com objetivos bem definidos (Minayo, 2002). Nesta etapa, foram entrevistadas sete mulheres, uma de cada município relacionado, considerando a disponibilidade das participantes. O roteiro da entrevista também foi dividido em eixos: acesso à internet; conectividade; tecnologias da informação e comunicação; gênero; trabalho e renda; educação; raça; faixa etária; exclusão digital. Foi realizado também um grupo focal com cinco mulheres rurais que residem no município de Teixeira-MG, na ocasião elas participaram de uma oficina de fotografia com o telefone celular. Todas as etapas estão conectadas e foram desenvolvidas com mulheres rurais inseridas no mesmo contexto (pertencimento à microrregião de Viçosa; participação na 94ª Semana do Fazendeiro e participação em atividades de extensão).

Aplicação de questionários e o perfil das participantes

Para o desenvolvimento da pesquisa quantitativa, optou-se por realizar a aplicação de questionários na Semana do Fazendeiro, promovida pela Universidade Federal de Viçosa⁷ (UFV), cuja 94ª edição aconteceu entre os dias 14 e 20 de setembro de 2024. A escolha se deu porque a prática da extensão rural, no Brasil, se desenvolveu largamente no século XX, sob forte influência norte-americana com a perspectiva de modernização dos países subdesenvolvidos. Um dos recursos utilizados para difusão das tecnologias, à época, foram as chamadas “Semanas Ruralistas” que, conforme Silva (2009), eram promovidas pelas secretarias de agricultura dos estados e tinham o

⁷ Conforme Silva (2009), na década de 1920 a instituição, então chamada de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), foi uma das fomentadoras do desenvolvimento da Extensão Rural no Brasil.

objetivo de promover palestras sobre temas agropecuários, promover a vacinação de animais, dentre outros.

A Semana do Fazendeiro aparece como um evento tradicional de extensão rural no âmbito nacional. Por meio da parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) e a Emater-MG, acontece a Semana da Mulher Rural, atividade paralela com palestras e atividades voltadas ao público feminino. A 11ª edição (2024) contou com a participação de mil mulheres rurais, de mais de 30 municípios diferentes da Zona da Mata de Minas Gerais. Conforme a organização do evento, as atividades aconteceram nos dias 17 e 18 de setembro, sendo recepcionadas 500 mulheres por dia.

Para produção dos dados qualitativos, é importante salientar que somente foi possível graças a rede de contatos estabelecida por mim com a equipe regional Emater em Viçosa, através da sua atuação na Fundação de Rádio e Televisão Educativa e Cultura de Viçosa (Fratevi), responsável pelas emissoras TV Viçosa e Rádio Universitária. Através dessa relação, alguns conteúdos jornalísticos veiculados pelas emissoras já foram produzidos abordando as ações dos extensionistas da Emater, que lideram a organização da Semana da Mulher Rural.

Para aplicação do questionário, foram consideradas as respondentes que residem nas áreas rurais dos municípios limítrofes à Viçosa, conforme quadro 1. De acordo com a organização, no total, foram 400 participantes residentes nos municípios de interesse desta pesquisa. Dessa forma, o cálculo do tamanho da amostra de uma população finita foi realizado considerando: $N = 400$ (participantes esperadas na Semana da Mulher Rural); $Z = 1,64$ (para 90% de confiança); $P = 0,5$ (proporção de mulheres rurais usando TIC); $E = 0,05$ (margem de erro de 5%).

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot P \cdot (1 - P)}{E^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot P \cdot (1 - P)}$$

A fórmula ajustada seria:

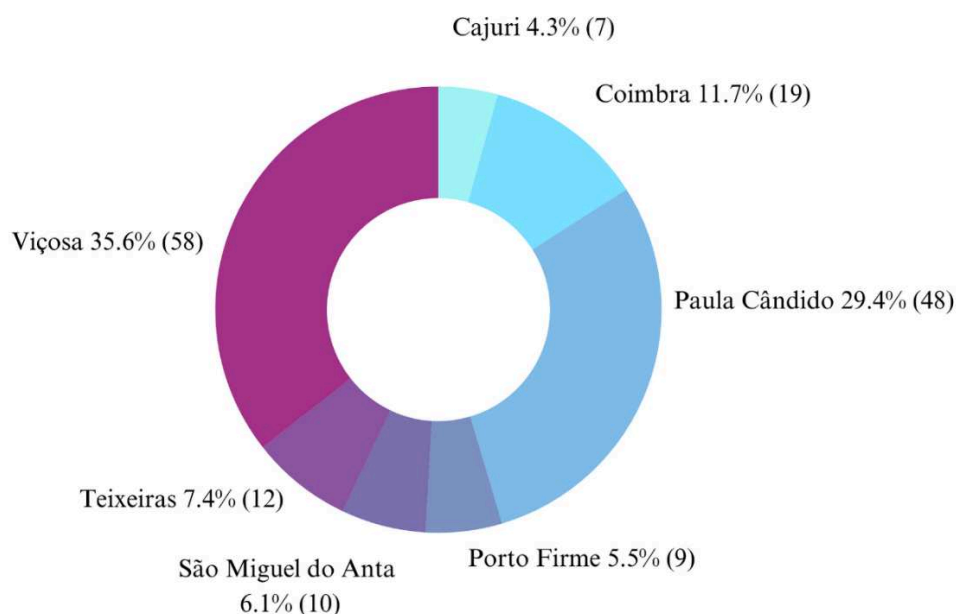
$$n = \frac{400 \cdot 1,645^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{0,05^2 \cdot (400 - 1) + 1,645^2 \cdot (1 - 0,5)}$$
$$n = 163 \text{ (número de mulheres rurais respondentes)}$$

Considerando o cálculo para amostra finita, foram aplicados 163 questionários durante a 11ª Semana da Mulher Rural, com o apoio de 10 pessoas (integrantes do

grupo Meios e amigos do pesquisador)⁸. A coleta dos dados foi realizada com o aval da PEC/UFV e da Emater-MG. Devido à programação, o contato com as participantes ocorreu no início da manhã, das 7h às 8h, período em que ocorreu o cadastro junto à secretaria do evento e o café da manhã, no *hall* do Espaço Acadêmico Cultural Fernando Sabino da UFV. Em seguida, das 11h às 14h, as participantes responderam ao questionário próximo ao Restaurante Universitário I da instituição, onde foi servido o almoço. As atividades da Semana da Mulher Rural terminavam às 17h e, na sequência, elas retornavam aos municípios de residência em transporte coletivo, fato que impossibilitou a aplicação de questionários no período noturno.

Finalizado o período de aplicação dos questionários, foi realizada a tabulação dos dados para análise das respostas e compreensão do perfil de mulheres rurais que disponibilizaram seu tempo para participar do estudo. Com base na análise dos dados tabulados na planilha *Excel*, constatou-se que o público de 163 mulheres rurais participantes foi composto por 58 mulheres rurais de Viçosa, 48 de Paula Cândido, 19 de Coimbra, 12 de Teixeiras, 10 de São Miguel do Anta, nove de Porto Firme e sete de Cajuri (figura 1.).

Figura 1 – Municípios informados pelas participantes



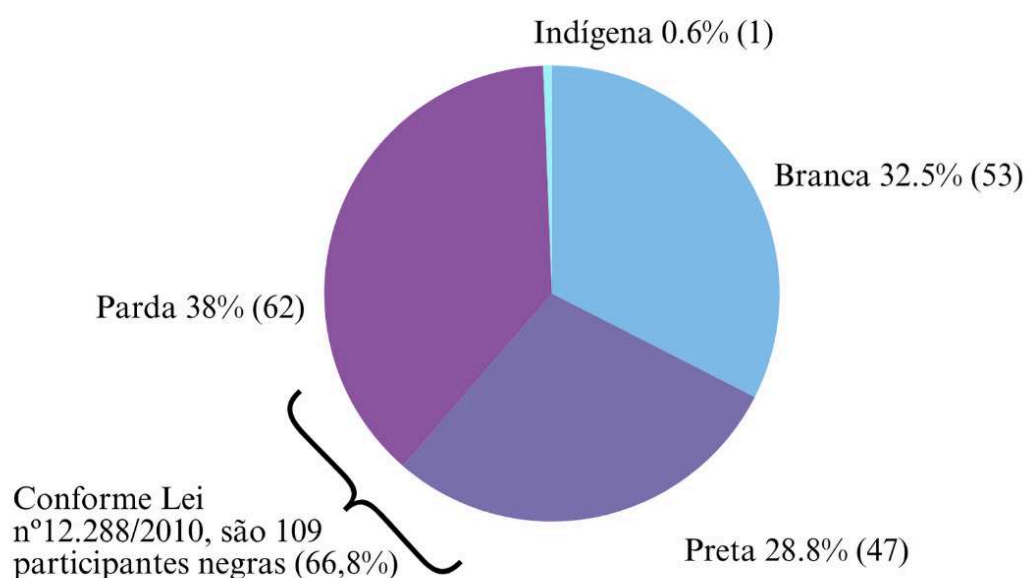
Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa.

⁸ A equipe contou com a participação de: Arthur Guedes, Bruno Leão, Douglas Balbino, Fabrício Ferraz, Hamilton Silva, Isabella Cardoso, Júlia Maria, Júlia Cúrcio, Lucas Moreira, Luiz Tadeu, Melissa Castro, Marcos Geovane, Ronaldo Scanavini e Thulio Teixeira.

As participantes também informaram o nome de suas comunidades rurais e a distância em quilômetros até o centro do município onde vivem. Foram constatadas a participação de mulheres rurais residentes em 81 comunidades diferentes. As que foram mencionadas mais vezes foram: Arrudas (9 menções), Buieie (8) e Córrego São João (8), em Viçosa; Chácara (8), em Paula Cândido; e Duas Barras (8), em Porto Firme. Em relação à distância, a menor registrada entre a comunidade e o centro/sede do município é de 1 km e a maior é de 22 km. A distância média observada nesta pesquisa é de 9,66 km.

No quesito raça, os dados apontaram que 38% das respondentes se declararam pardas (62 mulheres), 32,5% mulheres brancas (53), 28,8% mulheres pretas (47) e uma participante declarou ser indígena (0,6%) (figura 2.). De certa forma, as respostas das participantes seguem a média nacional, já que, conforme o IBGE (2022), 45,3% da população brasileira se declararam como pardas no Censo Demográfico de 2022, outros 43,5% brancos, 10,2% pretos, 0,8% indígenas e 0,4% amarelos. O Estatuto da Igualdade Racial, lei nº12.288/2010, considera que a população negra no Brasil é formada por pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o IBGE. Deste modo, a pesquisa quantitativa contou, predominantemente, com respostas de mulheres rurais negras, sendo 109 participantes (66,8%).

Figura 2 – Classificação racial das participantes da pesquisa

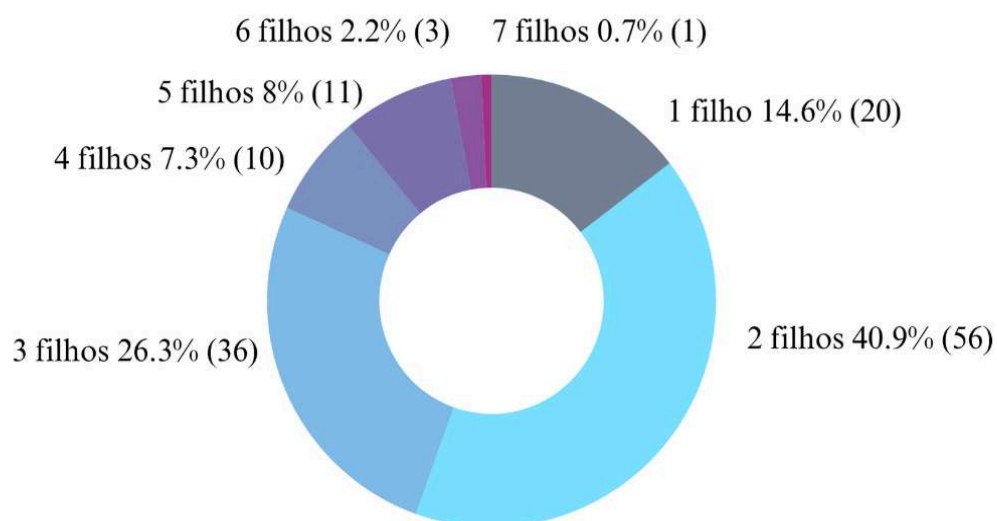


Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa.

Mais da metade das mulheres rurais disseram estar casadas (62%), outras disseram estar solteiras (20,9%), divorciadas (9,2%), viúvas (6,7%) e em união estável

(1,2%). Além disso, 137 mulheres rurais relataram ter filhos, correspondendo a 84% das participantes, enquanto 26 mulheres disseram não ter filhos (16%). A quantidade de filhos variou de 1 a 7 filhos, sendo que 20 mulheres disseram ter um filho (14,6%). Outras 56 relataram ter dois filhos (40,9%), já 36 participantes responderam ter três filhos (26,3%) e 10 disseram ter quatro filhos (7,3%). Onze mulheres rurais disseram ter cinco filhos (8,0%), outras três afirmaram ter seis filhos (2,2%) e uma participante relatou ter sete filhos (0,73%). Esse dados podem ser observados na figura 3, a seguir:

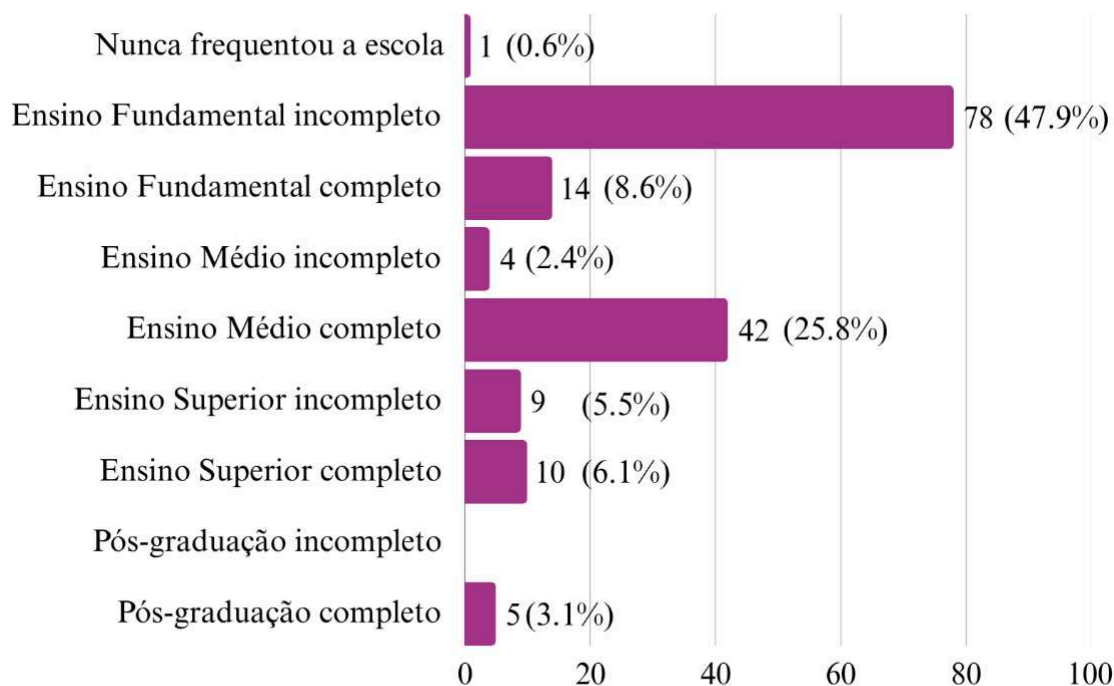
Figura 3 – Número de filhos informados pelas participantes



Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa.

O público participante desta pesquisa foi formado por 15 mulheres com idade entre 18 e 29 anos (9,2%); 100 mulheres entre 30 e 59 anos (61,3%); e 48 mulheres com 60 anos ou mais (29,4%). A média de idade é de 50,8 anos. Quanto à escolaridade, 78 mulheres declararam ter interrompido os estudos ainda no Ensino Fundamental (47,9%) e uma relatou nunca ter frequentado a escola. Quarenta e duas mulheres concluíram o Ensino Médio (25,8%) e outras 10 disseram ter concluído o Ensino Superior. Na figura 4, a seguir, esses dados são apresentados:

Figura 4 – Escolaridade das participantes



Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa.

Para caracterização das ocupações e/ou profissões exercidas pelas mulheres rurais participantes, optou-se pela utilização da nuvem de palavras, cuja representação ajuda na visualização dos dados. As participantes puderam elencar de forma ilimitada e livre todas as atividades que exercem, desse modo, as palavras em tamanho maior evidenciam a frequência com que foram mencionadas. Entre as principais atividades mencionadas estão: aposentada (28), lavradora (24), agricultora (22), dona de casa (20), trabalhadora rural (19), doméstica (17), estudante (10) e produtora rural (9). Optou-se por manter os termos conforme dito pelas mulheres rurais, preservando sua liberdade de expressão, mesmo no caso em que os termos adotados se refiram à mesma ocupação, como é o caso de “diarista” e “faxineira”.

Figura 5 – Nuvem de palavras composta por profissões/ocupações das participantes



Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, através do *Python*.

Vale destacar que, possivelmente, as interlocutoras que se autodefiniram como "dona de casa", realizam outros tipos de trabalhos, bem como as que se declararam "aposentadas". Uma das 163 participantes (57 anos, branca, Viçosa), por exemplo, é graduada em Pedagogia e fornece alimento ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Contudo, ela se autodeclarou como "dona de casa" ao responder o questionário, ou seja, ela acionou primeiro uma atividade reprodutiva, deixando de mencionar uma atividade produtiva, no caso, produzir e comercializar seus produtos via PNAE. Neste sentido, Joan Scott (1995) salienta que as atividades produtivas ajudam na manutenção da estrutura de poder, sendo utilizadas historicamente como um marcador da diferença sexual, sob a justificativa de que apenas os homens exercem atividades produtivas. No caso desta pesquisa, 81 participantes declararam atuar em uma atividade produtiva como primeira ocupação, mas na prática este número pode ser maior.

O panorama dos dados quantitativos apresentados nesta seção é de suma importância para o desenvolvimento dos capítulos e as análises que serão feitas atrelando o referencial teórico e os dados produzidos junto às participantes. Dessa forma, nos capítulos seguintes será feita a articulação aprofundada dos dados quantitativos e qualitativos orientados também pelos objetivos desta pesquisa, com foco na apropriação das TIC, conectividade, influência dos marcadores sociais da diferença e o acesso a direitos.

A dinâmica do grupo focal e a participação das mulheres rurais

O desenvolvimento do grupo focal foi proporcionado através do diálogo com a gerência regional da Emater-MG, em Viçosa. Além do interesse do pesquisador, algumas participantes (que responderam ao questionário) relataram aos extensionistas o desejo de participar de um curso que abordasse sobre as TIC. Diante do interesse de todos os envolvidos, a coordenadora de bem-estar social da empresa, Raphaela Pinheiro, fez um levantamento com extensionistas que atuam nos municípios limítrofes à Viçosa, sendo que a extensionista Jaqueline Soares Barbosa, da unidade de Teixeiras-MG, sinalizou positivamente para a realização da atividade.

É importante ressaltar que o interesse dessas participantes possibilitou a geração de novas informações para esta pesquisa. Silva, Pereira e Baeiro (2021) destacam que o grupo focal tem como marca a interação entre pesquisadores e participantes, com o objetivo de gerar informações através das falas. Como aponta Myers e Macnaghten (1999), o grupo focal foi desenvolvido como um evento conversacional, não como uma entrevista de perguntas e respostas. Assim, apesar de ser um encontro mediado, as participantes puderam interagir e produzir significados, atitudes e identidades, naquele contexto.

Para o agendamento do grupo focal, no dia 11 de março de 2025, aconteceu uma reunião entre o pesquisador e a extensionista Jaqueline Soares Barbosa, quando foi explicado o objetivo da pesquisa e como o grupo focal aconteceria. Desse modo, ficou estabelecido que seria desenvolvida uma oficina de fotografia tendo o telefone celular como suporte, conforme a cartilha “Literacia Digital – Oficina de Fotografia”, desenvolvida pelo Grupo Meios (Lopes; Caetano, 2023). O material apresenta orientações básicas, tais como: limpeza da câmera do telefone celular; a forma de segurar o aparelho; enquadramento fotográfico; ângulos; como realizar fotos em grupos ou de produtos; a importância da iluminação; e edição e tratamento da imagem.

A oficina foi agendada para o dia 25 de março de 2025, na casa de uma das participantes. O convite para participar da atividade foi feito pela extensionista para todas as mulheres rurais atendidas pela Emater-MG em Teixeiras. Inicialmente, 20 confirmaram participação, contudo, no dia da atividade, muitas mulheres não puderam comparecer por questões de trabalho e pelas condições climáticas, já que choveu no dia. Cinco mulheres (Quadro 2) e uma jovem de 14 anos participaram da oficina, realizada na comunidade Bom Jardim. Além delas, participaram Jaqueline Barbosa e a jornalista

Júlia Curcio, que me auxiliou com as demandas apresentadas pelas mulheres durante a atividade.

Quadro 2 – Características das participantes do grupo focal

Identificação	Raça	Idade (anos)	Estado Civil	Filhos	Renda familiar
G1	Parda	48	Casada	3	Entre 1 e 2 salários-mínimos
G2	Parda	53	Casada	2	Entre 1 e 2 salários-mínimos
G3	Parda	73	Divorciada	4	Entre 1 e 2 salários-mínimos
G4	Preta	37	Casada	2	Entre 1 e 2 salários-mínimos
G5	Branca	50	Casada	2	Entre 1 e 2 salários-mínimos

Fonte: elaboração própria.

A fim de garantir a privacidade das participantes, na etapa do grupo focal foi estabelecida a identificação através do código formado pela letra “G” referente ao termo “Grupo Focal” e um número. Assim, as participantes do grupo focal foram identificadas entre G1 e G5, sendo elas moradoras de diferentes comunidades rurais de Teixeiras-MG (Boa Vista, Bom Jardim, Bom Sucesso, Retiro da Vargem Alegre e Vai e Volta).

Destaca-se que todas as participantes exercem diferentes atividades, tais como: produção agrícola, trabalho doméstico, produção de quitandas, criação de animais, entre outros. É importante citar que elas comercializam suas produções em feiras livres em Teixeiras, Viçosa e outros municípios da região. Este fator é importante porque influenciou na participação das mulheres na oficina, todas estavam interessadas nas explicações e na aplicação das atividades práticas propostas na oficina.

O grupo focal foi dividido em três momentos, sendo a oficina de fotografia um instrumento facilitador para o seu desenvolvimento. O objetivo principal desta etapa foi compreender como as mulheres rurais se relacionam com as tecnologias, considerando que a sua relação com os diferentes dispositivos (digitais ou não) pode influenciar na forma como elas se apropriam das TIC. Desse modo, o encontro foi dividido nos seguintes momentos: 1) apresentação e dinâmica com exposição de imagens de diferentes tecnologias; 2) apresentação da cartilha e atividades práticas com o uso do telefone celular; e 3) conversa sobre os aprendizados e dificuldades de uso do telefone celular e internet no cotidiano. As mulheres participaram ativamente da oficina, sendo que algumas levaram os produtos que comercializam nas feiras, como pitaya, salgados e suculentas. Assim, foi possível aproximar o conteúdo de suas necessidades.

No grupo focal houve uma discussão sobre os seguintes pontos: relação das mulheres com as tecnologias, desde as mais simples às mais sofisticadas (enxada, máquinas agrícolas, entre outros), bem como a forma como elas se inserem no cotidiano

de suas famílias; percurso histórico do uso das TIC (cabine telefônica ou orelhão; primeiro telefone celular; *smartphones* e outros); utilização de TIC atualmente, especialmente das redes sociais para aprendizado, comercialização e socialização.

Figura 6 – Oficina de Fotografia em Bom Jardim, Teixeira



Legenda: à esquerda fotos produzidas pelas participantes; à direita fotos das participantes durante a oficina.

Durante o encontro, além da conversa sobre os temas elencados, as participantes realizaram uma atividade prática. Elas fotografaram alimentos e plantas, com base nas técnicas de enquadramento, ângulos e composição de imagem. Ao longo da oficina, a interação com as participantes gerou uma discussão importante sobre a utilização da fotografia como um registro da memória familiar, destacando as mudanças dos equipamentos (máquina fotográfica), os valores pagos para revelação das imagens e a forma de armazenamento delas.

As entrevistas em profundidade

Após o levantamento dos dados produzidos via questionário e do grupo focal, foram selecionadas as participantes para entrevista em profundidade a fim de compreender como elas se relacionam com as TIC no cotidiano e quais diferentes

opressões atuam neste processo. Para a utilização deste instrumento, conforme Minayo (1994; p. 57), foi estabelecido um roteiro, pois a entrevista em profundidade “não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

Para esta etapa, o pesquisador entrou em contato com as participantes que sinalizaram no questionário a disponibilidade de participar da entrevista em profundidade. Ficou estabelecido que seria realizada uma entrevista para cada município envolvido nesta pesquisa. Dessa forma, foram sete mulheres rurais entrevistadas, com idades variando entre 22 e 67 anos. No quadro 3, a seguir, é possível observar o perfil de cada uma das participantes.

Quadro 3 – Características das participantes da entrevista em profundidade

Identificação	Raça	Idade (anos)	Estado Civil	Filhos	Renda familiar	Município
E1	Parda	31	Solteira	0	Entre 1 e 2 salários-mínimos	Paula Cândido
E2	Branca	50	Casada	2	Entre 2 e 3 salários-mínimos	Teixeiras
E3	Parda	38	Casada	2	Entre 1 e 2 salários-mínimos	Porto Firme
E4	Parda	22	Solteira	0	Entre 1 e 2 salários-mínimos	São Miguel do Anta
E5	Parda	41	Casada	1	Entre 2 e 3 salários-mínimos	Viçosa
E6	Parda	44	Casada	1	Entre 1 e 2 salários-mínimos	Cajuri
E7	Preta	67	Solteira	2	Entre 2 e 3 salários-mínimos	Coimbra

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa.

O roteiro da entrevista em profundidade, além da caracterização do perfil das participantes, incluiu perguntas agrupadas por temas. Inicialmente, elas foram questionadas sobre sua relação com as tecnologias em geral, depois sobre as TIC. Na sequência, foram feitas perguntas sobre o acesso à Internet nas comunidades; a conectividade na moradia; e sobre as apropriações feitas das TIC. Depois, as questões foram realizadas observando os marcadores da diferença: gênero - diferenças de usos entre as pessoas; trabalho e renda - como as TIC se relacionam com as atividades exercidas; educação - como o acesso pode ser influenciado pela Internet; raça - desafios de uso das TIC que possam estar relacionados à identidade racial; faixa etária -

diferenças de usos com base na idade; exclusão digital - falta de internet e a dificuldade de acesso a direitos, políticas públicas, grupos e espaços.

Estrutura da tese

A presente tese de doutorado, além desta introdução e as considerações finais, possui um tópico destinado aos aspectos metodológicos e quatro capítulos. A escrita foi desenvolvida visando a articulação entre teoria e os dados produzidos no trabalho de campo. Dessa forma, ao longo dos capítulos serão discutidas e feitas reflexões sobre os conceitos teóricos e as realidades relatadas pelas participantes.

O primeiro capítulo “Mulheres Rurais e Interseccionalidade” visa discutir como as desigualdades socioeconômicas incidem sobre as mulheres rurais, destacando como os marcadores da diferença afetam a vida delas. Este tópico também conta com uma revisão de literatura feita nas bases de dados *Scopus* e *Latindex* e em dois periódicos brasileiros: Revista Intercom, da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom); e a Revista de Estudos Feministas, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas e do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O segundo capítulo, “Tecnologia, Tecnologias Digitais e Apropriação”, dedica-se à uma discussão sobre o meio rural e o desenvolvimento da Extensão Rural no Brasil, enfatizando a mediação feita pelos extensionistas na adoção de tecnologias. Dessa forma, é feita uma discussão sobre tecnologia e como as mulheres rurais se relacionam com tais tecnologias, bem como uma discussão sobre como as participantes se apropriam das tecnologias de informação e comunicação.

O terceiro capítulo, “Mulheres rurais e conectividade significativa” é focado em discutir como ocorre o acesso à Internet nas comunidades rurais, observando a questão de prestação de serviço feita pelas operadoras, a qualidade do sinal e as estratégias que as mulheres rurais e suas famílias recorrem para estarem conectadas. Já o quarto capítulo, “Quem não ‘tá’ na Internet, não está no CPF”, é focado em compreender como as participantes utilizam a Internet para acessar políticas públicas e outros direitos.

CAPÍTULO 1 – MULHERES RURAIS E INTERSECCIONALIDADE

Ao longo da história, as mulheres rurais brasileiras enfrentaram e continuam a enfrentar diversos tipos de desigualdades. Elas foram deixadas de lado nas questões ligadas ao acesso à terra, à educação, à renda, entre outros (Brumer, 2004; Perona, 2012). Visando compreender como ocorre o seu acesso às TIC, este capítulo busca delinear um panorama das múltiplas desigualdades enfrentadas por essas mulheres. Dessa forma, a noção de gênero (Scott, 1995) e das relações sociais de sexo se tornam importantes para compreender as relações de poder envoltas na estrutura da sociedade.

Da mesma forma, o conceito de interseccionalidade se torna importante e é utilizado para compreender como os marcadores da diferença (gênero, raça, idade, educação, entre outros) são mobilizados e afetam o acesso à tecnologia de informação e comunicação. O conceito ganhou notoriedade ao ser formulado por Crenshaw (1989), nos Estados Unidos da América, mas intelectuais feministas brasileiras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento já discutiam sobre as opressões sofridas pelas mulheres (Casemiro; Silva, 2021). Neste trabalho, a utilização do conceito ajuda na reflexão sobre os desafios vivenciados por mulheres rurais em diferentes âmbitos e como estes desafios afetam o acesso, usos e apropriações das TIC, sobretudo porque 109 das participantes se consideram negras (pretas e pardas).

A revisão de literatura realizada nas bases de dados *Scopus* e *Latindex* revelou de que forma as produções acadêmicas têm abordado a interface entre gênero, ruralidade e TIC. Os trabalhos analisados apontam para artigos científicos que abordam a participação das mulheres rurais na comercialização de produtos através das mídias sociais e, em contraposição, há outros que enfatizam as dificuldades que elas enfrentam para utilização dessas tecnologias. Os trabalhos também indicam a importância da educação para a promoção da inclusão digital e desenvolvimento de habilidades que possam ser praticadas por diferentes gerações.

Não foram encontrados no *Scopus* e *Latindex* estudos que abordem a realidade brasileira, por isso foram selecionados dois periódicos com o intuito de observar como a temática tem sido abordada no país. Foi selecionada a Revista *Intercom*, que é reconhecida pelos pesquisadores da área de comunicação. No âmbito dos estudos de gênero, foi escolhida, por sua relevância, a Revista de Estudos Feministas.

1.1 – Mulheres rurais e as desigualdades socioeconômicas

As participantes desta pesquisa estão inseridas em um contexto de desigualdade (Tabela 1). Esta não é uma novidade, porque as mulheres sempre ocuparam um lugar marginal na sociedade, inclusive na construção da história (Scott, 1995). A etapa quantitativa desta pesquisa conta com a participação de 163 mulheres, cujo agrupamento por classificação racial ocorre da seguinte forma: são 62 mulheres rurais pardas e 47 pretas, há ainda 53 mulheres rurais brancas e uma indígena. Contabilizando os grupos formados pelas pardas e pretas, podemos considerar que a maioria das participantes são negras (109).

No quesito faixa etária, mulheres adultas são a maioria em todos os três grupos raciais, sendo que 100 participantes têm entre 30 e 59 anos. Entre as pardas, há uma distribuição mais equilibrada entre jovens, adultas e idosas. A maior parte das mulheres pretas são adultas (35) e há apenas três jovens (18-29 anos) no grupo. A maior parte das mulheres brancas estão nas faixas etárias adulta e idosa (60+). A única indígena participante do estudo é adulta.

A escolaridade é um fator importante de ser levado em consideração neste trabalho, já que a maioria afirmou não ter concluído o ensino fundamental, especialmente as pardas (32) e pretas (26). As mulheres brancas são as que possuem maiores níveis de escolaridade, sendo as que mais registraram terem concluído o ensino médio e as que possuem graduação e pós-graduação. Nesta pesquisa, as mulheres pretas têm presença marginal no ensino superior.

As mulheres pretas também são as que ocupam as faixas de renda familiar mais baixas, 20 relataram que a família recebe apenas 1 salário-mínimo e quatro têm renda menor que 1 salário-mínimo. A maior parte das mulheres (59) afirmaram que a renda familiar varia entre 1 e 2 salários-mínimos. O destaque para as rendas mais altas são das mulheres brancas, sendo que seis disseram receber mais de 4 salários-mínimos. A única indígena recebe 1 salário-mínimo.

A maioria das mulheres participantes estão casadas (101), sendo 38 pardas, 33 brancas e 29 pretas. Mais de 83% das mulheres afirmaram ter filhos e das 136 mães, a maioria é parda (43) e pretas (50). O número de filhos mais comum entre elas é de 2 filhos (56). As mulheres pretas são as que possuem mais filhos, 4 ou mais, incluindo casos de 6 e até 7 filhos. A respeito da participação em programas sociais, apenas 37 disseram participar, sendo a maioria pardas (16) e pretas (16). Na tabela, a seguir, é

apresentada uma síntese desses dados que permitem identificar as características das mulheres rurais participantes da pesquisa.

Tabela 1 – Caracterização das mulheres rurais participantes

Variável	Distribuição	Pardas	Pretas	Branças	Indígena	Total
Faixa etária	Jovens (18-29)	9	3	3	-	15
	Adultas (30-59)	35	35	29	1	100
	Idosas (60+)	18	9	21	-	48
Escolaridade	Ens. F. incompleto	32	26	19	1	78
	Ens. F. completo	6	6	2	-	14
	Ensino Médio incompleto	2	1	1	-	4
	Ensino Médio completo	14	10	18	-	42
	Ensino Superior incompleto	2	3	4	-	9
	Ensino Superior completo	5	-	5	-	10
	Pós-graduação incompleta	-	-	-	-	0
	Pós-graduação completa	1	-	4	-	5
	Não estudou	-	1	-	-	1
Renda Familiar Mensal	< de 1 salário-mínimo	4	4	1	-	9
	1 salário-mínimo	15	20	7	1	43
	Entre 1 e 2 salários-mínimos	21	18	20	-	59
	Entre 2 e 3 salários-mínimos	17	4	14	-	35
	Entre 3 e 4 salários-mínimos	3	1	5	-	9
	> de 4 salários-mínimos	1	-	6	-	7
	Estado Civil	Solteira	13	10	11	-
Casada		38	29	33	1	101
Divorciada		5	4	6	-	15
Viúva		5	3	3	-	11
Outros		-	1	-	-	1
Possui Filhos	Sim	50	43	43	1	136
	Não	12	4	10	-	26
Número de Filhos	1 filho	6	6	8	-	20
	2 filhos	25	12	19	-	56
	3 filhos	12	11	13	-	36
	4 filhos	3	5	2	-	10
	5 filhos	3	6	1	1	11
	6 filhos	1	2	-	-	3
	7 filhos	-	1	-	-	1
	0 filhos	12	4	10	-	26
Participação Prog. Social	Sim	16	16	4	1	37
	Não	46	31	49	-	126
Total de participantes		62	47	53	1	163

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Os dados apresentados evidenciam que dentro do grupo de participantes existem desigualdades e, por isso, as leituras sobre interseccionalidade se tornam importantes para a compreensão das apropriações das TIC feitas pelas mulheres rurais. De modo geral, pode-se observar que as mulheres pardas e pretas são as que apresentam menor

escolaridade, mais vulnerabilidade econômica, maior número de filhos e maior dependência de programas sociais. A única participante indígena também compartilha das mesmas condições. Em contrapartida, as mulheres brancas são as que apresentaram melhor escolaridade, maior renda, menor número de filhos e menor dependência dos programas sociais.

As desigualdades apresentadas entre os grupos participantes ocorrem por questões estruturais da sociedade, não se trata de uma realidade específica das mulheres rurais. São diversos mecanismos de hierarquização e exclusão que operam e se articulam na vida destas mulheres. Dentre eles, está o gênero, cujo termo já foi aplicado em diferentes sentidos, seja como um sinônimo para “mulheres”, ou para sugerir que o mundo delas é criado no e pelo mundo do homem. Contudo, “gênero” também é utilizado para falar sobre as relações sociais entre os sexos, ignorando questões biológicas (mulheres geram filhos, e homens são mais fortes). O termo pode indicar ainda “construções culturais”, para falar das “identidades subjetivas de homens e das mulheres” (Scott, 1995).

A definição de gênero feita por Scott (1995, p. 86) tem duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Desse modo, a historiadora considera que o sexo é apenas natural ou biológico, ele faz parte de uma rede de significados culturais e sociais. Ou seja, é preciso ter atenção à forma como se estabelece as distribuições de poder na sociedade, já que o gênero está implicado na concepção e construção do próprio poder, pois muitas explorações e atitudes foram baseadas e criticadas de acordo com as definições do binômio masculino e feminino.

As relações sociais do sexo, com seus conflitos e tensões, permite-nos observar que as pessoas podem ser afetadas de diferentes formas pelas desigualdades sociais, umas mais e outras menos. Diante das tensões vividas pelas mulheres negras, as feministas negras elaboram o conceito de interseccionalidade, que pode ser compreendido como um instrumento teórico-metodológico que possibilita observar como diferentes pessoas estão posicionadas no mundo e de que forma os diferentes marcadores sociais se operacionalizam e afetam as pessoas na sociedade (Crenshaw, 1989; 2002; Collins, 2005; 2022; Akotirene, 2018; Collins; Bilge, 2021).

A título de exemplo, Biroli (2018) ressalta que, apesar de estarem numa posição inferior com relação aos homens, as mulheres brancas têm padrões mais próximos dos

homens brancos. Já as mulheres negras são afetadas em relação aos homens brancos, aos homens negros e às mulheres brancas. Ou seja, elas são afetadas por dois marcadores (gênero e raça), enquanto as brancas apenas por um (gênero). No período escravocrata, havia uma escala de proteção das mulheres, a fim de garantir a manutenção das relações de propriedade. A escala se configurava na seguinte ordem: 1) mulheres brancas ricas; 2) mulheres brancas trabalhadoras e pobres; e, por fim, 3) mulheres africanas escravizadas, cujo status mantinha as mulheres brancas em seus lugares sociais, e que tinham sua sexualidade controlada, já que a natalidade ajudava na continuidade da escravidão (Collins, 2005).

O racismo sempre foi estrutural e, na sociedade contemporânea não é diferente, por isso ele deve ser observado como um sistema complexo que se manifesta tanto nas instituições públicas quanto privadas, porque está enraizado na dinâmica social vigente. Trata-se de uma forma de discriminação sistemática manifestada através de “práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (Almeida, 2019, p. 22). Além disso, o pacto da branquitude, que são acordos feitos de maneira silenciosa e implícita em prol da sustentação da supremacia branca, é acionado constantemente através de mecanismo de vantagens sociais, econômicas e políticas - muitas vezes velado - que mantem a reprodução das desigualdades, minimiza e até mesmo invisibiliza as questões relacionadas ao racismo (Bento, 2022).

É na busca por um novo olhar sobre as desigualdades que a estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989) aparece como uma das precursoras no desenvolvimento do conceito de interseccionalidade, que ganhou destaque nos últimos anos e tem sido utilizado em diversos segmentos acadêmicos. A interseccionalidade surge como uma visão baseada na interconexão de diferentes problemas sociais e que potencializa a mudança social (Collins, 2022). Akotirene (2018) considera que ela dá instrumentalidade teórico-metodológica à atuação conjunta e estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado.

O conceito de interseccionalidade tem como cenário a sua atuação como professora de direito e a análise realizada sobre as políticas antidiscriminatórias nos Estados Unidos da América (EUA). Contudo, cabe destacar que, nas décadas de 1970 e 1980, intelectuais feministas brasileiras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento já discutiam em seus estudos a situação da mulher negra na sociedade brasileira e as

opressões sofridas por elas, problematizando questões ligadas ao mercado de trabalho e aos marcadores sociais da diferença (Casemiro; Silva, 2021).

A sistematização do conceito foi realizada por Crenshaw (1989) através da constatação de que as leis e políticas desenvolvidas no contexto estadunidense não levavam em consideração a interação entre as categorias raça e gênero. Segundo ela, esta falha na percepção da intersecção entre raça e gênero contribuiu de maneira significativa para a marginalização das mulheres negras, que por vezes eram vistas apenas por um dos eixos (gênero ou raça).

Para exemplificar como ocorrem as intersecções dos marcadores sociais, Crenshaw (2002) utilizou-se de uma importante metáfora que é reconhecível para todas as pessoas. A pesquisadora delineou que as mulheres negras estão posicionadas em um cruzamento entre avenidas, como se cada via representasse uma forma de discriminação. Dessa forma, a mulher negra está no ponto de convergência de todas as opressões sendo afetadas com mais força, no comparativo com as pessoas que transitam por apenas uma ou duas avenidas.

Collins (2022, p. 53) considera que a interseccionalidade é uma analogia elástica já que “racismo e o sexismo podem ser conceituados como fenômenos estruturais distintos, mas, examiná-los a partir de sua intersecção propicia novos ângulos de visão de cada sistema de poder”. Machado (2018), por sua vez, ao refletir sobre a relação do conceito de interseccionalidade e o marxismo, reforça a importância da análise crítica ser baseada no entrelaçamento dos marcadores de gênero, raça (dimensões identitárias e subjetivas) e classe (dimensão estrutural). Além disso, ela critica a utilização da interseccionalidade como um termo “guarda-chuva” que por vezes é utilizado como “solução” para a demanda de diversidade, porém, sem alcançar as estruturas que geram as desigualdades sociais.

Collins e Bilge (2021) salientam que a desigualdade social afeta as pessoas de diferentes formas, sendo que a interseccionalidade ajuda na compreensão de como as relações de poder se operam na sociedade. No âmbito da comunicação, por exemplo, ela se tornou fundamental para medir as desigualdades digitais. De acordo com Kwami (2020), o problema das disparidades digitais, no atual contexto econômico global da informação, se trata de um problema de poder porque as relações existentes são capazes de determinar, beneficiar e moldar o conteúdo, o desenvolvimento e a forma como as TIC são utilizadas. Em seu estudo no continente africano, Kwami (2020) observou que

as estruturas sociais patriarcais e as atitudes socioculturais sobre o papel das mulheres refletem nas baixas taxas de utilização das TIC, no comparativo com os homens.

As opressões podem afetar diferentes grupos. No caso das mulheres, Collins (2005) utiliza o argumento da filósofa Sandra Harding, que possui diversos trabalhos voltados à teoria feminista, e que considera três dimensões: institucional; simbólica; e individual. Na dimensão institucional, considera-se que as instituições sociais, como a escola, são responsáveis por estruturar as relações sistêmicas de dominação e subordinação. Já na dimensão simbólica da opressão, as imagens são estereotipadas ou controladas, sendo o masculino caracterizado como agressivo, líder e/ou forte, por exemplo; e as mulheres como passiva, seguidora e/ou fraca. Por outro lado, a dimensão individual da opressão diz respeito às nossas escolhas pessoais que, segundo Collins (2005, p. 28), se configuram em atos políticos porque é “resultado de nosso status simbólico e institucional”.

Diante dessa perspectiva, é necessário ter um olhar interseccional para compreender as opressões de gênero, pois Collins e Bilge (2021) alertam que os problemas sociais atuam de forma proporcional entre os grupos sociais. Diferentes marcadores sociais podem estar atrelados às vivências das mulheres rurais, como gênero, trabalho, renda, raça, educação, faixa etária, entre outros.

A falta de acesso à renda, por exemplo, que impede muitas mulheres rurais de comprarem um telefone celular, está atrelada à forma como ocorre a divisão sexual do trabalho na sociedade (Rotondi *et al.* 2020). O ponto central nesta discussão está sobre as funções que competem aos homens e as que são de responsabilidade das mulheres, sendo que as atividades desempenhadas por elas muitas vezes não são remuneradas. Para Biroli (2018, p. 26), a divisão sexual do trabalho “tem impacto profundo nas democracias contemporâneas, uma vez que o equilíbrio entre trabalho remunerado e não remunerado e o acesso diferenciado às ocupações incidem nas hierarquias que definem as possibilidades de participação política”.

A partir do momento em que as mulheres passaram a assumir funções remuneradas no mercado de trabalho, também ganhou destaque a problemática da jornada dupla de trabalho, restando pouco tempo para mulheres refletirem sobre suas condições de vida. Apesar de necessária, a incorporação das mulheres no mercado de trabalho não foi suficiente para sua emancipação e a participação delas nas decisões tem mais chances de acontecer quando os dois cônjuges trabalham fora da propriedade. No meio rural, a valorização do trabalho das mulheres só se intensificou a partir de 1980,

por meio dos movimentos autônomos formados por elas (Paulilo, 2016). De modo geral, a participação no mercado de trabalho pode possibilitar o aumento da capacidade de mobilização das mulheres e impulsiona a luta pelo direito à cidadania (Fischer, 2006).

Nesse sentido, Kergoat (2009) ressalta que o debate em torno dessas assimetrias de gênero contém também uma ordem política, pois instituições como casamento, família e Código Civil podem legitimar a forma como as relações se mantêm. No âmbito familiar, os recursos financeiros excedentes utilizados pelas mulheres rurais são destinados aos cuidados com a casa e com a família, já os homens optam pelo consumo individual, voltado ao lazer (Brumer, 2004).

A estrutura social, em diferentes culturas, dá poder ao homem e coloca a mulher em condição inferior, impossibilitando-a de ter educação e de atuar em outros espaços que não o doméstico (Fischer, 2006). A definição de quem dá a última palavra sobre algo ou alguém está relacionada ao poder, no caso da compra de uma nova tecnologia para a família nos remete ao poder aquisitivo e de decisão. Historicamente, as mulheres rurais possuem poucas opções no âmbito da sucessão familiar, porque elas têm menos poder, sendo preteridas em relação aos homens na partilha da terra. Dessa forma, o casamento, o estudo e outra forma de emprego aparecem como alternativas (Brumer, 2004).

Apesar do estudo aparecer como uma alternativa para as mulheres rurais, é preciso enfatizar que a educação no Brasil sempre foi acessada de forma desigual, ao analisar a questão do Império até o início dos anos 2000. A preocupação sempre foi em formar a elite econômica e intelectual do país, localizada principalmente nas áreas urbanas (Ferreira; Brandão, 2011). Desse modo, mesmo a população rural sendo maioria naquela época, as escolas não foram pensadas para ela. Desde o período escravocrata é possível observar que a elite agrária criava estratégias para educação de seus filhos, sendo eles enviados para estudar nos grandes centros (Franco, 1983).

A conclusão do Ensino Médio permanece sendo uma tarefa árdua para quem reside em área rural. Entre as participantes desta pesquisa, apenas 42 realizaram este feito; quatro não conseguiram terminar o ensino médio; outras 14 concluíram apenas o ensino fundamental; e 78 não chegaram ao fim desta etapa. Destaca-se que na área rural, estudantes homens e mulheres precisam lidar com diferentes atribuições fora do período escolar. Uma análise sobre a pobreza multidimensional no Brasil, considerando diferentes indicadores (educação, saúde, habitação etc.), indica que nos domicílios rurais há mais privações no acesso a diferentes serviços e bens, no comparativo com a

área urbana. Dessa forma, foi constatado uma associação negativa entre educação e condição de pobreza, pois quanto maior o grau de instrução da pessoa que chefia a família, menor é a chance de a pobreza existir (Marcelino; Cunha, 2024).

Nos últimos anos, intensificou-se na área rural o desejo por uma educação que corresponda às necessidades e especificidades da população. Dessa forma, as ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) ganharam destaque para o desenvolvimento de práticas pedagógicas pertinentes, influenciando na criação das Escolas Famílias Agrícolas e dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (Santos, 2014). Além disso, há assegurado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola o desenvolvimento de ações pedagógicas específicas em unidades de ensino que estejam localizadas dentro dos territórios quilombolas (Brasil, 2012).

Diretamente relacionada à Educação, o fator idade influencia na utilização das tecnologias de informação e comunicação, porque as tecnologias exigem habilidades e conhecimentos. Em alguns casos, as mulheres adultas e idosas sentem que lhes faltam competências técnicas para a utilização das TIC. Assim o uso acontece por intermédio dos filhos e netos (Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2019). Poucas são as pessoas com mais de 60 anos, residentes em áreas rurais, que tiveram o acesso à educação formal de forma igualitária e, conforme Leeson e Melhado (2018), as mulheres possuem menos anos de estudo e mais taxa de analfabetismo. A cartografia sobre o envelhecimento no contexto rural elaborada pelos pesquisadores com 250 homens e 250 mulheres com mais de 60 anos, indica que mais de 56,6% das participantes são negras e analfabetas.

Considerando as vivências das mulheres rurais adultas e idosas, é importante se debruçar sobre o conceito de “etarismo digital” que se refere às diferenças de acesso e uso das TIC com base na idade. Trata-se de uma questão que envolve habilidades tecnológicas e o acesso, porque muitas pessoas idosas enfrentam dificuldades e a marginalização delas não está somente ligada ao acesso e à competência tecnológica, mas repercute em diversas áreas, como na participação cívica, no trabalho, na saúde, no acesso a serviços essenciais, entre outros (Santos; Santos, 2024).

A falta de acesso à tecnologia pode afetar a sociabilidade da pessoa idosa porque leva ao isolamento social, considerando que a internet oferece diferentes oportunidades de contato com pessoas queridas. Além disso, afeta as condições de trabalho porque as pessoas com mais de 50 anos, por exemplo, possuem experiência para atuar no mercado, mas necessitam investir em educação digital contínua para não serem

substituídas. Em contrapartida, o acesso contínuo e eficaz proporciona que os idosos alcancem diferentes públicos, sendo propício para venda de produtos e ofertas de serviços online (Santos; Santos, 2024).

1.2 – Mulheres rurais e TIC na plataforma *Scopus*

A fim de compreender como a utilização das TIC por mulheres rurais tem sido abordada na produção acadêmica foi realizada uma revisão de literatura seguindo a recomendação de Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (Prisma), que consiste num *check list* feito pelo pesquisador e a elaboração de um fluxograma de quatro etapas (Galvão *et al.*, 2015). A busca pelos documentos foi feita na base de dados *Scopus*, cujas palavras-chaves combinadas foram: “*gender*” AND “*rural*” AND “*ICT*”, que é abreviação em inglês do termo “*Information and Communication Technology*”, na tradução para o português: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O resultado da busca para o período de 2018 a 2024 indicou 70 artigos acadêmicos de língua inglesa, revisados por pares. Após a definição do protocolo de pesquisa, foi estabelecido que seriam utilizados apenas os artigos “*open access*”, ou seja, os de livre acesso, que não exigem pagamento para leitura. Dessa forma, o número foi reduzido para 16 artigos. O levantamento do material foi realizado no período de 04 a 08 de julho de 2025 e, para fins de organização, as etapas estão descritas no Quadro 4.

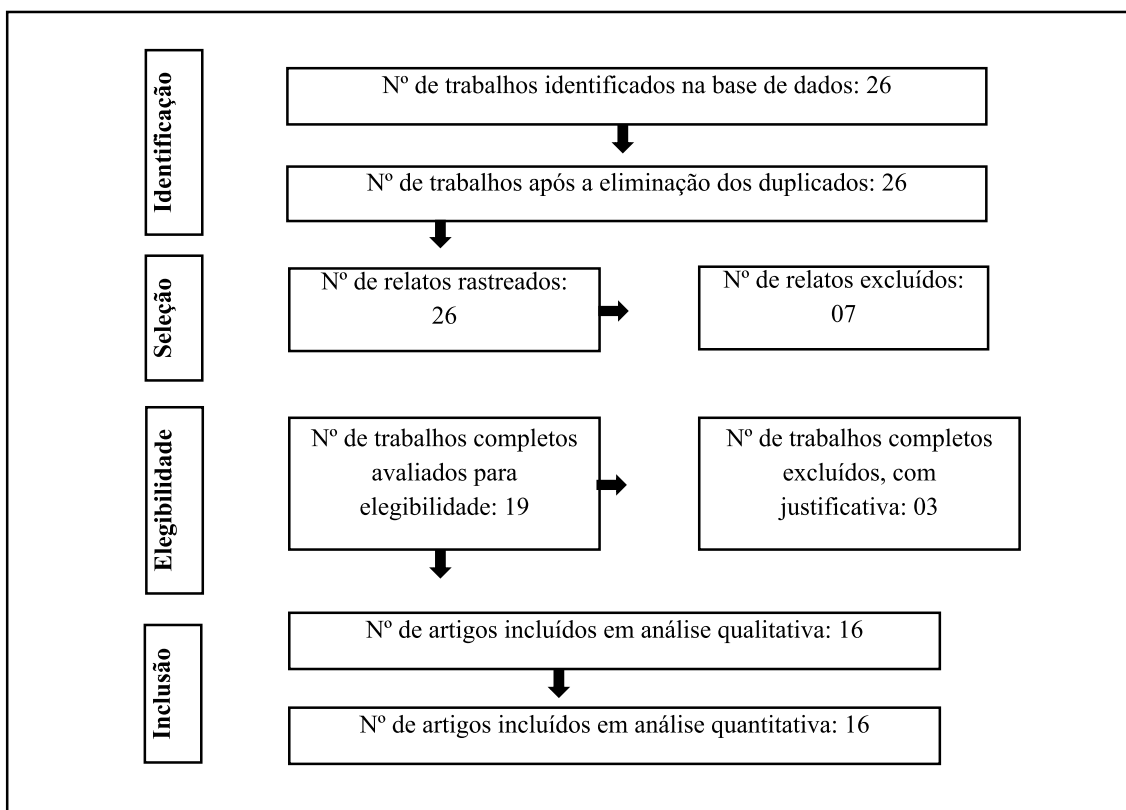
Quadro 4 – Descrição dos procedimentos para Revisão Sistemática de Literatura

Fase	Etapas	Descrição
Primeira	Definição do protocolo da pesquisa	Escolha da base de dados Scopus; Artigos de acesso livre; Eliminação de artigos duplicados; Língua inglesa; Precisam abordar as temáticas: gênero; rural e ICT/TIC.
Segunda	Elaboração da pergunta de pesquisa	De que maneira a produção acadêmica tem abordado a temática de gênero e TIC no meio rural?
	Definição das palavras-chave para a busca	<i>“gender”AND “rural” AND “ICT”</i>
Terceira	Síntese dos dados	Os artigos incluídos na revisão foram publicados no período de 2018 a 2024, foram observadas produções de diferentes contextos, tais como: China, Quênia, Ruanda, entre outros. As mulheres rurais possuem dificuldades para aquisição de tecnologias digitais e possuem menos habilidade para uso.
	Procedimento prévio de seleção	Leitura de títulos, resumos e palavras-chave, observando se os artigos encontrados estavam relacionados ao objetivo do estudo
	Avaliação dos resultados obtidos	Foi observada a possibilidade de duplicidade de artigos, porém, não houve registro.
	Apresentação dos resultados	Registro no formato de tabela contendo os títulos dos artigos, autores e classificação, a quantidade de citações, o fator de impacto e o ano em que foram publicados.

Fonte: elaborado Silva (2025), com base em Galvão *et al.*, 2015.

A etapa final consistiu na análise dos artigos quando, além da leitura dos artigos, foram observados: títulos; resumos; objetivo; metodologia; resultados e discussão; e considerações finais. Após a realização desta etapa foi possível chegar ao resultado de 16 artigos que foram categorizados, observando as orientações de Saldaña (2009). Segundo ele, as categorias são formadas por códigos definidos pelo pesquisador, que busca captar a essência dos dados, neste caso, dos artigos. Ele ressalta ainda que cada investigador pode atribuir um código diferente na interpretação dos dados, contudo, essa atribuição deve seguir lentes analíticas.

Figura 7 – Fluxo da informação com as diferentes fases de uma revisão sistemática Scopus



Fonte: elaborado por Silva (2025), com base em Galvão *et al.*, 2015.
 Legenda: abreviação “Nº” corresponde ao termo “número”.

Os 16 artigos selecionados (descrição disponível no apêndice) foram divididos em três categorias, seguindo as orientações de Saldaña (2009), são elas: 1) *Produção e Comercialização*; 2) *Gênero e Exclusão Digital*; e 3) *Educação e Inclusão digital*. Os dados foram sistematizados no quadro 5 a seguir.

Quadro 5 – Panorama geral da Revisão de Literatura

Categorias	Abordagem
1) Produção e Comercialização:	Composta por seis artigos, aborda a utilização das TIC em tarefas agrícolas e no escoamento da produção, com alguns trabalhos destacando a participação das mulheres na comercialização de produtos através das redes sociais.
2) Gênero e Exclusão Digital	Conta com sete trabalhos, a categoria aborda as dificuldades que as mulheres rurais possuem para utilizar as TIC, dando ênfase nas desigualdades de gênero existentes;
3) Educação e Inclusão digital:	Possui três artigos que ressaltam a importância do desenvolvimento de habilidades digitais para utilização das

	tecnologias, sobretudo no ambiente escolar, seja no ensino de crianças, jovens, adultos.
--	--

Fonte: elaboração própria.

Na categoria 1) *Produção e Comercialização*, pode-se destacar a publicação de Honghua Han, Jason Xiong e Kexin Zhao (2021) que aborda a utilização da rede social *WeChat* na China. Segundo eles, o aplicativo móvel é utilizado para compras, pagamentos, serviços públicos e outras atividades. A pesquisa foi desenvolvida com mais de 300 agricultores, sendo constatado que homens e mulheres tomam decisões de formas diferentes, sendo elas mais cautelosas quanto à adoção de uma nova tecnologia. Além disso, eles observaram que a definição de uso de uma nova tecnologia, por parte das mulheres, é baseada no fator influência social na intenção de comportamento, pois os homens são convencidos mais facilmente quanto à utilização de novas ferramentas e pedem menos opinião a terceiros. As mulheres, pelo contrário, acabam recorrendo à opinião de outras pessoas para tomada de decisão.

No Quênia, os pesquisadores Krell NT *et al.* (2020) realizaram um estudo com 605 entrevistados, sendo participantes os chefes de família e seu cônjuge, todos moradores de comunidades rurais. O objetivo foi compreender a utilização do telefone celular para obtenção de informações agrícolas, pecuária, meteorológica, compra e venda de produtos. As TIC, segundo Krell NT *et al.* (2020), apareceram com potencial transformador para as áreas rurais, contudo, a proporção de homens que possuem telefone celular é maior em comparação com as mulheres, sendo que elas possuem aparelhos mais básicos do que eles. A pesquisa constatou ainda que os homens possuem mais probabilidade de uso de plataformas digitais de comercialização. Segundo os pesquisadores, a reduzida independência financeira é a principal barreira que impede as mulheres de possuírem e utilizarem os telefones celulares. Além disso, o alto custo dos aparelhos é um fator que impede a posse de equipamentos e elas enfrentam ainda limitações nas habilidades digitais.

No contexto de Bangladesh, Mominur Rahman *et al.* (2023) entrevistaram 376 pessoas que trabalham em lojas de roupas online para verificar a participação das mulheres rurais no empreendedorismo em redes sociais e no desenvolvimento sustentável. A motivação das mulheres para seguirem no empreendedorismo em redes sociais é contribuir com a despesa das famílias, bem como, apoiar o crescimento econômico rural. Segundo a pesquisa, as mídias sociais surgem como um novo local para elas se comunicarem, se autoexpressarem e se organizarem politicamente de

maneira ativa. O empoderamento das mulheres através do empreendedorismo online, segundo os pesquisadores, também contribui para os ODS, especialmente o número 5 que trata da igualdade de gênero.

A pesquisa de Abubakari *et al.* (2023), em Gana, aborda o efeito do uso do telefone celular no rendimento agrícola das famílias. A pesquisa indica o gênero com um fator que influencia na adoção da TIC, porém, não problematiza, nem adentra na discussão sobre esta influência. Da mesma forma, o trabalho de Kabirigi, Sekabira e Sun (2022), desenvolvido com produtores de banana em Ruanda, aponta para gênero e nível educacional como fatores de influência no uso da tecnologia. O mesmo ocorre com o trabalho de Sikundla, Mushunje e Akinyemi (2018), realizado com 97 agricultores da África do Sul. Os pesquisadores constataram que as mulheres agricultoras que trabalham com irrigação têm menos probabilidades de adotar serviços de comercialização através dos telefones celulares.

Já na categoria 2) *Gênero e Exclusão digital*, o pesquisador Leon Gwaka (2018) desenvolveu uma pesquisa sobre a relação das tecnologias digitais e mobilidade juvenil em zonas rurais do Zimbabué, especificamente no distrito de Beitbridge, onde foram desenvolvidos grupos focais e oficinas. Segundo o estudo, as mulheres rurais possuem mobilidade reduzida em relação aos homens, com circulação restrita sob a justificativa de que é para sua própria segurança. Apesar de considerarem que as tecnologias digitais permitem uma flexibilização da mobilidade virtual, rompendo com as fronteiras físicas, existe uma preocupação entre os jovens entrevistados com o *cyberbullying*. Além disso, as plataformas digitais são consideradas espaços em que as mulheres são mais vulneráveis, fato que pode influenciar no baixo uso das TIC.

A pesquisa de Daza e Sánchez (2022), por sua vez, foi desenvolvida na zona rural de Extremadura, Espanha, com amostra aleatória de 400 mulheres, com idade entre 15 e 75 anos. O trabalho buscou investigar como as tecnologias atuam como um elemento de mediação nos processos de autoinclusão digital das mulheres rurais. Segundo elas, este grupo pode se enquadrar em risco de exclusão e a boa gestão das TIC pode garantir uma inclusão digital mais igualitária. As mulheres mais jovens, com faixa etária de 15 aos 34 anos, foram categorizadas como especialistas, seguidas das avançadas (de 35 a 54 anos) e as usuárias (com mais de 55 anos). Segundo Daza e Sánchez (2022), a relação para esta definição está interligada ao nível educacional das mulheres, sendo que as com menos estudo formal relataram ter mais dificuldades para uso das TIC. Apesar da categorização feita pelas pesquisadoras, poucas mulheres mais

jovens se identificaram como especialistas. Além da questão educacional, o fator "ambiente encorajador" também influencia na utilização das TIC, porque o apoio familiar para o aprendizado se torna importante para elas.

Voss *et al.* (2021) também abordam a adoção de tecnologias para promoção da equidade de gênero entre agricultores do Senegal. Segundo eles, as TIC ajudam na redução da busca por informações que sejam relacionadas à extensão e ao desenvolvimento agrícola. Entre as estratégias usadas pelos extensionistas para lidar com as altas taxas de analfabetismo está a adoção de aplicativos de voz, para envio de mensagens e orientações agrícolas. Em relação às TIC, os pesquisadores destacam que o gênero é um fator que media os níveis de acesso e utilização para controle de finanças. Os pesquisadores ressaltam ainda que as mulheres, devido às altas jornadas de trabalho doméstico, sentem-se cansadas para lidar com diferentes tecnologias.

De modo semelhante, Yekinni, Adeviny e Ibikunle (2024) observaram que na Nigéria as mulheres rurais podem ser mais beneficiadas que os homens com a chegada do telefone celular. Contudo, a exclusão delas ocorre pela insuficiência de recursos financeiros, fato que propicia uma maior predisposição dos homens para utilização da TIC.

Gibbens (2019), por sua vez, pesquisou as estratégias de empoderamento das mulheres rurais na África do Sul, levando em consideração que elas têm maior probabilidade de viver na pobreza do que homens rurais e homens e mulheres urbanas. As TIC aparecem no trabalho de maneira tímida, sendo mencionado que as mulheres enfrentam dificuldades para acessar os recursos e incorporá-las no desenvolvimento sustentável dos meios de subsistências rurais. A pesquisadora considerou que as TIC devem ser tratadas como um tópico de interesse, assim como a pecuária, gestão familiar, rendimentos e outros.

Sahu *et al.* (2024) destacam a importância do desenvolvimento de programas governamentais para redução da exclusão digital das mulheres empreendedoras rurais. A pesquisa destaca a importância dos Centros de Serviços Comunitários, desenvolvido pelo governo da Índia, para fomentar o desenvolvimento de habilidades de uso das TIC, inclusive em atividades bancárias, e promover o engajamento das mulheres rurais em atividades econômicas, gerando empoderamento.

A pesquisa de Shokat *et al.* (2018) aborda o impacto da internet na exclusão digital em áreas urbanas e rurais do Paquistão, sendo entrevistadas 384 pessoas. Os pesquisadores ressaltam que a discriminação de gênero é um dos problemas enfrentados

pelas mulheres em países em desenvolvimento, sobretudo pelo desemprego. Contudo, eles observaram que as mulheres mais jovens estão mais envolvidas em atividades que demandam o uso do computador, por exemplo, e que o uso das redes sociais tem contribuído para o desenvolvimento de habilidades digitais.

Por fim, na categoria 3) *Educação e Inclusão digital*, a pesquisa de Yu Zhao *et al.* (2021) foi desenvolvida com 5.164 mil estudantes da Universidade Agrícola de Gansu, na China, sendo 70,5% moradores de áreas rurais e 56,9% mulheres. O objetivo foi avaliar a competência digital dos estudantes do ensino superior, sendo observado que o gênero é a principal variável de impacto. O estudo constatou que homens apresentaram melhor desempenho nas competências midiáticas de literacia de informação e dados, criação de conteúdos digitais e resolução de problemas. Contudo, o trabalho quantitativo não aprofunda nas razões que explicam essa situação, apesar de os autores indicarem que outros estudos apontam para uma situação oposta.

Maon *et al.* (2021) desenvolveram uma pesquisa sobre competência midiática com cerca de 200 estudantes do ensino médio, que residem em áreas rurais da Malásia. O objetivo do trabalho foi investigar a capacidade digital e o comportamento digital entre as estudantes e os estudantes de áreas rurais. Os pesquisadores não constataram diferenças significativas nas dimensões tecnológicas, cognitivas e de comunicação entre gênero. Apesar disso, eles observaram que no aspecto ético, as estudantes são mais conscientes em termos de privacidade, previsão e acessibilidade quando usam as TIC.

Na Espanha, Gamez e Fernandez (2022) desenvolveram uma pesquisa com cerca de 850 professores que atuam em áreas rurais, a fim de verificar a capacidade de utilização das TIC para se relacionar com outros professores, os estudantes e suas famílias. Os pesquisadores ressaltaram que a variável gênero deve ser levada em consideração, porque as mulheres apresentam níveis de competência digital diferentes dos homens. Segundo eles, as mulheres estão em níveis inferiores possivelmente por receberem pouco ou nenhum apoio dos familiares no quesito de empregabilidade e empreendedorismo. Eles observaram que entre os professores e as professoras há um nível de competência digital médio-alto, porém, os homens possuem relativa superioridade quando se trata da adoção e uso de plataformas e redes sociais.

Os trabalhos analisados indicam a importância das tecnologias de informação e comunicação nas vidas das mulheres, seja para a comercialização de produtos, obtenção de informações sobre agricultura, aumento do rendimento agrícola (Abubakari *et al.*, 2023), entre outros. Contudo, apresentam ainda a dificuldade que elas possuem para

acessar as plataformas de comercialização em comparação com os homens (Krell NT *et al.*, 2020), bem como as normativas sociais que impedem as mulheres de socializar e promovem sua exclusão digital (Gawaka, 2018). A exclusão aparece como um problema que precisa ser resolvido através de práticas de inclusão digital, que estão atreladas às habilidades e à educação das mulheres.

A análise dos trabalhos possibilita questionar, de fato, como tem ocorrido o empoderamento das mulheres por meio da adoção das TIC, sendo que Rotondi *et al.* (2020) apostam que essas tecnologias podem facilitar o acesso às políticas públicas, serviços sociais e ao empreendedorismo. De modo geral, as categorias indicam que as mulheres rurais são as que possuem as piores tecnologias, porque elas não têm independência financeira, e a falta de acesso às TIC impede as mulheres de acessar plataformas digitais de comercialização (Krell NT *et al.*, 2020). Em contrapartida, elas são as mais motivadas a utilizarem as tecnologias para comercialização de produtos porque querem contribuir com as despesas familiares (Mominur Rahman *et al.*, 2023). Além disso, considera-se que o acesso às TIC tem potencial para ampliar a autonomia das mulheres na busca por informação de forma independente, sem a necessidade da opinião de outros (Voss *et al.*, 2021).

É possível questionar como tem ocorrido o empoderamento das mulheres rurais através da utilização das TIC, sobretudo para acesso a direitos, às políticas públicas, serviços sociais e comercialização (Rotondi *et al.*, 2020; Lopes; Leal, 2024). Considera-se que a exclusão digital das mulheres rurais pode ser potencializada por diversas opressões, como gênero, raça, trabalho, renda e, especialmente, falta de infraestrutura às telecomunicações. Consequentemente, a falta de acesso à internet impede as mulheres rurais de acessarem políticas públicas e informações de saúde, educação, mercado e outras.

Os trabalhos analisados não abordam diretamente a interseccionalidade, porém, ela poderia ser utilizada para compreensão dos fatores envolvidos no processo de exclusão digital das mulheres (educação, trabalho, renda etc.). A interseccionalidade permite observar como as mulheres estão posicionadas no mundo e de que forma os diferentes marcadores sociais se operacionalizam e afetam a sociedade (Crenshaw, 1989; 2002; Collins, 2005; 2022; Akotirene, 2018; Collins; Bilge, 2021). O conceito também agregaria aos estudos, uma vez que se trata de realidades culturais diferentes, e as opressões que afetam a vida das mulheres rurais e às impedem de utilizar as TIC podem ser diversas.

1.3 – Mulheres rurais e TIC na plataforma *Latindex*

Com o intuito de compreender como a produção acadêmica desenvolvida especialmente na América Latina, foi realizada uma busca na base de dados *Latindex*⁹ aplicando o mesmo protocolo Prisma. O objetivo foi compreender se (e como) os estudos desenvolvidos na região têm abordado a utilização das TIC por mulheres rurais. A busca dos artigos foi feita entre os dias 04 e 08 de junho de 2025, utilizando as palavras-chaves “*género*” y “*rural*” y “*TIC*”. Para entrar no *corpus* desta revisão os trabalhos deveriam ser publicados no período de 2018 a 2024, bem como serem revisados por pares e estarem em acesso livre para leitura. A sistematização dos procedimentos desta revisão consta no Quadro 6.

Quadro 6 – Descrição dos procedimentos para Revisão Sistemática de Literatura

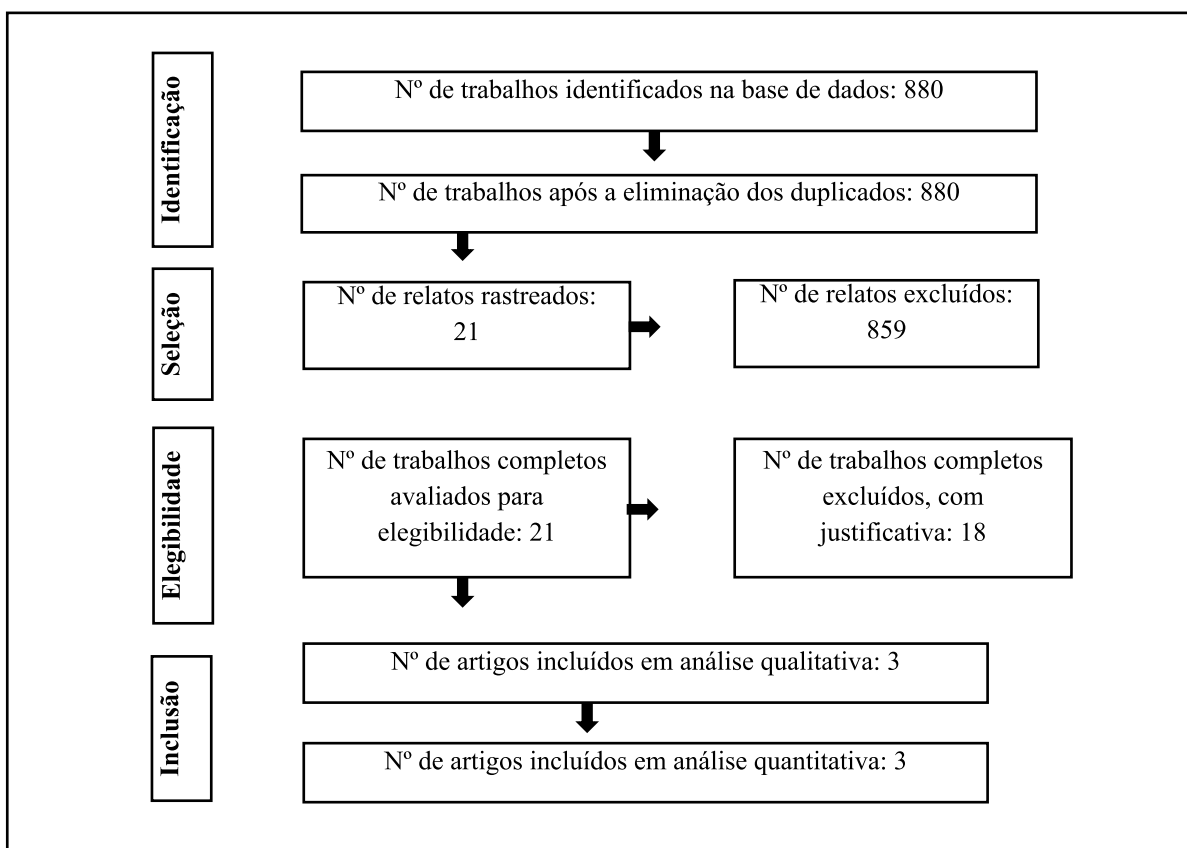
Fase	Etapas	Descrição
Primeira	Definição do protocolo da pesquisa	Escolha da base de dados <i>Latindex</i> ; Artigos de acesso livre; Eliminação de artigos duplicados; Língua portuguesa ou espanhola; Precisam abordar as temáticas: gênero; rural e TIC.
Segunda	Elaboração da pergunta de pesquisa	De que maneira a produção acadêmica tem abordado a temática de gênero e TIC no meio rural?
	Definição das palavras-chave para a busca	“ <i>género</i> ” y “ <i>rural</i> ” y “ <i>TIC</i> ”
Terceira	Síntese dos dados	Os artigos inclusos na revisão foram publicados no período de 2018 a 2022. As produções abordam a realidade de áreas rurais da Argentina, Equador e México. Discute-se sobre a exclusão digital das mulheres; os papéis ocupados pela mulher e pelo homem nos circuitos curtos de comercialização agroecológicos e necessidade de desenvolver políticas de inclusão digital.
	Procedimento prévio de seleção	Leitura de títulos, resumos e palavras-chave, observando se os artigos encontrados estavam relacionados ao objetivo do estudo
	Avaliação dos resultados obtidos	Foi observada a possibilidade de duplicidade de artigos, porém, não houve registro.
	Apresentação dos resultados	Registro no formato de tabela dos artigos selecionados em categorias que ajudem a sintetizar as principais abordagens.

⁹ O *Latindex*, conforme definido em seu site, é um “Sistema Regional de Informação Online para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal”. Criado em 1995, na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), em 1997, se tornou uma rede de cooperação regional. Disponível em: <https://www.latindex.org/latindex/nosotros/descripcion>. Acesso em 05 junho de 2025.

Fonte: elaborado Silva (2025), com base em Galvão *et al.*, 2015.

O levantamento de artigos na base Latindex ocorreu de forma manual, sendo que no recorte temporal em questão 880 trabalhos foram publicados com foco em tecnologia de informação e comunicação. Inicialmente, a seleção foi feita observando título e resumo dos trabalhos, resultando em 21 artigos selecionados que abordassem as temáticas gênero e rural. Após esta etapa, os artigos foram lidos integralmente, observando sua adequação à esta revisão de literatura; objetivo, metodologia, resultados e discussão; e considerações finais. Por fim, foram selecionados apenas três artigos que se enquadram na temática pesquisada.

Figura 8 – Fluxo da informação com as diferentes fases de uma revisão sistemática Latindex



Fonte: elaborado por Silva (2025), com base em Galvão *et al.*, 2015.

Legenda: abreviação “Nº” corresponde ao termo “número”.

Assim como foi feito com os artigos encontrados na base de dados Scopus, os três artigos encontrados no Latindex foram categorizados, observando as orientações de Saldaña (2009). Para análise foram adotadas as categorias elencadas anteriormente na

revisão Scopus, são elas: 1) *Produção e Comercialização*; 2) *Gênero e Exclusão Digital*; e 3) *Educação e Inclusão digital*. Os dados foram sistematizados no quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Panorama geral da Revisão de Literatura

Categorias	Abordagem
1) Produção e Comercialização:	Conta com um artigo que aborda a utilização das TIC em circuitos curtos de comercialização agroecológicos e apresenta os papéis ocupados tanto pelo homem quanto pela mulher no processo.
2) Gênero e Exclusão Digital	Conta com dois artigos que enfatizam a exclusão digital das mulheres rurais, sendo que elas apresentam altas taxas de analfabetismo digital.
3) Educação e Inclusão digital:	Nenhum artigo.

Fonte: elaboração própria.

A categoria 1) *Produção e Comercialização*, com um artigo desenvolvido por Santini e Ghezán (2022), se refere a uma pesquisa sobre a apropriação das TIC em circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos, na Argentina. O trabalho não aborda diretamente as assimetrias de gênero, mas ela se revela ao longo da pesquisa através de um estudo de caso sobre o projeto Tu Raíz. Os pesquisadores apresentam o casal Julia e Hernán e em seus depoimentos sobre os usos distintos que fazem das TIC nas ações do projeto.

No empreendimento agroecológico Tu Raíz, Julia é responsável por diversas tarefas: venda em feiras, preparo de alimentos processados e até a construção do site do projeto é feita por ela. Os pesquisadores constataram que o Hernán fica responsável pelas ações de gestão e utiliza as TIC para fins de organização, enquanto Julia se apropria das TIC de forma multimodal, cuidando do site, das apresentações dos produtos, do texto, imagens e design. Não é feita nenhuma problematização numa perspectiva de gênero sobre os papéis ocupados por Julia e Hernán nas ações do Tu Raíz. Apesar disso, o estudo ressalta a importância das TIC para os circuitos de curtos de comercialização, sobretudo durante a pandemia de Covid e a forma criativa como o casal se apropria das tecnologias para comercialização de produtos agroecológicos.

Já na categoria 2) *Gênero e Exclusão digital*, destaca-se a pesquisa desenvolvida no Equador por Aroca, Gordillo e Larrea (2018), que trata sobre o uso e acesso de computadores à internet. Eles buscam investigar se o dispositivo influencia no sucesso acadêmico, oportunidades de trabalhos, aumento de renda e competitividade. Adotando

uma perspectiva de gênero, a pesquisa constatou que há uma disparidade no acesso das mulheres às TIC, contudo, as apropriações feitas são funcionais e contribui para o desenvolvimento social delas. Os pesquisadores observaram ainda que no Equador o analfabetismo digital é maior entre as mulheres do que em homens, além disso as mulheres rurais do país são as mais afetadas em comparação tanto com os homens rurais quanto com os homens e mulheres de áreas urbanas.

Apesar de o trabalho não ser focado estritamente nas mulheres rurais, ele traz uma importante colaboração ao tratar sobre o analfabetismo digital. Gordillo, Larrea e Espinoza (2018) salientam que as políticas públicas do país precisam estar voltadas para o fomento e desenvolvimento de habilidades digitais, possibilitando que as mulheres rurais e urbanas utilizem as tecnologias de forma criativa e em prol de seu desenvolvimento.

A pesquisa de Martínez Cruz *et al.* (2020), por sua vez, busca compreender como as diferentes dimensões da exclusão digital e da cultural afetam o uso das TIC no município rural e indígena San Francisco Logueche, no estado de Oaxaca, no México. Além disso, problematiza-se o governo eletrônico, ou seja, a capacidade da gestão pública adotar as TIC nas ações governamentais. O estudo foi desenvolvido com o mesmo número de participantes homens e mulheres, por faixa etária, para evitar vieses de gênero. Entretanto, não há uma análise pela ótica de gênero, portanto, não há uma comparação entre os dois grupos entrevistados. Apesar disso, os pesquisadores constataram que a exclusão digital e a cultura influenciam na forma como a TIC é utilizada por aquela população. Segundo eles, apenas 60% dos habitantes possuem TIC, sendo que apenas 40% da população utiliza as tecnologias. Desse modo, eles consideram inviável a adoção das TIC nos sistemas de gestão pública, preservando as práticas tradicionais na relação governo-cidadão.

A revisão de literatura realizada na base de dados Latindex revela a escassez de estudos que versem sobre gênero, TIC e ruralidade. De modo geral, os trabalhos descartados tratam sobre a adoção das tecnologias digitais no contexto da educação. Por outro lado, os três trabalhos apresentados nesta pesquisa, por mais que utilizem métodos que visem um equilíbrio na participação de homens e mulheres, não os analisam sob a ótica de gênero. Considera-se que esta análise focada na desigualdade de gênero e na interseccionalidade seja fundamental para a compreensão das realidades vivenciadas pelas mulheres, sobretudo das que residem em áreas rurais.

1.3 Mulheres rurais e TIC nas publicações da Revista Intercom e da Revista Estudos Feministas

Nas revisões de literatura realizadas nas bases de dados *Scopus* e *Latindex* não foram encontradas produções acadêmicas que abordem o contexto brasileiro, por isso, optou-se por realizar um levantamento em duas revistas brasileiras de renome. No âmbito da Comunicação, foi selecionada a Revista Intercom¹⁰ e sua escolha se deu pela relevância no cenário nacional, sendo um veículo de divulgação científica produzido e publicado desde 1978. No âmbito dos estudos feministas, o levantamento foi realizado no repositório da Revista Estudos Feministas¹¹, criada em 1992, com o objetivo de divulgar estudos na área e promover o debate teórico que possa contribuir para os movimentos das mulheres. A revista é sediada no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O levantamento realizado no repositório das duas revistas também foi focado em produções que versassem sobre “gênero”, “rural” e “TIC”. Como não era possível realizar a busca por palavras-chaves, optou-se por acessar cada uma das publicações e fazer a leitura inicial dos títulos e resumos. Considerando a disponibilidade digital do material, o levantamento foi desenvolvido com as publicações do período de 2003 a 2024¹². Para fins de organização, primeiro serão apresentados os resultados obtidos na Revista Intercom e, na sequência, a Revista Estudos Feministas.

1.4.1 Revista Intercom

No período de 2003 a 2024, a Revista Intercom publicou 510 artigos científicos. A distribuição deste conteúdo ocorreu em 22 volumes, sendo que de 2003 a 2015 eram publicadas duas edições por ano. Já do período de 2016 até 2021, foram três edições a cada ano. A partir de 2022, a publicação passou a ser realizada em fluxo contínuo, sendo uma única edição por ano.

Especificamente sobre a temática deste levantamento foi encontrado apenas um artigo. Trata-se da produção das pesquisadoras Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2017) que explora o Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura, de Jesús Martín Barbero.

¹⁰ Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/>

¹¹ Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>

¹² Devido à baixa disponibilidade de material no recorte temporal de 2018-2023, adotado nas análises do *Scopus* e *Latindex*, o pesquisador optou por estender a busca a fim de encontrar o máximo de material disponível sobre a realidade brasileira.

No documento, apresenta-se uma investigação das práticas cotidianas de mulheres agricultoras de um município rural do Rio Grande do Sul. O trabalho é desenvolvido observando a ritualidade (uso regular e repetitivo das TIC); sociabilidade (vivências construídas com as TIC); tecnicidade (a relação das mulheres rurais com os dispositivos); e a institucionalidade (inserção das TIC no cotidiano, sobretudo pela demanda escolar).

As pesquisadoras visitaram famílias de agricultores e observaram que o telefone celular é utilizado pelas mulheres para a aproximação com os demais membros quando eles estão distantes. Em menor ocorrência, o aparelho também aparece como forma de potencializar as atividades laborais (comercialização, serviços e compras). Há ausência de sinal telefônico nas comunidades e isso gera uma nova forma de sociabilidade, já que as/os jovens se deslocam no período noturno para acessar a rede *Wi-fi* (Escosteguy; Siguente; Bianchini, 2017).

O uso das redes sociais ganha destaque entre as mulheres adultas, sendo que os homens adultos não costumam utilizar com frequência o Facebook, por exemplo. Conforme Escosteguy, Siguente e Bianchini (2017), entre as jovens, a rede social já aparece como uma nova forma de narrar a vida cotidiana. Quanto ao domínio das tecnologias, as mulheres adultas e idosas relatam ter mais dificuldades para usar o telefone celular, por exemplo, necessitando do apoio de algum familiar. Escosteguy, Siguente e Bianchini (2017, p. 208) destacam que estudar as TIC “nos contextos domésticos também, pressupõe incluir o uso e manuseio das variadas tecnologias domésticas, numa perspectiva histórica”.

Apesar do número reduzido de trabalhos que abordam diretamente o uso e apropriações das TIC pelas mulheres rurais, o levantamento feito na Revista Intercom também possibilitou observar como a temática de gênero e/ou ruralidade é abordada na área da comunicação. Em 2007, por exemplo, a Revista Intercom publicou o trabalho “Limites e possibilidades das tecnologias da informação e comunicação na extensão rural” (v. 30, n. 2). O trabalho de Monteiro e Pinho (2007) foi desenvolvido em uma das unidades da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural Fundiário, em Goiás, com o intuito de verificar se as TIC eram instrumentos facilitadores nas atividades extensionistas e na comunicação com diferentes atores.

Monteiro e Pinho (2007) desenvolveram o estudo apenas com técnicos/extensionistas e gestores das unidades da agência, sem considerar os agricultores, questões de gênero etc. Apesar disso, o trabalho é relevante naquele

contexto por apresentar a realidade dos profissionais que tinham dificuldades para utilizar as TIC, seja por falta de treinamento, custos elevados dos equipamentos e da assistência técnica deles. No âmbito desta tese, torna-se relevante também porque a atividade extensionista ainda é importante para o contexto da microrregião de Viçosa-MG, onde o presente estudo foi desenvolvido.

Em 2009, a Revista Intercom publicou o artigo “*El derecho de las mujeres a la comunicación: la transversalización de la legislación de medios com perspectiva de género*” (v. 32, n. 2), de Aimeé Montiel. Apesar de não estar relacionado diretamente à TIC, Montiel (2009) faz uma discussão sobre os direitos das mulheres à Comunicação, com foco no contexto da Lei dos Meios de Comunicação no México. A autora destaca que a representação das mulheres nos meios de comunicação e das novas tecnologias sempre esteve atrelada a estereótipos sexistas que associam elas aos papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa. Na indústria da comunicação, Montiel (2009) também ressalta que as mulheres que atuam na comunicação também estão em posição marginal, ocupando poucos cargos de lideranças.

No contexto em que sua pesquisa foi desenvolvida, Montiel (2009) também observou que o desenvolvimento de uma educação midiática, com perspectiva de gênero, era lento. Conforme a pesquisadora, a exclusão digital das mulheres não estava relacionada apenas ao acesso e frequência de uso, mas pelas diferenças de educação, conhecimento, capacidade de aprendizagem e organização, entre outras. Ao analisar as leis mexicanas, Montiel (2009) observou que o país conta com leis que versam sobre os direitos de mulheres e meninas, mas sem abordar sobre o direito à comunicação. Neste sentido, a autora defende a necessidade de se ter uma lei da comunicação social democrática em que esse direito seja abordado de forma abrangente, pois a comunicação é um direito humano essencial, extensivo, para a plena cidadania das mulheres.

É importante destacar ainda os trabalhos de revisão bibliográfica que versam sobre comunicação e gênero. Tomazetti (2021) (v. 43, n. 1), por exemplo, realizou um levantamento focado nas pesquisas de mestrado e doutorado em comunicação no Brasil, publicadas entre 1972 e 2015. Foram analisadas 13.265 dissertações e teses, sendo selecionados 316 trabalhos com o objetivo de identificar a presença e a evolução dessas abordagens ao longo do tempo. Apesar de não ter nenhuma menção ao grupo das mulheres rurais, é importante destacar que as TIC aparecem como espaço de expressão,

resistência e construção de subjetividades de gênero, especialmente nas investigações que têm o recorte de identidades LGBT e feministas.

Souza *et al.* (2023) (v. 44, n. 3), por sua vez, realizaram um levantamento na base SciELO, observando o período de 2013 a 2019, quando foram encontrados 71 textos de diferentes áreas, sendo selecionados 15. As pesquisadoras consideraram que houve um aumento da produção acadêmica sobre as temáticas gênero e comunicação, contudo, a análise foi focada nas abordagens adotadas pelos autores e autoras dos artigos, diálogo com outras áreas e referências utilizadas. Não há menção às TIC ou às mulheres rurais.

O trabalho de Tavares *et al.* (2023) (v. 46) foi desenvolvido com base numa análise bibliométrica de 70 revistas classificadas com Qualis A1, A2, B1 e B2 na área de Comunicação e Informação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No total, foram 633 analisados, sendo constatado que os estudos sobre gênero têm sido uma preocupação das áreas do Jornalismo e Cinema e Audiovisual, sendo pouco abordadas na Publicidade e Propaganda e em Relações Públicas. Não há tanto enfoque nas questões relacionadas às TIC e às mulheres rurais, já que este não era o objetivo do trabalho.

A menção aos três últimos trabalhos se deu pela necessidade de entender as produções acadêmicas que têm sido desenvolvidas no âmbito da comunicação e gênero. Desse modo, reforça-se a contribuição desta tese, que tem como foco as vivências das mulheres rurais, mulheres estas que aparecem diretamente em apenas um artigo divulgado pela Revista Intercom no período analisado.

1.4.2 Revista Estudos Feministas

O levantamento realizado na Revista Estudos Feminista (REF) teve como recorte temporal o período de 2003 a 2024, sendo publicados neste período 740 artigos. Foram verificados 22 volumes, sendo que o volume 11 (2003) contou com apenas duas edições e o volume 12 (2004) contou com duas edições normais e uma edição especial, com discussões sobre o I Encontro Internacional e II Encontro Nacional de Publicações Feministas, promovido em 2003. A partir de 2005, cada volume passou a contar com três edições ao ano.

Por meio da leitura dos títulos e resumo não foi possível encontrar nenhum artigo da Revista Estudos Feministas que se adequassem à busca inicial. Entretanto, o trabalho “*La transformación tecnológica del sector agropecuario en la provincia de*

Córdoba y sus repercusiones sobre la mujer y la familia rural”, de Eugenia Perona (2012), chamou à atenção por mencionar a expressão transformação tecnológica em seu título. Desse modo, ele foi selecionado para leitura completa do documento. Perona (2012) não tem como foco analisar o uso das TIC e sua inserção no meio rural. Ao abordar a transformação tecnológica ela aponta sobre a utilização de tecnologias ligadas à mecanização e profissionalização da produção, bem como o papel das mulheres rurais nas dinâmicas familiares.

Perona (2012) também observou que as mulheres rurais têm seu trabalho invisibilizado, pois ocorre uma divisão sexual do trabalho sendo que elas gastam metade do tempo em tarefas domésticas e se envolvem pouco nas atividades como plantio e uso das máquinas. Além disso, a remuneração das mulheres rurais em Córdoba era desigual no comparativo com os homens e poucas participantes da pesquisa relataram participar de organizações políticas. Por outro lado, elas reconheciam a importância da transformação tecnológica, mas temiam pela questão ambiental (uso de agrotóxicos e impactos no solo).

Apesar de não encontrarmos nenhum artigo que se enquadre no escopo deste levantamento, é importante destacar que a Revista Estudos Feministas desenvolveu dois dossiês temáticos com foco nas vivências das mulheres rurais. Em 2004, no volume 12, número 1, foi publicado o dossiê temático “As agricultoras do Sul do Brasil”, organizado por Anita Brumer e Maria Ignez Paulilo, com trabalhos que abordam o direito da mulher à terra, o trabalho familiar, o valor do casamento, as relações de gênero nos movimentos sociais, entre outros aspectos.

Em 2007, no volume 15, nº2, foi publicado na Revista Estudos Feministas o dossiê "Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil", organizado por Rosineide Cordeiro e Russel Parry Scott. O dossiê reúne trabalhos que abordam o acesso a direitos sociais pelas mulheres rurais, especialmente a Previdência Social; lutas das lideranças femininas na preservação das tradições; a formação de coletivos de mulheres rurais para atuar em movimentos sociais; questões relacionadas ao trabalho, economia, modernização, turismo e preservação do meio ambiente.

Pôde-se observar a inviabilização do recorte rural nos estudos de gênero e uma baixa articulação entre ruralidade e comunicação. Desse modo, é possível inferir que a ruralidade não é uma temática prioritária nos dois periódicos brasileiros analisados. É possível que o esforço da comunidade acadêmica esteja centrado nas experiências

urbanas e em questões de gênero com recortes em classe, raça e/ou sexualidade que não abarque as TIC.

A revisão de literatura realizada, sobretudo nas bases Scopus e Latindex, aponta os entraves que as mulheres rurais enfrentam para se apropriar das TIC, seja no contexto latino-americano ou em outras regiões do mundo. As principais barreiras são: baixa escolaridade; restrição de renda; falta de infraestrutura; e a influência de normas socioculturais que podem limitar a autonomia delas na utilização das redes sociais (Krell et al., 2020; Gwaka, 2018; Daza; Sánchez, 2022).

O diálogo entre os achados da revisão e os dados empíricos desta pesquisa se dá na observância das informações declaradas pelas 163 participantes que responderam ao questionário. As desigualdades estruturais se evidenciam na questão da escolaridade, sendo que mais da metade não concluiu o ensino fundamental (78) e poucas conseguiram concluir o ensino superior (10). Além disso, a renda familiar da maior parte se concentra entre 1 e 2 salários-mínimos (59).

Conforme a revisão de literatura, as mulheres rurais apresentam um acúmulo de atividades, sobretudo com tarefas domésticas e de cuidado com familiares, sendo este um fator limitante para a disponibilidade de tempo e energia para apropriação de TIC (Voss *et al.*, 2021). Nesse sentido, a pesquisa empírica indica que 83% das participantes desta pesquisa são mães e muitas exercem jornadas duplas ou triplas, fato que pode gerar cansaço e menor autonomia no uso das tecnologias.

Por fim, vale ressaltar que, apesar dos trabalhos analisados abordarem a desigualdade, poucos o fazem sob a ótica da interseccionalidade. Assim, os dados de campo desta pesquisa apontam para a realidade das participantes negras (pretas e pardas) com os piores indicadores de renda, escolaridade e dependência de programas sociais, sinalizando que as desigualdades não se estruturam somente em gênero, mas no cruzamento dos múltiplos marcadores sociais.

CAPÍTULO 2 – TECNOLOGIA, TECNOLOGIAS DIGITAIS E APROPRIAÇÃO

O propósito deste capítulo é analisar e discutir como as mulheres rurais se apropriam das tecnologias de informação e comunicação, especialmente das tecnologias digitais (*smartphones*, redes sociais, internet, entre outros). Para tanto, optou-se pela divisão do texto em quatro partes, a fim de traçar um percurso teórico que ajude na compreensão das experiências vividas por elas.

No primeiro momento, é feita a discussão sobre apropriação das tecnologias digitais, tendo como suporte os estudos de Roxane Cabello, Delia Crovi Druetta, entre outras pesquisadoras que se destacam na América Latina. De modo geral, é importante ressaltar que a apropriação ocorre com base nos contextos sociais e culturais nos quais as pessoas estão inseridas, portanto, também são afetadas pelas desigualdades sociais.

Em seguida, é feita a discussão sobre a extensão rural e a sua influência no desenvolvimento das atividades agrícolas, sobretudo com a implementação de inovações tecnológicas, com base nas obras de Paulo Freire e de Everett Mitchell Rogers e Floyd Floyd Shoemaker. Também se utilizou dos escritos de Álvaro Vieira-Pinto (2005) e Pierre Lévy (2010) para falar da tecnologia. Levou-se em conta que a falta de exposição à tecnologia causada pelas assimetrias de gênero pode afetar a forma como as mulheres rurais se relacionam com as tecnologias de informação e comunicação. Muitas delas sentem que lhes faltam competências técnicas, sendo o uso da internet condicionado ao auxílio de algum familiar (Brumer, 2004; Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2019).

O capítulo conta também com uma discussão sobre a adoção das inovações tecnológicas nas atividades desenvolvidas pelas participantes desta pesquisa. Através dos relatos delas, é possível observar como elas se relacionam com tecnologias, desde o ferro de passar roupas à brasa até sistemas automatizados na avicultura. Buscou-se ainda problematizar a divisão sexual do trabalho e como ela influencia no acesso diferenciado às tecnologias. É possível observar que as mulheres rurais atuam ativamente tanto na produção quanto na comercialização, e ainda precisam gerir o tempo para dar conta das atividades domésticas.

Por fim, através dos dados quantitativos e qualitativos desta pesquisa, buscou-se analisar como ocorre a apropriação das TIC, com destaque para o telefone celular/*smartphone* apontado pelas participantes como o principal dispositivo utilizado. Neste primeiro momento, a análise foi focada na posse do aparelho. Observando-se os

fatores (renda, idade, raça, entre outros) que incidem na aquisição dos produtos, dificuldades de uso etc.

2.1 – Um olhar sobre a tecnologia e sua relação com o meio rural

O desenvolvimento da atividade agrícola mundial é impulsionado pelo avanço da ciência, que possibilita a implementação de inovações tecnológicas que visem a eficiência das produções. Ao adentrar nesta seara, é preciso voltar o olhar para as revoluções científicas, pois elas nos ajudam na compreensão de como ocorre os avanços científicos. No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento no século XX, é preciso ter atenção ao desenvolvimento da extensão rural, pois ela é a principal atividade atuante na propagação das tecnologias (Silva, 2009).

O modo como as inovações tecnológicas adentram o meio rural merece atenção, porque existem dois paradigmas que podem orientar a extensão rural: 1) “difusionista-inovador”, proposto por Everett M. Rogers e Shoemaker (1974), focado na difusão das diversas tecnologias, desconsiderando o conhecimento prévio dos agricultores; e 2) “dialógico”, defendido por Paulo Freire (1983), que visa a construção do conhecimento em parceria entre extensionista e agricultor, sem ignorar os saberes tradicionais da comunidade.

Thomas Kuhn (1998) considera que cada grupo científico possui um paradigma que ajuda na explicação de um determinado fenômeno. O paradigma seria uma metodologia que ajuda na resolução dos problemas, ou seja, é a forma como determinada situação ou objetivo pode ser interpretada e compreendida. Desse modo, quando o grupo científico adota um modelo explicativo é como se a ciência entrasse no período de normalização, em que o paradigma vigente dá conta de responder às questões postas.

No caso da extensão rural, Silva (2009) explica que o desenvolvimento da extensão rural no Brasil se deu pela atuação da *International Association For Economic and Social Development* (AIA), que incentivou a modernização dos países subdesenvolvidos. Neste sentido, Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) destacam que a chamada “Revolução Verde”, ocorrida entre as décadas de 1940 e 1970, teve como objetivo principal a obtenção de altos rendimentos e aumento das variedades de culturas por meio do uso de fertilizantes. Além disso, houve a necessidade de todos os setores agroindustriais se adaptarem para adotar às novas tecnologias, como sementes híbridas e maquinários modernos.

A chegada de diferentes tecnologias no meio rural foi possível através da ação de “novos exploradores”, pessoas tidas como instruídas e dispostas a adentrar àquela realidade ensinando a implementar as inovações do mercado. Conforme Fonseca (1985), os profissionais de extensão rural foram fundamentais para levar conhecimento técnico ao meio rural brasileiro. Porém, essa atuação deve ser problematizada, pois Coelho (2014) destaca que os saberes rurais foram ignorados pelos “exploradores”, que desejavam impor o seu conhecimento técnico em prol da produtividade e do desenvolvimento econômico.

A discussão sobre ciência se faz necessário porque, com base em Kuhn (1998), podemos observar que o paradigma “difusionista-inovador” adotado pela Revolução Verde gerou uma crise, já que os extensionistas utilizavam uma metodologia hierarquizada e que desconsiderava os saberes e técnicas rurais já preexistentes. É nesse momento que pode ocorrer a revolução científica, ou seja, a busca da ciência em estabelecer uma nova forma de compreender o fenômeno (Kuhn, 1998).

A partir da revolução científica, Kuhn (1998) esclarece que chega o momento da ciência extraordinária que dá origem ao novo paradigma. No exemplo em questão, o modelo “dialógico” proposto por Freire (1983) passa a ser adotado por parte dos pesquisadores de Ciências Sociais Aplicadas, que o considera capaz de explicar o fenômeno. Entretanto, cabe ressaltar que existem pesquisadores que ainda consideram o modelo “difusionista-inovador” capaz de explicar e direcionar as atividades agrícolas.

A adoção do modelo freiriano “dialógico” é importante para este trabalho, porque valoriza as técnicas, tecnologias e saberes que fazem parte das vivências das mulheres rurais. Além disso, torna-se um excelente caminho para compreender as três principais tecnologias da inteligência: a oralidade primária, a escrita e a informática. A este respeito, Pierre Lévy (2010) considera que a *oralidade primária* está situada no período em que a sociedade ainda não havia desenvolvido a escrita. Portanto, o conhecimento estava baseado na memória humana (de curto ou longo prazo) e na linguagem. Segundo o sociólogo, o espaço temporal neste caso é cíclico, por sempre precisar relembrar os conhecimentos.

Já a *escrita*, conforme Levy (2010), se desenvolve a partir do momento que o conhecimento começa a ser gravado em outro meio além da memória. Dessa maneira, a forma como a memória se desenvolve é alterada porque houve a redução de estímulo, assim o pensamento passou a ser categorizado. Por fim, na era da *informática*, os conhecimentos são produzidos para durar pouco e o que importa é a informação mais

recente. Os conhecimentos se organizam em rede, com “nós” e interfaces que são acionados conforme a necessidade da pessoa interessada. Dessa forma, a memória passa a ser ainda menos estimulada. No capítulo 4, veremos que a era da informática superada pela rede *web 2.0*, que transformou a internet numa inteligência global, capaz de conectar “pessoas, imagens, sons, dados e de redesenhar, assim, as interações sociais através das redes sociais, do *bit* e das formas de acesso móvel” (Di Felice, 2021, p. 24).

No meio rural, é possível observar a presença da oralidade como forma de transmitir os conhecimentos tradicionais às comunidades, contudo, através da ação extensionistas eles passam a ser ignorados em prol de técnicas e objetos ditos modernos e mais eficientes (Freire, 1983; Coelho, 2014). Diante dessa centralidade da tecnologia na atividade extensionista, é importante compreender as acepções que existem sobre o termo.

O filósofo brasileiro Álvaro Vieira-Pinto, em sua obra póstuma “O conceito da tecnologia”, indica as quatro principais: 1) o significado etimológico (ciência, teoria, arte e/ou técnica) e os modos como as coisas são produzidas; 2) de forma mais comum como uma técnica; 3) ou conjunto de técnicas que dispõe uma determinada sociedade; e 4) a importância capital que se refere a ideologização da técnica, sendo vista como um instrumento de inovação.

Vieira-Pinto (2005) destaca que a tecnologia precisa ser necessária para ser útil e que ela, geralmente, é inventada para atender às necessidades de produção e de desenvolvimento científico. Contudo, nem sempre a finalidade para qual ela foi desenvolvida é adotada pelos seres humanos, que podem utilizá-la para outras funções (Lévy, 2010). O telefone celular, por exemplo, inicialmente foi pensado para realização de chamadas de voz entre pessoas em diferentes locais, mas ele é utilizado para diversas outras funções, sendo o aparelho mais utilizado pelos brasileiros para acessar à internet, como aponta a TIC Domicílios - 2023, do CGI.br (2023).

Diante dessa relação entre a tecnologia e o consumidor, Vieira-Pinto (2005, p. 224) considera que “os objetos surgem e se põem ao alcance do consumidor em virtude do sistema de relações sociais onde se originam e adquirem o conteúdo de valor neles reconhecidos”. Desse modo, o autor considera que as relações sociais possibilitam que a pessoa tenha acesso aos bens de consumo. No entanto, ele enfatiza ainda as relações de poder que estão imbricadas por quem domina a técnica, já que a tecnologia pode ser utilizada como um instrumento de dominação, seja em situações individuais ou gerais. Vieira-Pinto (2005) destaca que muitos países subdesenvolvidos se submetem às

relações de poder com as nações mais poderosas para comprar tecnologia e poder se desenvolver, como é o caso do Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) no contexto da “Revolução Verde”, em meados do século XX (Goodman; Sorj; Wilkinson, 1990).

Apesar das relações de poder que podem ser estabelecidas por meio da tecnologia, o uso do conceito de “impacto” é considerado inadequado por diversos autores. Tamara Benakouche (1999, p. 2) afirma que o conceito passou a ter ampla aceitação a partir da década de 1970 e foi utilizado sem muitas críticas. Segundo ela, “responsabilizar a técnica pelos seus ‘impactos sociais negativos’, ou mesmo seus ‘impactos sociais positivos’, é desconhecer, antes de mais nada, o quanto - objetiva e subjetivamente - ela é construída por atores sociais, ou seja, no contexto da própria sociedade”.

Desse modo, Benakouche (1999) considera que a tecnologia é a própria sociedade, porque os atores sociais são os responsáveis por desenvolvê-las e por estabelecer a forma como elas serão utilizadas. Contudo, ela considera que devem ser evitadas: a noção do gênio, atribuindo a uma pessoa o papel do inventor destaque; do determinismo tecnológico, que considera a tecnologia como autora das mudanças na sociedade; e a falta de rigidez em fazer a distinção dos termos tecnologia e técnica. Segundo ela, é necessário considerar ainda a capacidade de agência da tecnologia, porque o mundo é composto por atores humanos e não-humanos, e ela não é passiva sendo capaz de promover alterações na sociedade.

Lévy (2010) também considera inadequada a metáfora do impacto tecnológico, pois, para ele, seria como considerar a tecnologia um projétil lançado sobre a sociedade gerando um impacto. Além disso, o francês ressalta que a tecnologia não é um ator autônomo, porque ela depende das atividades humanas que são baseadas nas interações entre pessoas (vivas e pensantes), entidades materiais (naturais e artificiais) e ideias e representações. Segundo Lévy (2010), as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura; sendo que as três entidades técnica, sociedade e cultura se relacionam e não são independentes.

Diante disso, assim como Benakouche (1999), Lévy (2010, p. 5) também observa a capacidade de agência das tecnologias, salientando que as técnicas não são coisas frias, elas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante o uso feito pelos homens e mulheres. Segundo ele, “uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas”. Além disso, considera que

por trás das técnicas agem e reagem ideais, não sendo possível ela determinar sobre a sociedade, mas condicionar, já que algumas ações culturais ou sociais podem ser pensadas sem a presença da tecnologia.

Lima (2011) considera ser difícil dimensionar como as tecnologias modernas afetam a vida das pessoas, por isso, ele também é contrário a visão do determinismo tecnológico. Dessa forma, ele considera que as tecnologias não são autoras exclusivas das mudanças que ocorrem na sociedade. Conforme Williams (2011), em sua análise sobre a televisão na sociedade, é possível que ocorram transformações mediadas pelas tecnologias desde que se leve em consideração inúmeros outros fatores socioculturais. No meio rural, as TIC surgem como instrumentos geradores de novas condições humanas, sobretudo com um intenso fluxo de informação entre diferentes espaços.

A propagação de tecnologias no rural brasileiro, no contexto da Revolução Verde, ocorreu com o apoio dos extensionistas que se capacitavam nas diversas escolas agrícolas que surgiram à época, bem como os cursos de Ciências Agrárias para o ensino superior que também foram criados. Contudo, Coelho (2014, p. 49) salienta que a matriz curricular pedagógica desses cursos não constava disciplinas que questionassem “as relações sociais de produção ou o monocultivo do latifúndio”, como é o caso do curso de Agronomia da antiga ESAV (Escola Superior de Agricultura e Veterinária), criada nesse contexto, em Viçosa, Minas Gerais.

O cenário de formação de profissionais que atuavam na área rural era, principalmente, de extensionistas aptos a aplicar e difundir o conhecimento, na perspectiva de Everett M. Rogers e Shoemaker (1974). O modelo “difusionista-inovador”, no entendimento do sociólogo, era fundamental para a divulgação das tecnologias como um instrumento de solução para os problemas rurais. Foi seguindo esta percepção que ocorreu o desenvolvimento agrícola do Brasil e de outros países.

Para fomentar a modernização foi empregado um discurso que expunha as carências das pessoas no meio rural e exaltava as soluções técnicas inovadoras para lidar com os problemas. Segundo Calazans (1981 *apud* Fonseca, 1981, p.171), o diagnóstico apresentado era de: desnutrição (carência de alimentos); ignorância (carência de informações); doenças (carência de saúde); isolamento (carência de contatos com o exterior), anonimato (carência de laços sociais).

A expansão da atividade extensionista seguindo o modelo “difusionista-inovador”, conforme Fonseca (1985), ocorreu por meio de instituições

como a Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), criada para ordenar o trabalho a nível nacional e recebia subsídio do Estado para obter maior alcance no território nacional. Contudo, a partir da década 1990, as empresas públicas têm sua participação nos serviços de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) reduzida e há o aumento da atuação de instituições privadas e das ligadas ao terceiro setor (Sulaiman; Davis, 2012), fato que impacta diretamente na atuação extensionista.

Em contraposição ao modelo “difusionista-inovador”, o educador e filósofo Paulo Freire (1983) teceu críticas à prática extensionista, ressaltando que a forma como era exercida tinha o caráter de invasão cultural. Diante disso, ele destacou a importância de ser adotado um modelo dialógico, em que pudesse ser estabelecida uma comunicação horizontal entre os envolvidos (extensionista e agricultor). O modelo dialógico considera que todos possuem saberes e que eles não se anulam, pois o extensionista, ao se colocar na posição de “educador-educando”, e o agricultor como um “educando-educador”, e vice-versa, proporcionam a construção do conhecimento. Dessa forma, segundo Freire (1983), não haveria a imposição de uma tecnologia sobre os agricultores.

2.2 – A apropriação das tecnologias digitais

A investigação sobre a forma como as mulheres rurais têm utilizado as tecnologias de informação e comunicação carece de uma reflexão teórica voltada para o conceito de apropriação das tecnologias digitais¹³. Conforme Martínez, Méndez e Gendler (2017), este conceito começou a ser desenvolvido no início dos anos de 1990, quando se iniciaram as problematizações sobre a inclusão e a exclusão digital das pessoas. Posteriormente, no final daquela década, a preocupação passou a ser também sobre o modo, a forma e o contexto em que as pessoas passaram a se relacionar com as tecnologias, dando origem de fato ao conceito.

A pesquisadora Roxana Cabello (2017) enfatiza que, apesar do termo apropriação ganhar destaque com o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão digital, a palavra algumas vezes é associada somente à tecnologia, deixando de lado a

¹³ Conforme o Dicionário da Comunicação, na informática, tecnologia digital é um ramo “que tem suporte no sistema binário de simbolização. [...] Os sistemas de comunicações atuais tendem a transformar os seus dispositivos de captação e transmissão de sons e imagens em tecnologia digital, substituindo os meios de registro analógicos, seja na telefonia, na radiodifusão ou na telecomunicação” (Marcondes Filhos, 2014). Ou seja, uma tecnologia de informação e comunicação pode ser uma tecnologia digital, mas nem toda tecnologia digital é uma tecnologia de informação e comunicação.

dimensão sociocultural que permeia o processo de produção, circulação e transformação. Desse modo, é necessário pensar a apropriação num sentido amplo, porque as tecnologias digitais podem estar integradas em diversas dimensões das nossas vidas, por isso é importante analisar as conexões que fazemos com elas e através delas, seja para interação ou informação (Cabello, 2017).

O termo “apropriação”, conforme Sandoval e Bianchi (2017), é adotado para falar das relações que as pessoas têm com objetos tecnológicos, especialmente as TIC. Os autores consideram que o conceito é fundamental para quem se interessa por tecnologias numa perspectiva sociocultural, como é o caso deste trabalho de doutorado. Segundo eles, a apropriação é feita por agentes ativos e os usos que são feitos podem alterar os processos sociais e culturais. Por outro lado, Morales e Natansohn (2025) enfatizam que a apropriação também pode ser entendida como a forma pela qual o capitalismo lucra com os resultados do trabalho humano, através da apropriação de traços culturais de grupos minoritários, gerando uma desapropriação em prol de lucros.

A adoção de tecnologias digitais na América Latina e no Caribe, conforme Morales e Natansohn (2025), teve início na década de 1970 com a implementação de um projeto voltado aos sistemas educacionais. O objetivo era incentivar a adoção das TIC nos processos educativos e na formação das subjetividades, a fim de preparar as novas gerações para o ingresso no mercado de trabalho. Inicialmente, o foco esteve nos jovens e nos professores, sobretudo pela crença no potencial de uso das tecnologias feito pelos jovens e sua capacidade de reivindicar e até construir espaços de autonomia coletiva.

Sandoval e Bianchi (2017) consideram, no entanto, que o delineamento da categoria apropriação começa a ser feito em dois contextos diferentes: 1) em meados da década de 1990, quando Roger Silverstone, Eric Hirsch e David Morley propuseram o modelo de domesticação das tecnologias e o olhar é voltado sobre os “recipientes” dos textos, ou seja, a análise é focada nos artefatos ou dispositivos; e, posteriormente, a atenção passa a ser dada ao 2) uso das tecnologias em ambientes contextualizados, como uma preocupação geral com o lugar dela na família e na casa, observando como elas alteravam as relações e geraram algum tipo de transtorno no ambiente doméstico. Por fim, eles esclarecem que Roger Silverstone também passou a considerar a influência da tecnologia, como a televisão, nas tomadas de decisões da sociedade.

Sandoval e Bianchi (2017) chamam atenção também para os trabalhos da escola latino-americana, em que Jesús Martín Barbero se debruça sobre as mediações e a

formação dos processos identitários. Segundo os pesquisadores, o conceito de apropriação se expande com Barbero, porque ao falar sobre os artesanatos e festas, o conceito é utilizado numa referência à reformulação do padrão cultural, ou seja, é extraído de um contexto e colocado em outro, como parte de uma prática de identidade. Assim, Sandoval e Bianchi (2017) consideram que a apropriação pode estar vinculada ao processo de reformulação cultural ao nível da produção de significado, diferente do proposto no contexto dos anos de 1980, voltado para um uso eficaz, material ou prático dos dispositivos.

Martínez, Méndez e Gendler (2017) acrescentam ainda que, além de Silverstone e seus companheiros que discutiram a apropriação no ambiente doméstico. No final da década de 1990, John B. Thompson abordou sobre a apropriação como recepção de significados sociais que incluem conteúdos midiáticos. Já nos anos 2000, ganha destaque os estudos de Susana Morales que discute a apropriação das TIC em dois níveis: a apropriação do objeto e a apropriação dos significados que ele transmite, habilita ou desencadeia. Conforme Sandoval e Bianchi (2017), Susana Morales considera que a apropriação não é apenas uma categoria explicativa, mas uma possível aposta política porque a transformação do uso da tecnologia é um recurso central para processos de autonomia pessoal e coletiva desta época.

A contemporaneidade é marcada fortemente pela cibercultura e Druetta (2017) destaca que a apropriação e a interação são características que se articulam e ajudam no entendimento de como a cultura digital contemporânea se constrói. Conforme a pesquisadora, o fator interação é importante de ser observado porque ele precisa de determinação ou interação recíproca, com os indivíduos se percebendo e desenvolvendo ações articuladas. Além disso, a interação integra todo e qualquer processo comunicativo, pautado na troca dialógica e mediado pela tecnologia ou não.

Na dinâmica do ciberespaço, como não há necessidade do fator presença, cabe às tecnologias digitais fazerem a mediação das interações. Para Druetta (2017), a internet se tornou o ambiente que proporciona o diálogo horizontal, com dimensão espaço-temporal sem limites e com possibilidades de práticas sociais singulares. Segundo ela, para os jovens, o ambiente virtual pode ser supostamente mais livre, sem a obrigação de respeito às regras do encontro físico.

Para compreender o desenvolvimento da cibercultura, que ocorre junto com o crescimento do ciberespaço, Druetta (2017) se apoia nos estudos de Pierre Lévy e Alexie Leontiev. Desse modo, ela considera que devem ser levados em conta a técnica,

os artefatos e os ambientes materiais em que as tecnologias digitais estão inseridas, porque os instrumentos são mediadores entre as pessoas e suas atividades. É por meio dessa interação que acontecem as práticas sociais compartilhadas e produtoras de sentido, sejam eles emocionais, relacionais, cognitivos, entre outros. Consequentemente, esses fatores podem contribuir para a mudança de práticas sociais dos indivíduos, proporcionando uma transformação sociocultural.

Desse modo, para que haja um desenvolvimento educacional e cultural, Druetta (2017) salienta que é preciso que a apropriação da tecnologia digital se estabeleça de maneira forte e próxima, com os sujeitos tendo competência para sua gestão. Assim, pode-se considerar que a apropriação de tecnologias é um processo socialmente situado e participativo, que ocorre em um espaço sócio-histórico determinado e que modifica as práticas culturais cotidianas.

Nesse sentido, a respeito da apropriação das tecnologias digitais, Cabello (2017) esclarece que existe uma infinidade de formas de utilizá-las, tais como: bens e serviços; circulação de bens e dinheiro; relação com o Estado; acesso e realização de direitos; produção, circulação e acesso a bens estéticos e simbólicos, entre outros. A pesquisadora ressalta que o consumo das tecnologias digitais feito por grande parte da população está vinculado ao mercado, seja na aquisição do dispositivo, acesso a serviços, aplicações e conteúdos, por exemplo. Além disso, este consumo pode ser profundamente diferente em vários setores sociais, culturais e etários, porque essas tecnologias têm cada vez mais inserção na formação e manutenção de laços interpessoais.

A participação no mundo digitalizado contemporâneo, segundo Cabello (2017), é formado por uma complexa rede que envolve uma tripla dimensão: relação entre pessoas e tecnologias; relação entre pessoas por meio das tecnologias (e condicionadas por elas); e relação entre pessoas para além das tecnologias (mas cercada por elas). Na concepção da pesquisadora, a apropriação se refere a um modelo aberto, complexo e diverso e, no âmbito dos estudos sociais sobre tecnologia, comunicação, cultura e educação, a apropriação vai envolver a produção do conhecimento.

Cabello (2017) aponta para duas características importantes sobre apropriação das tecnologias digitais: 1) existe um nível de graduação na concepção da apropriação e na compreensão do elo que estabelecemos com as tecnologias digitais (estranhamento, adaptação, adoção); 2) o vínculo que estabelecemos com a tecnologia digital é focado na base individual, mas envolve o mundo pessoal e o social do sujeito, possibilitando a

compreensão das relações mais amplas com a comunidade. Ou seja, questões culturais preestabelecidas influenciam na forma como as tecnologias digitais serão apropriadas.

Já Sandoval e Bianchi (2017), por sua vez, contribuem para compreensão do processo de apropriação destacando outras quatro características importantes: 1) desenvolvimento técnico – que se refere às características dos dispositivos, suas potencialidades e limitações, bem como sua evolução e as relações ecológicas que estabelecem com outros dispositivos e tecnologias; 2) regulações – existência de marcos regulatórios do setor econômico para que os serviços que são comercializados pelos dispositivos e que cabem intervenção do Estado e o desenvolvimento de políticas públicas; 3) estratégias de negócios – referente às ações desenvolvidas por fabricantes para que os dispositivos vão se expandindo e melhorando a participação nos seus respectivos mercados; e 4) ressignificações e usos – cuja atenção se volta para a forma como os usuários se propõe a utilizar os dispositivos, ou seja, a apropriação em si.

Martínez, Méndez e Gendler (2017) consideram ainda que apropriação das tecnologias digitais pode ocorrer de diferentes formas e que existem categorias que podem atuar mutuamente ou de forma exclusiva em alguns momentos. São elas: 1) apropriação reprodutiva – em que o aprendizado, representação e valores atribuídos ao uso da TIC ocorre conforme os propósitos para os quais ela foi projetada e desenvolvida; 2) apropriação adaptada ou criativa – quando o uso e práticas diferem daquelas para qual a tecnologia foi projetada, sendo utilizada e aplicada de modo novo e original; 3) apropriação cooptativa – feita por empresas, corporações e governos com fins comerciais, políticos, culturais, entre outros, e envolve direitos de propriedade intelectual; 4) criação tecnológica – processo de desenvolvimento de uma tecnologia (mesmo que seja semelhante a outras) para fins econômicos, sociais, ativistas ou estatal.

As categorias apresentadas por Martínez, Méndez e Gendler (2017), além de atuarem mutuamente ou de forma exclusiva, também podem ser transformadas em outras conforme a dinâmica vigente. O mundo social é marcado por diferentes atravessamentos que afetam o vínculo dos indivíduos com as tecnologias, assim, Druetta (2017) lança luz sobre a construção identitária que se forma na cultura digital desenvolvida na contemporaneidade, isto porque ela ocorre numa perspectiva relacional, nesse processo de estabelecer diferenças e semelhanças com os outros. Desse modo, é possível que os jovens ao acessarem os recursos digitais modifiquem suas práticas, enquanto para os adultos a forma como os jovens utilizam as tecnologias digitais pode ser rejeitada porque gera uma desconexão com o mundo físico, mas

também propicia conexão com contextos distantes através da mediação digital (Druetta, 2017).

O contexto social no qual a pessoa está inserida pode condicionar, mas não determinar, a forma como a tecnologia digital será utilizada. De acordo com Druetta (2017), isso possibilita que as tecnologias consideradas obsoletas possam ser utilizadas de forma criativa pelas gerações que já as utilizaram. A título de exemplo, a participante desta pesquisa E2 (branca, 50 anos, casada) em sua residência, no município de Teixeiras-MG, cultiva plantas suculentas em moinho de café manual, ferro de passar à brasa e outras tecnologias antigas que entraram em desuso em sua moradia. Este uso diferente e criativo do dispositivo é mais comum em pessoas que tiveram acesso a tecnologias obsoletas e não fazem parte das gerações digitais (Druetta, 2017).

A dinâmica social vigente na contemporaneidade é marcada pelo surgimento constante de diversas inovações digitais, que estão presente em diferentes contextos e afetam os indivíduos de diferentes formas. Desse modo, Druetta (2017) considera que elas reproduzem as condições sociais de inclusão-exclusão, que vão dar origem às lacunas digitais e cognitivas. Segundo a pesquisadora, a digitalização que se apresenta está situada num contexto político-econômico de globalização neoliberal, ou seja, ocorre em condições de desigualdade social, possibilitando falar em apropriação desigual da TIC, já que o acesso e uso não vão acontecer de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais devido a fatores estruturais (gênero, território, educação, idade, entre outros).

Nesse sentido, cabe destacar que, conforme Morales e Natansohn (2025), a sociedade experimenta a digitalização da vida e o capitalismo se configura num estado de vigilância, não só comportamental, mas difuso e massivo. Nesse contexto, os comportamentos são gerados e alinhados ao interesse do próprio capital, através da tecnologia. Segundo as pesquisadoras, trata-se do capitalismo de vigilância, sendo que as empresas utilizam dados de usuários para aprimorar produtos, serviços e experiências nas plataformas digitais, bem como treinar inteligência artificial.

2.3 – As vivências das mulheres rurais com as inovações tecnológicas

A maneira como as mulheres rurais lidam com as tecnologias chama atenção, porque historicamente os homens acessam às tecnologias melhores na agricultura (tratores e outros maquinários). As mulheres utilizam aquelas que perderam serventia para lidar com a hora, ou tecnologias relacionadas ao ambiente doméstico porque seu

trabalho é considerado “leve” e está atrelado ao cuidado (Paulilo, 1987; Woortmann; Woortmann, 1997; Leal, 2023). A falta de exposição às variadas tecnologias, causada pelas assimetrias de gênero, pode afetar a forma como as mulheres rurais adultas e idosas se relacionam com as TIC, já que muitas sentem falta de competências técnicas para uso (Brumer, 2004; Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2019).

A utilização das TIC ocorre de forma desigual entre homens e mulheres na área rural, sendo esta disparidade resultado das assimetrias de gênero (Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2019; Rotondi *et al.*, 2020; James, 2023; Ziegler; Segura, 2023). Como é próprio da sociedade capitalista, a atenção dada aos papéis desempenhados pelas mulheres sempre esteve pautada na divisão sexual do trabalho, elemento central para as relações sociais de sexo (Kergoat, 2009). Os estudos rurais voltados para o papel da mulher na esfera da produção passaram a ser preocupação a partir da década de 1960, instigando a compreensão das atividades desenvolvidas por elas no ambiente doméstico (Herrera *et al.*, 2024).

A relação das mulheres rurais com as tecnologias pôde ser compreendida durante a oficina de fotografia, realizada em 25 de março de 2025, no sítio da participante G3 (parda, 73 anos, divorciada), na comunidade Bom Jardim, em Teixeiras-MG. O encontro foi articulado com o escritório regional da Emater-MG daquele município e contou com a participação de cinco adultas e uma adolescente, cujos dados não constam neste trabalho, pois o recorte etário é de participantes com 18 anos ou mais. A oficina foi dividida em três momentos: apresentação das participantes, dinâmica com exposição de imagens de tecnologias (figura 9) e oficina de fotografia.

Figura 9 – Imagens de tecnologias expostas às participantes da oficina



Fonte: elaborado pelo autor.

A escolha dos objetos utilizados na dinâmica da oficina não se deu de forma aleatória, foram selecionadas tecnologias que estão ou estiveram presentes no cotidiano das mulheres rurais, direta ou indiretamente. Levou-se em consideração aspectos da divisão sexual do trabalho, especialmente às dimensões do que permeia o ambiente doméstico e ao espaço da lavoura, com base nas inferências feitas através da leitura dos trabalhos de Paulilo (1987), Woortmann e Woortmann (1997) e Leal (2023). Além disso, optou-se por acrescentar tecnologias relacionadas à comunicação, como o rádio, computador, telefone celular e câmera fotográfica, para estimular a discussão desta tese.

Durante a atividade, todas as participantes disseram conhecer e já ter se relacionado com as tecnologias em algum momento. O primeiro equipamento que chamou a atenção das mulheres foi o ferro de passar roupa à brasa. Conforme a participante G3 (parda, 73 anos, divorciada), era uma tecnologia muito difícil de ser utilizada porque exigia um cuidado para não se queimar e não deixar a brasa cair na roupa. A participante G2 (parda, 53 anos, casada) complementou ainda dizendo que caso a fagulha da brasa caísse sobre a roupa era necessário lavá-la novamente e reiniciar o processo de engomar a roupa à brasa.

Ao verem a figura da enxada, elas relataram ter uma certa aversão ao equipamento utilizado nas atividades agrícolas. Conforme a participante G5, “a gente prefere passar longe da enxada porque desgasta e exige muito esforço”. Em contrapartida, a participante comemorou o fato de ter realizado um curso de operação e manutenção de tratores agrícolas. “Eu fiz o curso há pouco tempo, porque essa era a minha meta e agora eu tenho carteira e uso na minha propriedade”, destacou a participante G5 que contou que utiliza também o equipamento no preparo da terra onde cultiva a horta ou para preparar “cama de galinha” para ser utilizada como adubo orgânico.

Durante as entrevistas realizadas com as mulheres rurais que moram nos municípios de interesse deste trabalho, algumas relataram que os pais até as incentivavam a dirigir carros ou os tratores da propriedade, como é o caso da entrevistada E5 (parda, 41 anos, casada), de Viçosa-MG. Ela relata que foi “criada de forma bem à vontade pelo pai, ele incentivava a dirigir. Mas, eu fui aprender depois porque eu não tive muita paciência. Ele sempre deixou mexer com os instrumentos que tivessem por lá”. Contudo, vale ressaltar que a divisão sexual do trabalho afeta na utilização das tecnologias. Brumer (2004) destaca que historicamente sempre coube aos homens a utilização desse tipo de tecnologias (tratores e outros maquinários), porque o

trabalho deles é considerado “pesado”, enquanto as mulheres utilizavam tecnologias ligadas às atividades domésticas (liquidificador, fogão, entre outros) por realizarem um trabalho considerado “leve”.

A participação das mulheres rurais nas atividades agrícolas se mostra constante, conforme Telles *et al.* (2021), sobretudo no início da década de 2020, quando o mundo todo foi afetado pela pandemia de Covid-19. As pesquisadoras observaram que na Zona da Mata de Minas Gerais foram as mulheres rurais responsáveis por estabelecerem novas relações com os mercados e escoar as produções, sobretudo com a utilização das TIC para comercialização. Nesse sentido, a entrevistada E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido-MG, destaca que a jornada de trabalho é exaustiva porque, no seu caso, além de pensar no plantio do café, é necessário pensar na colheita, no preparo do produto (seja em cru ou torrado) e na comercialização do produto.

A gente tem conhecimento dessas tecnologias, do quanto elas podem ajudar, mas a questão financeira ainda pega. A gente não consegue acessar tecnologias de produção porque elas são pensadas para grandes empresas, grandes produtores. Poucas são voltadas para a agricultura familiar. Então, eu acredito que a gente já vai precisar pensar nessa questão dos maquinários para ajudar, porque quando se fala em mão-de-obra, as famílias já estão reduzindo, os casais não têm mais aquele ‘monte’ de filho como era antigamente – E1 (parda, 31 anos, solteira), Paula Cândido-MG.

A preocupação da participante E1 (parda, 31 anos, solteira) não é somente em relação às pessoas que trabalham na colheita do café em sua propriedade, está relacionada também à continuidade e permanência do jovem no campo. Segundo ela, em 2024, as pessoas que ajudavam eram pessoas mais velhas, que num curto espaço de tempo já não vão poder contribuir no trabalho. Desse modo, ela considera necessário acessar tecnologias digitais que ajudem no aprimoramento do trabalho para que a produção e renda da sua família continue.

A entrevistada E2 (branca, 50 anos, casada), por sua vez, explicou como a adoção das inovações tecnológicas têm contribuído para a criação de aves de corte em sua propriedade, onde ela conta com três aviários e atua como produtora integrada¹⁴ à uma grande empresa do setor de avicultura. A criação de frangos na família começou em 1993, quando seu falecido pai construiu a primeira granja, mas somente a partir de

¹⁴ Conforme Toledo (2012), o sistema de produção integrada consiste nos produtores fornecendo mão-de-obra e infraestrutura e as empresas fornecendo insumos e assistência técnica, bem como garantindo a compra da produção.

2001 a entrevistada, seu cônjuge e dois filhos assumiram a continuidade dos trabalhos. Segundo ela, na fase inicial, as aves precisam se manter aquecidas, por isso, durante o inverno eles já passaram a noite inteira cortando lenha e colocando dentro das fornalhas para que os animais não morressem, tal fato gerou exaustão levando-os a buscar caminhos mais leves.

A gente já perdeu muita noite de sono. Então a gente buscou a tecnologia para nos dar uma qualidade de vida melhor, poder dormir um pouco mais. Saber que o pintinho vai chegar e eu não preciso estar lá dentro da granja ou que vai faltar ração para tratar dos frangos, mas o sistema já vai fazer a reposição para mim. Nós vivemos as fases de mudanças de tecnologia no aviário, desde o mais simples até o mais sofisticado que tem um controlador que regula ele, e ele faz o que for necessário para o frango viver. Só que você depende da máquina, se ela falhar você tem que estar aqui para socorrer – E2 (branca, 50 anos, casada), de Teixeiras-MG.

Para manter o funcionamento dos aviários, além dos familiares, a entrevistada E2 conta com o auxílio de mais dois funcionários. Segundo ela, a mão-de-obra na área rural reduziu nos últimos anos, por isso, se não fosse a tecnologia não seria possível continuar na avicultura, tampouco se manter no campo. Mas, para garantir um bom funcionamento das tecnologias digitais adotadas e reduzir a preocupação foi necessário instalar um grupo de geradores, já que a energia elétrica costumava falhar na área onde ela vive, sobretudo em períodos chuvosos. Além disso, foi preciso contratar um serviço de internet por satélite, para garantir a oferta do sinal constante, pois todos os dispositivos adotados podem ser controlados através do telefone celular (geradores, controlador do aviário, sistema de câmeras, entre outros).

Nós usamos muito a tecnologia para nos dar qualidade de vida, porque a gente não tem a saúde que a gente tinha há 20 anos atrás. Se fosse não fosse a tecnologia a gente não teria o aviário. O gerador, o controlador do aviário... tudo eu consigo mexer no aplicativo do celular e se eu estiver em São Paulo, por exemplo, eu consigo dar partida neles. O sistema de câmeras também instalado em todos os aviários, para verificar como as aves estão. Meu filho tem acesso em Belo Horizonte, onde ele estiver. Ele sabe tudo que está acontecendo, seja no aviário, na porteira, em qualquer lugar da propriedade. A tecnologia está em tudo! – E2, 50 anos, Teixeiras-MG.

A necessidade de adotar a tecnologia para manter a qualidade de vida e permanecer na área rural, conforme apontado pela entrevista E2 (branca, 50 anos,

casada), revela a excessiva jornada de trabalho vivenciada pelos agricultores e, especialmente, pelas agricultoras. Toledo (2012) destaca que na Zona da Mata de Minas Gerais os agricultores que estão inseridos no sistema de produção integrada precisam desenvolver outras atividades para complementação de renda, como é o caso da participante E2 que produz pitaya. Ela mantém uma estufa de cactos e suculentas e, no ano de 2024, iniciou a produção de mel com abelhas sem ferrão. Além disso, ela é responsável por cuidar das atividades domésticas, mas em seu depoimento destacou que faz o que é possível, já que as outras atividades demandam muito tempo e energia.

Durante a entrevista realizada no dia 9 de abril de 2025, a entrevistada E2 ofereceu café e bolo ao pesquisador, se desculpando pelo fato do bolo ter sido adquirido numa padaria porque ela não teve tempo de preparar a refeição. Tal fato lança luz sobre a sobrecarga de trabalho e o sentimento de culpa das mulheres por não darem conta de todas as demandas que lhes são impostas pela sociedade. O trabalho desempenhado por elas pode ser considerado “leve”, por ser visto como uma ajuda na complementação da renda e ter baixa remuneração (Paulilo, 1987).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a dimensão do cuidado faz parte do sistema de divisão sexual do trabalho, o que faz com que as atividades domésticas realizadas pelas mulheres, por exemplo, não sejam percebidas e valorizadas como um trabalho (Cisne, 2015; Leal, 2023). São as mulheres rurais as responsáveis por guardar os saberes e as culturas, transmitindo as tradições às diferentes gerações, além disso, elas ficam responsáveis pelo cuidado com os familiares (cônjuge, filhos, netos etc.), lugares e com a gestão do tempo. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, foram elas as responsáveis pelo cuidado com a saúde da família e por criar novas formas de manutenção da renda através da comercialização nas redes sociais, por exemplo (Leal, 2023).

Como já mencionado neste trabalho, as participantes desta pesquisa desempenham inúmeras funções, seja como agricultora, artesã, empreendedora, doméstica, faxineira, entre outros (vide Figura 5). A entrevistada E5 (parda, 41 anos, casada), de Viçosa-MG, por exemplo, relata que sua rotina na roça começa cedo e que para dar conta das atividades domésticas algumas vezes precisa contar com o auxílio de uma ajudante.

Eu acordo de manhã super cedo e, se eu tenho produtos da padaria para fazer, eu já vou preparar eles. Eu tenho que fazer entregas nas escolas, tanto faz se é estadual ou municipal, porque eu participo do PNAE [Programa Nacional de

Alimentação Escolar]. Esse ano eu consegui pegar mais uma escola, no município de Cajuri-MG. Quando não tem escola, não tem as quitandas para fazer, eu vou produzir queijo, vou entregar eles e os biscoitos que eu faço. Eu ainda cuido da casa, mas às vezes eu preciso de ter uma pessoa para me ajudar uma vez na semana, para eu conseguir dar conta. Mas a maior parte sou eu quem faço! – Entrevistada E5 (parda, 41 anos, casada) Viçosa – MG.

Transitar entre as áreas rural e urbana para trabalhar como empregada doméstica é uma realidade de muitas mulheres rurais. A etapa quantitativa desta pesquisa contou com 163 participantes, sendo que a maior parte indicou apenas uma ocupação. Tal fato não possibilita inferir que essas mulheres não realizem atividades agrícolas ou mesmo que as que disseram ser “agricultoras”, “lavradoras” ou “trabalhadoras rurais” não exerçam também atividades no âmbito doméstico, uma vez que as atividades ligadas ao cuidado muitas vezes não são reconhecidas como trabalho. A tabela 2 apresenta as ocupações mencionadas pelas participantes que responderam ao questionário.

Tabela 2 - Ocupações desempenhadas pelas entrevistadas

Ocupações	%	Nº de menções
Aposentada	15,1	28
Lavradora	13	24
Agricultora	11,9	22
Empregada Doméstica, Diarista ou Faxineira	11,9	22
Dona de casa	10,8	20
Trabalhadora rural	10,3	19
Produtora rural	5,9	11
Estudante	5,4	10
Comerciante ou Empreendedora	4,3	8
Artesã	2,7	5
Feirante	1,6	3
Assistente Social	1,1	2
Babá ou acompanhante de idosos	1,1	2
Engenheira Agrônoma	1,1	2
Garçonete	1,1	2
Agente comunitário de Saúde	0,5	1
Conferente	0,5	1
Costureira	0,5	1
Desempregada	0,5	1
Social Media	0,5	1
Total	100%	185*

Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa. *As participantes puderam mencionar mais de uma ocupação, por isso, o número de menções supera o número total de participantes (163). Dessa forma, pôde-se registrar os casos de aposentadas que continuam a trabalhar como agricultora, por exemplo.

Entre as participantes, 22 relataram atuar como empregada doméstica, diarista ou faxineira, perfazendo um total de 13,5% das participantes. Esta realidade faz parte do cotidiano da entrevistada E3 (parda, 38 anos, casada), de Porto Firme – MG, que além de trabalhar na lavoura, pelo menos três vezes na semana vai ao município de Viçosa – MG para trabalhar como diarista. Ela relata que a dificuldade é muita, porque da sua moradia até a região central do município de Porto Firme-MG é necessário percorrer cerca de 10 quilômetros, sendo grande parte do trecho de estrada de chão. Segundo E3, não é necessário fazer todo o trajeto a pé, porque o ponto de ônibus mais próximo fica distante cerca de três quilômetros, assim ela percorre esse percurso caminhando ou de moto com seu cônjuge pilotando. Entretanto, ela ressalta que para chegar até Viçosa são mais 30 quilômetros, percorrido em um ônibus intermunicipal.

Para conciliar as atividades domésticas com o trabalho na lavoura ou como diarista, a entrevistada E3 (parda, 38 anos, casada) conta com o apoio da filha, que tem 18 anos e, desde adolescente, concilia os estudos com a arrumação da casa e o preparo de algumas refeições. Em contrapartida, o filho adolescente estuda e ajuda o pai em algumas tarefas na propriedade. De modo implícito, ocorre o reforço das assimetrias de gênero na geração mais jovem, quando homens e mulheres têm funções já pré-estabelecidas conforme a divisão sexual do trabalho (Brumer, 2004; Kergoat, 2009).

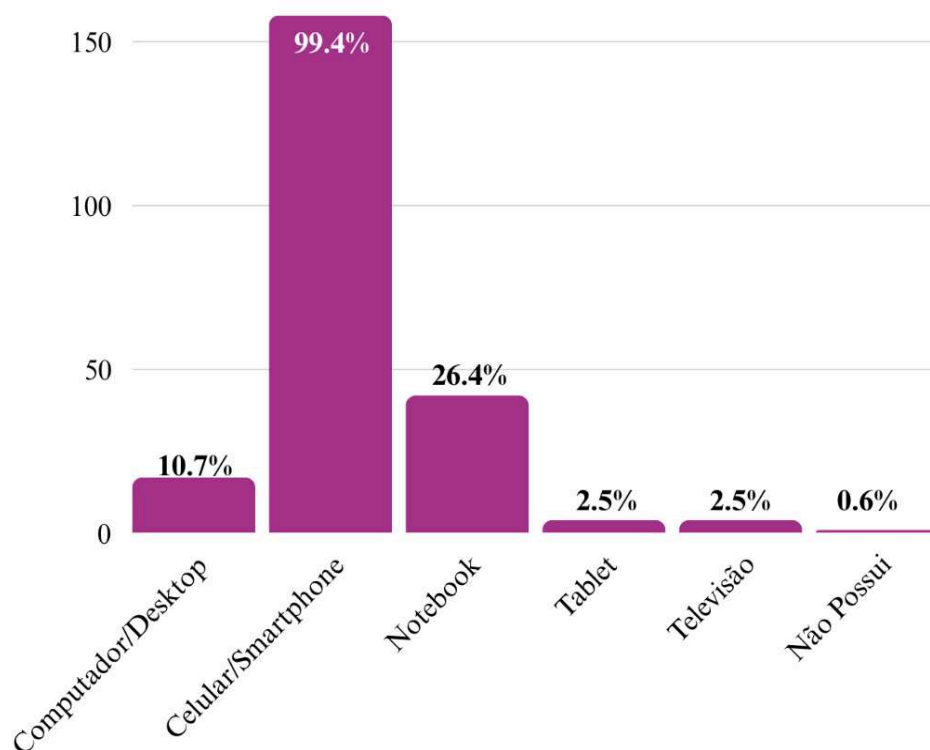
2.4 – As experiências das mulheres rurais com as TIC

A adoção de tecnologias pode proporcionar uma melhoria na qualidade de vida das mulheres rurais, conforme relatado pela entrevistada E2 (branca, 50 anos, casada). A utilização das TIC promove também alterações significativas na sociabilidade¹⁵ das famílias rurais. Conforme Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2019), a chegada das TIC no ambiente familiar acontece por interlocução das mulheres que, diante da necessidade dos filhos, convencem os cônjuges a comprarem os dispositivos para fins educacionais.

O levantamento quantitativo indica que o telefone celular/*smartphone* é o dispositivo mais presente na casa das participantes, seguido do *notebook* e do computador *desktop* (figura 10). Uma entrevistada não possui nenhum dos dispositivos listados.

¹⁵ Simmel (2006) considera a sociabilidade como elemento central para a constituição da sociedade, pois é através dela que ocorrem as interações sociais (sejam superficiais ou duradouras). Assim, os indivíduos se relacionam através de formas de associação, se influenciando e moldando seus comportamentos.

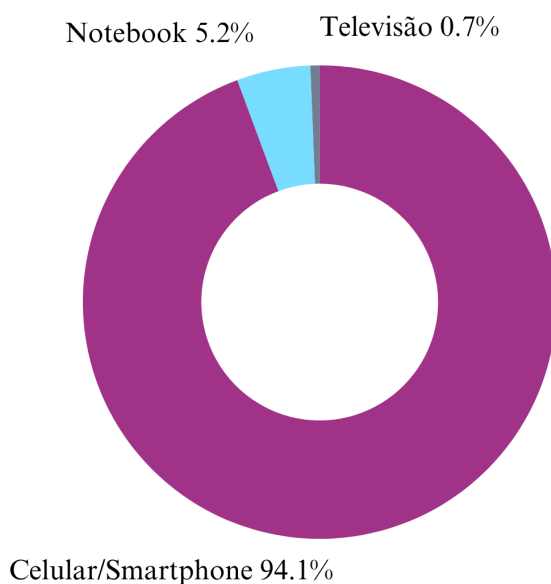
Figura 10 – Dispositivos presentes nas casas das mulheres rurais



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O celular/*smartphone* é o dispositivo mais utilizado pelas interlocutoras desta pesquisa (Figura 11). O dispositivo é a opção de 94,1% das participantes, seguido do notebook (5,2%) e da televisão (0,7%). O *desktop* e o *tablet* não foram mencionados.

Figura 11 – Dispositivos mais utilizado pelas mulheres rurais



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A respeito do primeiro celular, a entrevistada E1 (parda, 31 anos, solteira) destaca: “eu tinha uns 15 anos [quando tive o primeiro celular], meu irmão teve primeiro e quando trocou de aparelho, passou o antigo para mim. Naquela época, não era qualquer um que tinha um celular. Ele teve porque trabalhava e eu fui ter porque saí de casa para estudar”. A aquisição do aparelho, conforme a entrevistada E1, ocorreu porque ela precisava do dispositivo para se comunicar com os pais que continuaram na área rural, enquanto ela estudava em outro município. Já o computador chegou em sua casa também por conta do seu irmão, que fez um curso de informática e utilizava a ferramenta quando estava entre o Ensino Médio e ingressando no Ensino Superior. Diferente do irmão, ela destaca que o seu uso na época era limitado a jogos e acesso às redes sociais, como o Orkut¹⁶. Entretanto, quando ingressou no Ensino Superior ela adquiriu um notebook para estudar e realizar as atividades relacionadas à sua graduação.

Ao analisarmos a posse dos dispositivos considerando a classificação racial das participantes, é possível observar que o telefone celular predomina em todos os grupos (Figura 12). A escolha está relacionada por reunir diversas funções, podendo ser transportado para qualquer lugar, diferente do computador desktop ou *notebook*.

O custo do dispositivo também pode ser mais barato, como esclareceram as entrevistadas E1 (parda, 31 anos, solteira): “eu uso mais celular do que o *notebook*. Tudo está na minha mão, né? Eu uso o celular para muita coisa. Eu não vou ao banco mais, por exemplo. É raríssimo, só quando tem algum problema”; e a E2 (branca, 50 anos, casada): “o celular é muito mais barato que o notebook e é mais prático de usar. Sem contar que é mais fácil de trocar. Aqui em casa se o meu filho compra um modelo novo, ele passa para o meu marido, que transfere o dele para mim. Até minha neta já tem um”. Apesar dos relatos, é importante destacar que há modelos de celulares que podem custar mais do que um notebook, como é o caso do *Ip hones*, cujos modelos podem custar mais de R\$10.000¹⁷.

Nesse caso de E2, é possível observar que a mulher recebe um aparelho desatualizado em comparação aos homens da sua família, mesmo sendo elas as que mais se apropriam da tecnologia para comercialização e acesso ao mercado. A realidade

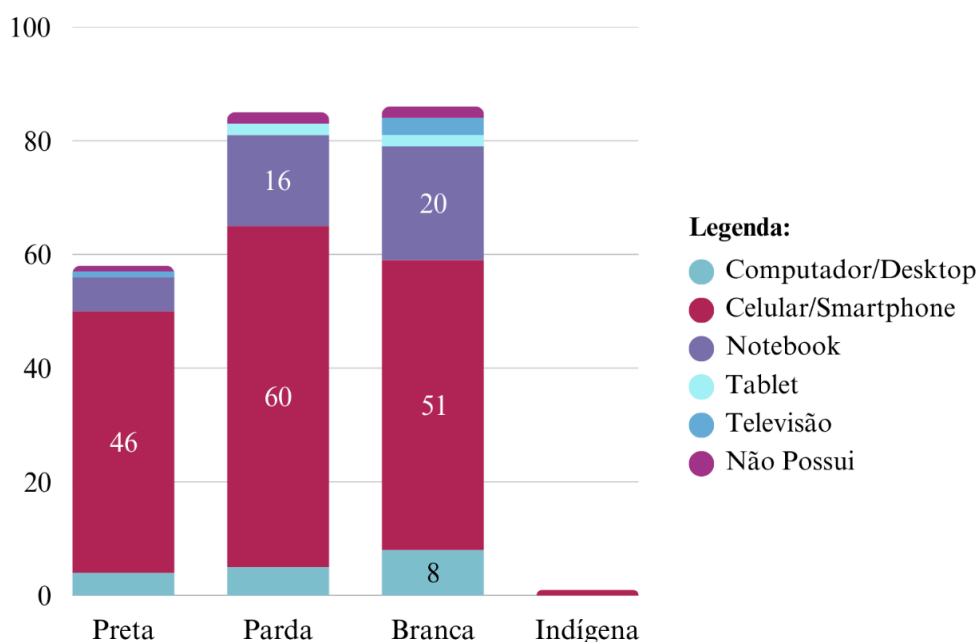
¹⁶ Orkut foi uma rede social criada em 2004, pelo turco Orkut Büyükkökten, com destaque no Brasil pelo envio de mensagens, publicações de fotos e fóruns/comunidades. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/04/28/a-volta-do-orkut-fundador-reativa-site-e-diz-que-esta-construindo-algo-novo-veja-voces-em-breve.ghtml>. Acesso em 15 de maio de 2025

¹⁷ Em 2025, a *Apple* lançou o *Iphone Pro Max*. A nova versão tem custo variando entre R\$11.499 e R\$12.499. Disponível: <https://www.apple.com/br/shop/buy-iphone/iphone-17-pro> Acesso: 16 de março de 2026.

observada se assemelha ao que constataram Woortmann e Woortmann (1997) ao observar que na prática agrícola os homens são os que acessam as melhores e mais sofisticadas tecnologias na agricultura, porque seu trabalho é tido como “pesado”, como também destacou Fischer (2006). Por sua vez, Rotondi *et al.* (2020) enfatizam que a aquisição de uma tecnologia pelas mulheres rurais é influenciada pela questão financeira, ou seja, pelo acesso delas ao trabalho e à remuneração.

Ao observar a aquisição de tecnologias pela ótica racial, como indica a figura 12, é possível inferir que as participantes brancas são as que apresentam uma maior variedade de dispositivos, ou seja, elas possuem não só o telefone celular, mas também o notebook e/ou o computador. As participantes que se identificaram como brancas apresentaram uma maior variedade de dispositivos, ou seja, elas possuem não só o telefone celular, mas também o notebook e/ou o computador. Em contrapartida, as mulheres pardas e pretas foram as que relataram com maior frequência possuir apenas um dispositivo, geralmente o telefone celular. Assim, é possível inferir que entre as mulheres rurais brancas há uma maior diversidade tecnológica, fato que amplia as possibilidades de acesso e uso, seja em atividades educacionais, de trabalho, de lazer, entre outras. Diante disso, é possível observar que a apropriação desigual da TIC ocorre também entre as mulheres rurais participantes, já que o uso não é homogêneo entre os grupos raciais (Druetta, 2017).

Figura 12 – Posse de TIC por classificação racial



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

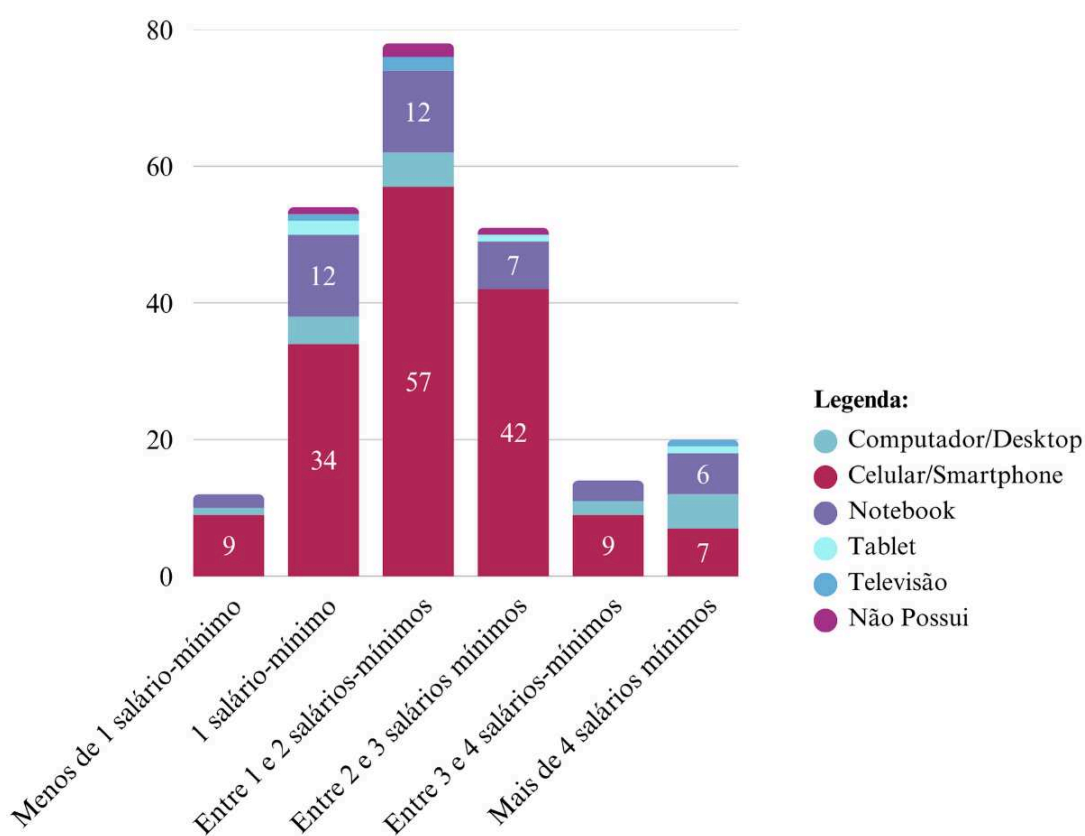
O fator financeiro também pode influenciar na hora da aquisição de tecnologias, conforme Cardoso (2023) observou em sua pesquisa sobre literacia digital na comunidade quilombola Buieié e no assentamento Olga Benário, na Zona da Mata de Minas. A pesquisadora observou que em alguns casos as famílias optam pelo uso compartilhado do telefone celular devido à vulnerabilidade econômica da família. De acordo com a Canalys¹⁸, em 2024, o Brasil registrou 175 milhões de smartphones ativos, com predomínio de marcas como *Samsung*, *Motorola* e a *Apple* (no segmento *premium*). Em 2024, marcas como *Xiaomi*, *Realme* e *Infinix* ganharam destaque no mercado por oferecer produtos mais acessíveis, com valor médio de R\$1.110, representando 41% do total vendido naquele ano. O preço médio dos celulares mais procurados de 2024, conforme levantamento da Fipe/Buscapé¹⁹, foram de R\$3.028 (*Samsung Galaxy S23*) e R\$3.899 (*Apple Iphone 13*). O mais acessível tinha o preço médio de R\$ 697 (*Motorola Moto G14*).

Nesta pesquisa, ao considerar o fator renda familiar mensal, é possível notar que a diversidade de dispositivos no ambiente doméstico aumenta conforme a renda é maior (Figura 13). Nas famílias que possuem renda menor ou igual a um salário-mínimo ou entre 1 e 2 salários-mínimos há o predomínio da presença do telefone celular. Já as famílias que possuem “Mais de 4 salários-mínimos” apresentam uma diversidade tecnológica equilibrada, ou seja, há uma proporção semelhante entre elas não só na posse do telefone celular, mas também do notebook ou computador desktop.

¹⁸ A Canalys é uma empresa estadunidense focada em análise do mercado de tecnologia. Disponível em: <https://www.canalys.com/insights/new-entrants-disrupt-brazil-s-smartphone-market> Acesso em 15 de maio de 2025.

¹⁹ A Fipe/Buscapé é um Índice de Preços de Eletrônicos no Brasil. Disponível em: https://tecnoblog.net/noticias/precos-dos-celulares-aumentam-36-no-brasil-revela-pesquisa/?utm_source=chatgpt.com Acesso em 15 de maio de 2025.

Figura 13 – Posse de TIC conforme renda familiar das mulheres rurais



Fonte: elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

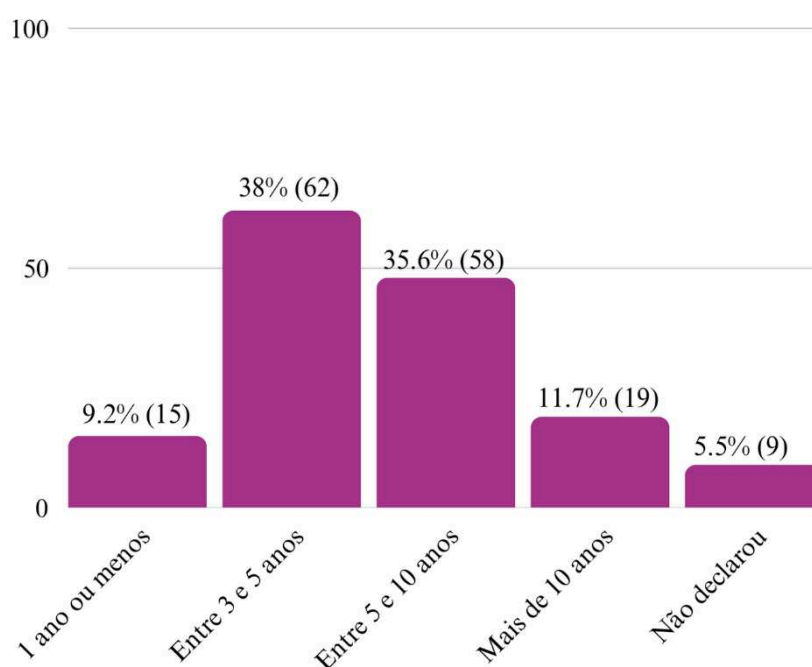
O primeiro telefone celular que as entrevistadas relataram ter foram os modelos com funções básicas²⁰ de ligação e mensagens, baterias de longa duração e acesso inexistente ou limitado à internet. A participante E3 (parda, 38 anos, casada), Porto Firme – MG, conta que o primeiro contato com o dispositivo ocorreu há 15 anos, era um modelo básico que ela utilizava somente para ligações. Segundo ela: “era um modelo quadradinho, pequenino. A minha filha mais velha tinha um ano. Ele não tinha tanta coisa, era só discar o número ou ver o nome que já estava salvo. Não tinha tanta coisa como tem hoje”.

À medida que os modelos foram evoluindo, a participante E3 disse sentir mais dificuldade para utilizar e, de certa forma, ela se sentiu acomodada já que seus filhos têm mais domínio dos smartphones. Em sua fala ela destacou: “eu acho que eu sou aquele povo de 1900 e antigamente que não entendia nada e como eles têm mais facilidade eu peço à minha filha para fazer e tudo está pronto rapidinho!”.

²⁰ No Brasil, esses modelos ficaram popularmente conhecidos como “celular tijolão” devido ao tamanho e peso elevado, diferente dos *smartphones* que possuem sistema operacional e conexão à internet, com design mais sofisticados.

Entre as participantes da pesquisa quantitativa foi possível observar que o número de mulheres rurais que disseram ter o telefone celular “entre 2 e 5 anos” é 38%, em seguida aparece as que possuem “entre 5 e 10 anos”, com 35,6% (Figura 14). É possível inferir que a aquisição do aparelho cresceu entre elas sobretudo no período da pandemia de Covid-19, deflagrada a partir de 2020. No período em questão, as mulheres rurais da Zona da Mata Mineira desenvolveram estratégias para sobrevivência, mobilizando esforços através das redes sociais para ter acesso à internet, comercializar produtos, prover a educação dos filhos etc. (Telles *et al.*, 2021; Lopes; Cardoso; Leal, 2022).

Figura 14 – Há quanto tempo as participantes possuem o telefone celular



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A entrevistada E4 (parda, 22 anos, solteira), de São Miguel do Anta – MG, é uma jovem que teve o primeiro aparelho há mais de 10 anos, quando ainda era adolescente. O primeiro celular que ela ganhou dos pais foi aos 12 anos, mas como não havia internet disponível em sua residência o uso era destinado a jogos. O acesso à internet ocorria apenas quando ela ia à região central da cidade, já que havia sinal de internet gratuito na praça ou quando ela fazia a recarga de dados móveis no aparelho. Já o uso do computador é um processo que ela tem melhorado aos poucos, desde que ingressou no Ensino Superior, porque se tornou uma necessidade.

Eu sempre considerei muito “jeca da roça”²¹ para tecnologia porque quando eu vim para Viçosa estudar, minha mãe me deu um computador, me deu um notebook, né? Era época da pandemia e eu precisava participar das aulas online. Só que eu não sabia mexer, não sabia nem como é que ligava direito assim, se eu sabia ligar e desligar, que era coisa que eu aprendi na aula de informática lá em São Miguel. Mas tipo assim, é mexer mesmo, configurar essas coisas, não sabia fazer nada. Até hoje eu apanho muito ainda assim com planilha, essas coisas assim, eu tenho que aprender muito ainda – entrevistada E4 (parda, 22 anos, solteira), de São Miguel do Anta.

Apesar da jovem E4 ter tido contato com as tecnologias mais cedo, ingressar na universidade fez ela se deparar com um sentimento de inferioridade com relação aos demais colegas de curso. O início da graduação foi durante a pandemia de Covid-19, por isso, ela precisou comprar um *notebook* para acompanhar as aulas. Nesse período ela também precisou transitar entre sua casa numa comunidade rural e a casa de familiares no centro de São Miguel do Anta para ter acesso à internet, perfazendo um percurso de 10 quilômetros. Diferente dos seus colegas de curso, ela teve dificuldade de acompanhar as atividades de algumas disciplinas e chegou até a perder oportunidades de estágio por não dominar algumas ferramentas do *notebook*.

Era um sentimento de inferioridade porque meus colegas já sabiam fazer de tudo. O professor pedia para criar um drive e eu nem sabia o que era o drive. Eu ficava: ‘meu Deus do céu, eu não tenho contato com nada!’. Então eu fiquei com ‘sangue nos olhos’, porque eles eram mais avançados, principalmente com as planilhas. A gente precisa muito do pacote office²² e eu já fui indicada para um estágio e não pude assumir a vaga porque não sabia utilizar. Agora eu dou meu jeito! – entrevistada E4 (parda, 22 anos, solteira), de São Miguel do Anta.

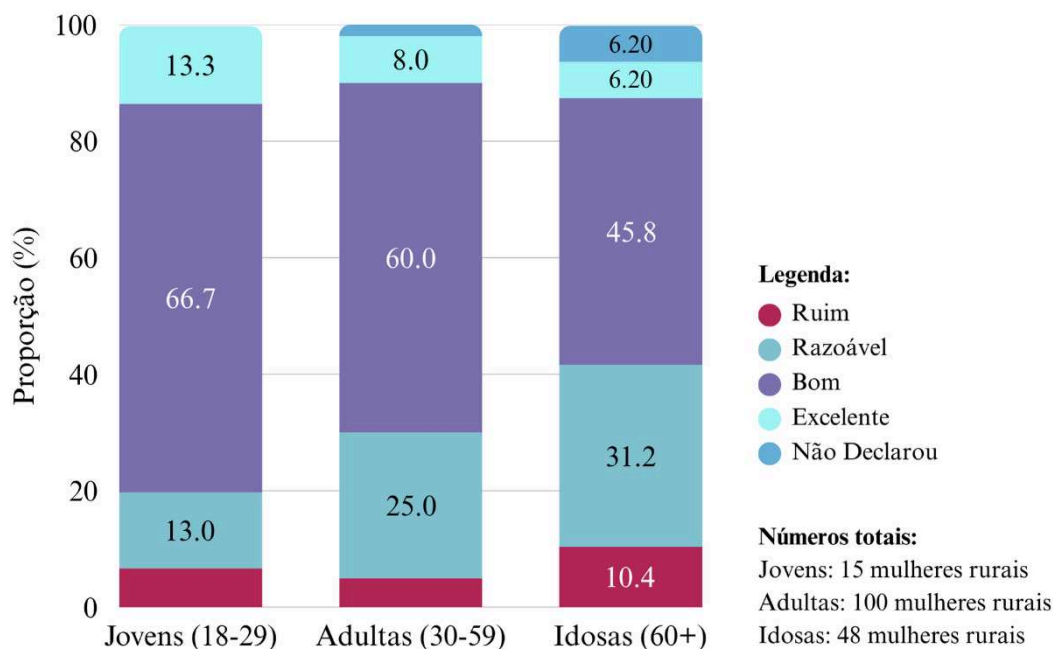
Diante das circunstâncias apresentadas durante a sua graduação, a entrevista E4 explicou que, além do pacote office, passou a dominar também ferramentas de criação de artes, já que fica responsável pelas divulgações dos eventos que ajuda a organizar na igreja católica que participa. Apesar das dificuldades, ela considera o uso que faz dos dispositivos como “bom” e esclareceu que seu uso é diferente dos que suas amigas jovens fazem, porque ela se viu obrigada a aprender quando ingressou no ensino superior. Dessa forma, E4 passou a dar suporte tanto para as amigas quanto para os pais quando surge alguma demanda seja para criar publicações para rede social ou

²¹ A expressão “jeca da roça” é considerada pejorativa por atribuir às pessoas de área rural estigmas relacionados ao atraso, à falta de escolarização, à pobreza, entre outros.

²² O Pacote Office reúne programas desenvolvidos pela empresa Microsoft e é utilizado para realizar atividades de digitação, elaboração de planilhas, apresentações, entre outros.

elaboração de currículos. Das 15 jovens que responderam ao questionário, 66,7% consideram o seu uso como bom, enquanto 6,7% avaliam como ruim (Figura 15).

Figura 15 – Avaliação de uso dos dispositivos conforme faixa etária



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Entre as 48 mulheres rurais com mais de 60 anos, há uma maior incidência de avaliações razoável (31,2%) e ruim (10,4%), além disso 6,2% do grupo optou por não declarar como avaliava o uso das TIC. Durante a oficina de fotografia, as participantes relataram sobre como se dá a relação com as TIC, sendo que apenas a participante G5 disse ter mais contato com o computador. De modo geral, elas relataram que o telefone celular facilitou a comunicação e a produção de conteúdos, especialmente as fotografias.

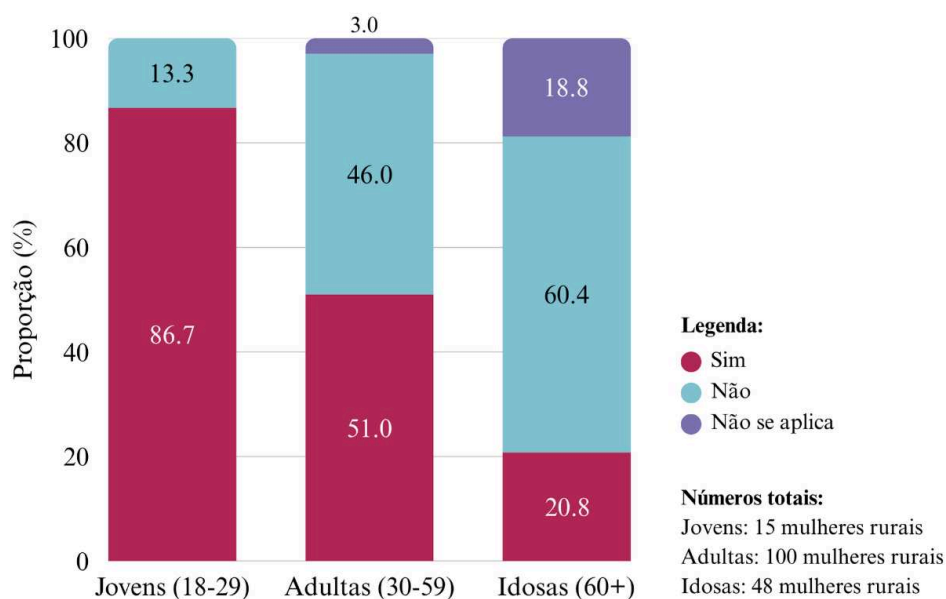
De acordo com a participante G5, com o nascimento do seu primeiro filho em meados dos anos 1990 foi preciso fazer um consórcio para pagar as fotografias tiradas em um estúdio em Teixeira-MG. No nascimento do segundo filho, por conta dos altos custos, não foi possível fazer os registros na época. Agora, com sua neta pequena, ela observa uma nova realidade, já que todas as fotos estão no telefone celular, mas considera arriscado armazenar as imagens somente no dispositivo ou no computador, porque se há algum problema técnico todas as fotografias podem ser perdidas.

As participantes relataram que no cotidiano apresentam dificuldades para fazer fotos com o celular, G4 (preta, 37 anos, casada) explica que quando faz algum registro

precisa lidar com os comentários dos filhos que criticam a falta de enquadramento ou de nitidez das imagens. Já a participante G3 (parda, 73 anos, divorciada), única idosa participante da atividade, demonstrou dificuldade para manusear o telefone celular para fazer algumas fotografias. Em alguns momentos ela chegou a ficar constrangida e preferiu ser a última a realizar a atividade de fotografar uma cesta de fruta que estava sobre a mesa. Para ganhar autonomia, foi orientado que ela utilizasse as duas mãos para segurar o aparelho ou apoiasse os braços sobre alguma superfície fixa para que as fotos não saíssem trêmulas.

A participante G3 (parda, 73 anos, divorciada) relatou também que, além da dificuldade para produzir as fotos das suas quitandas, ela não tem tanto domínio das redes sociais, por isso não consegue divulgar seus produtos da forma como gostaria. De modo geral, as participantes adultas e idosas da pesquisa quantitativa contam com o apoio de algum familiar ou amigo para utilizar as redes sociais. Apenas 20,8% das mulheres com mais de 60 anos afirmaram ter aprendido a utilizar as redes sociais sozinhas.

Figura 16 – Aprendeu a utilizar as redes sociais sozinha



Fonte:

elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A realidade apresentada por essas participantes desta pesquisa não é incomum, pois Escosteguy, Sifuentes e Bianchini (2019) afirmam que é recorrente mulheres adultas e idosas fazerem um uso intermediado dos dispositivos, com apoio dos filhos e

netos, por sentirem que não possuem habilidades e competências técnicas para utilizá-las.

Este capítulo, em síntese, nos leva a refletir sobre como a apropriação das TIC pelas mulheres rurais é marcada por desigualdades estruturais. O telefone celular é citado como o mais utilizado pelas participantes, e ele exemplifica como renda, escolaridade e idade podem condicionar o acesso e o uso, que muitas vezes é mediado por familiares. Por sua vez, as participantes desta pesquisa desenvolvem práticas criativas e estratégicas para utilização das tecnologias, combinando as consideradas antigas com as mais atuais. Através dessa dinâmica, as interlocutoras encontram brechas para ampliar a sua participação produtiva e social. Dar atenção à essa dinâmica é importante para compreender a tecnologia, não como uma ferramenta neutra ou determinista, mas, como parte de arranjos que reproduzem desigualdades e, ao mesmo tempo, criam novas formas de agência.

CAPÍTULO 3 – MULHERES RURAIS E CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA

O presente capítulo busca analisar a conectividade significativa (CS) das mulheres rurais participantes da pesquisa, com base nas dimensões definidas pela *Alliance for Affordable Internet* (A4AI). Optou-se pela divisão em seções, sendo a primeira dedicada a discutir o que é a conectividade significativa e como os estudos sobre ela têm sido conduzidos. Destaca-se que o conceito conta com quatro dimensões, sendo tratados nesta pesquisa como: conexão (velocidade adequada); acessibilidade econômica (dados suficientes); tecnológica (dispositivo apropriado) e temporal (frequência de uso).

Para fins de organização, a discussão sobre conexão à internet e acessibilidade econômica, referente às duas primeiras dimensões, foram feitas em conjunto em uma seção. Na sequência, são apresentados os tópicos “tecnologia - dispositivos apropriados para conexão” e, por fim, “regularidade de acesso às TIC”. É importante destacar que a análise feita busca caracterizar qualitativa e quantitativamente a conectividade exercida pelas mulheres rurais participantes. Além de verificar o uso das TIC, busca-se analisar se as mulheres rurais participantes têm um acesso básico à internet ou se elas possuem uma conectividade significativa.

3.1 Delineando a conectividade significativa

A Organização das Nações Unidas (ONU), no período de 2018-2019, promoveu uma série de discussões e painéis sobre as tecnologias digitais e os desafios para promover a conexão de todas as pessoas à internet. A União Internacional de Telecomunicações - UIT (2024) explica que desses encontros – dentre eles, a mesa redonda sobre Conectividade Global (*Roundtable on Global Connectivity*) – surgiu o Roteiro para a Cooperação Digital, que classifica o período de 2020-2030 como a “Década de Ação”, com ações para reduzir o número de pessoas *offline* no mundo, que chegava a 2,9 bilhões de pessoas na época, de um total de 8,12 bilhões.

O desejo de promover uma “conectividade universal”, ou seja, de que todos tenham acesso se tornou uma meta. Contudo, no roteiro da Cooperação Digital, vislumbra-se o êxito de uma conexão que seja de alta qualidade e que a conectividade significativa seja para todos. Nesse sentido, a UIT (2024, p. 49) compreende que “a conectividade significativa é um nível de conectividade que permite aos usuários terem uma experiência *online* segura, satisfatória, enriquecedora e produtiva a um custo acessível”.

No contexto da América Latina e no Caribe, Ziegler e Segura (2023) relatam que aproximadamente 72 milhões de habitantes das áreas rurais de 26 países não possuem acesso a uma conectividade com padrões de qualidade mínimos. Existe ainda a lacuna de conectividade urbano-rural, sendo que 79% da população urbana conta com mais serviços de conectividade significativa, enquanto as populações rurais apresentam percentual de 43,4%. Eles consideram que melhorar a conectividade e fechar as lacunas digitais entre pessoas e territórios rurais e urbanos devem ser a prioridade no desenvolvimento de políticas, porque tanto a lacuna digital quanto a de conectividade significativa são causa e também efeito de múltiplas lacunas existentes nos países latino-americanos e caribenhos (Ziegler; Segura, 2023).

No Brasil, a Associação Conectar Agro desenvolveu o Índice de Conectividade Rural (ICR) tendo como pano de fundo a universalização da conectividade. O levantamento constatou que até março de 2025, 48,1% dos imóveis rurais com área agricultável (com potencial ou em uso na produção agrícola) no país estavam conectados. Já a média nacional do ICR é de 0,493 e a de Minas Gerais é de 0,490. Desse modo, considerando a escala de 0 a 1, o nível ainda é baixo, tanto para o país quanto para o estado (Silva Júnior *et al.*, 2025). Como mencionado anteriormente, os municípios que compõem esta pesquisa de doutorado possuem ICR acima da média nacional e estadual, exceto Porto Firme (0,352). Os demais municípios possuem o seguinte ICR: Cajuri – 0,824; Coimbra – 0,617; Paula Cândido – 0,562; São Miguel do Anta – 0,584; Teixeira – 0,673; e Viçosa – 0,808.

O levantamento do ICR foi desenvolvido considerando os critérios: produção (percentual de área passível de uso agrícola com cobertura 4G); social (percentual de alunos com acesso a pelo menos 1MB por segundo de internet nas escolas rurais; unidades de saúde e áreas rurais com 4G ou 5G); ambiental/indígenas (áreas de conservação públicas ou privadas com 4G e 5G; áreas indígenas com cobertura); e infraestrutura (presença de *backhaul* fibra no município) (Silva Júnior *et al.*, 2025). O índice é importante para observar o panorama de acesso à internet nas áreas rurais. Contudo, ele não dá conta, e nem é essa a proposta, de informar sobre como a internet vem sendo incorporada no cotidiano da população rural, especialmente das mulheres rurais.

As discussões sobre o acesso universal à internet ganharam força a partir de 2019, com o surgimento da *Alliance For Affordable Internet*, uma coalizão global que tem atuado em prol da conectividade significativa. Para a A4AI, a CS trata-se de uma

ferramenta que busca aumentar o nível de acesso à internet e estabelecer metas políticas que proporcionem o desenvolvimento digital. A CS leva em consideração quatro marcadores: uso regular da internet (uso diário); possuir um dispositivo apropriado (acesso a *smartphone*); ter dados suficientes para conexão (banda larga ilimitada em casa ou no trabalho ou no local de estudo); ter uma conexão rápida (conectividade móvel 4G) (A4AI, 2020).

Ziegler e Segura (2023) complementam que para o uso regular da internet refere-se ao acesso contínuo e permanente do usuário. Já o acesso ao dispositivo apropriado não deve ser restrito somente ao *smartphone*, mas deve estar atrelado também à posse de qualquer aparato tecnológico que permita a conexão à internet quando o usuário precisar. Os pesquisadores ressaltam ainda que o acesso a dados suficientes se refere à disponibilidade de acesso às informações de forma suficiente e permanente para executar atividades. Por fim, a velocidade de conexão adequada deve ser capaz de satisfazer a demanda que os usuários possuem.

A preocupação da A4AI (2020) está também no fato de que muitas inovações atuais e futuras poderão ficar fora do alcance das pessoas que estão desconectadas ou possuem acesso básico à internet. A coalizão considera ainda a necessidade de que os estudos no âmbito da CS sejam feitos com olhar atento às disparidades de gênero, sobretudo por conta das desigualdades estruturais.

Diante disso, reforça-se a importância desta pesquisa de doutorado porque individualmente a conectividade significativa pode refletir no fato da pessoa ter acesso ou não à educação, serviços bancários, saúde e outros direitos. Por outro lado, para a sociedade, a existência da CS pode determinar os programas de digitalização, tornando-os eficazes ou não (A4AI, 2020; 2024). A CS difere do simples acesso básico à internet, como pode-se observar no quadro 8.

Quadro 8 – Diferença conectividade básica à Internet versus Conectividade Significativa

Aspecto	Acesso básico à Internet	Conectividade Significativa
Disponibilidade	Conexão eventual ou limitada ou até compartilhada	Conexão regular e contínua, sempre disponível
Velocidade	Baixa, somente para tarefas simples (mensagens, buscas)	Alta, para tarefas complexas (estudo online, trabalho remoto, videoconferência etc.)
Dispositivo	Básicos, com funções restritas	Dispositivos apropriados (<i>smartphones</i> , computadores, <i>tablets</i>), que permitam múltiplas ações

Custo	Pacotes caros em relação à renda, com uso limitado	Planos acessíveis, com volume de dados suficiente para uso pleno e contínuo
Impacto Social	Inclusão digital parcial, limitada a usos restritos e fragmentados	Inclusão digital efetiva, ampliando participação social e acesso à direitos

Fonte: elaborado pelo autor, com base em A4AI (2020).

A diferenciação proposta surge como uma forma de estabelecer um parâmetro comparativo no modo como as participantes desta pesquisa se conectam. Em 2024, a A4AI publicou um relatório com a avaliação da disparidade do acesso básico à internet e como se dá as experiências online de habitantes da Colômbia, Gana, Nigéria, Quênia, Moçambique, África do Sul, Ruanda, Índia e Indonésia. Foi constatado que a conectividade significativa é de uma para cada 10 pessoas nesses países e observou-se que os usuários de internet em áreas urbanas são mais propensos a ter uma conectividade significativa do que as pessoas que utilizam a internet em áreas rurais. Além disso, os homens que estão online têm mais chances de ter uma conectividade significativa do que as mulheres que estão online (A4AI, 2024).

No Brasil, a primeira vez que o CGI.br apresentou a expressão "conectividade significativa", na TIC Domicílios ocorreu na edição de 2020, publicada em 2021. Na época, o conceito apareceu de forma tímida destacando a frequência de uso da internet, os dispositivos adequados, bem como a conexão de velocidade apropriada e o volume de dados suficientes. Os estudos desenvolvidos pelo CGI.br avançam ao retratar a realidade brasileira, sendo que alguns deles desenvolvem mecanismos de *scores* que ajudam na quantificação da conectividade significativa, como detalhado por Castelo (2024) mais adiante.

Em 2024, através do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, o CGI.br ampliou as discussões sobre o conceito com a publicação “Conectividade Significativa: propostas para mediação e o retrato da população Brasil”. A pesquisa conduzida por Graziella Castello (2024) destaca que o crescimento do uso da internet e dos dispositivos digitais trouxe muitas mudanças no cotidiano dos brasileiros, por exemplo, a substituição de guias de ruas físicas por sistemas de navegação digital. Segundo a pesquisadora, a avaliação sobre a conectividade deve ultrapassar a questão do mero acesso à internet. Nos últimos anos foi incorporado ao debate a questão do empoderamento dos indivíduos e das comunidades marginalizadas, bem como a redução das desigualdades digitais.

Para mensurar os níveis de conectividade significativa no Brasil, Castello (2024) considera, além das quatro dimensões, outros nove indicadores, conforme consta na figura 17. Foram utilizadas na análise as dimensões velocidade (parâmetro ter conexão mínima equivalente a 4G); dispositivo (acesso a um *smartphone*); dados suficientes (acesso à conexão de banda larga ilimitada em casa, local de trabalho e/ou estudo); frequência de uso (uso diário da internet). Os resultados encontrados podem variar com um score de 0 a 9, considerando a prevalência dos nove indicadores listados por Castello (2024).

Figura 17 – Níveis de conectividade significativa



Fonte: Castello (2024).

De acordo com Castello (2024), em 2017, a conectividade significativa era baixa para 48% da população que registrou *score* de 0 a 2, porém, o percentual reduziu para 33% em 2023. Nas outras escalas a pesquisadora observou que o *score* de 3 e 4 contemplava 22% da população (2017) e depois subiu para 24% (2023); já o *score* de 5 e 6 se manteve para 20% da população nos dois anos; e o *score* de 7 e 9 antes abrangia 10% (2017) e depois alcançou 22% (2023). Na dimensão territorial, 54% da população

residente em área rural apresenta *score* de 0 e 2, sendo que apenas 7% alcançaram o *score* de 7 a 9. Já na área urbana, 30% da população possui o *score* de 0 e 2, enquanto 25% são contemplados com o *score* de 7 a 9.

No quesito faixa etária, Castello (2024) constatou que 61% da população com mais de 60 anos apresenta *score* de 0 e 2, sendo que apenas 8% estão no *score* de 7 a 9. Entre os jovens e adultos, os níveis de conectividade são melhores, com 32% das pessoas de 25 a 34 anos apresentando *score* de 7 a 9, e 35% das pessoas possuem de 35 a 44 anos com *score* de 7 a 9. Em relação a cor/raça, Castello (2024) observou que 32% da população branca apresenta *score* de 7 a 9 e 27% estão no *score* de 0 e 2. Já na população de pretos ou pardos, 34% possuem *score* de 0 e 2 e apenas 18% estão na faixa de conectividade mais alta.

De modo geral, Castello (2024, p. 133) considera que houve um avanço nos indicadores nos últimos anos, porém, a desigualdade para a conectividade significativa para a população brasileira é persistente. Além disso, ela considera que a exclusão digital está atrelada e reproduz as exclusões social e econômica, sendo que os mais afetados pelos *scores* negativos de conectividade foram: “residentes em áreas rurais, municípios de pequeno porte, populações das regiões Norte e Nordeste, mulheres, pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, das classes socioeconômicas C e DE, com baixa escolaridade e fora do mercado de trabalho”.

Diante do exposto, o esforço analítico feito neste capítulo é o de adotar a conectividade significativa como um parâmetro para compreender as desigualdades digitais vivenciadas pelas participantes desta pesquisa. Contudo, optou-se por não utilizar o ranqueamento por *scores* adotado por Castello (2024), que utilizou métodos estatísticos padronizados pelo CGI.br, enquanto esta pesquisa contou com um questionário quantitativo específico que aborda especificidades vividas pelas mulheres rurais.

Nos próximos tópicos serão discutidas as dimensões de CS elencadas pela A4AI (2020; 2024) relacionando-as com os dados obtidos através dos instrumentos quantitativos e qualitativos adotados nesta pesquisa. Para facilitar a compreensão, o quadro 9 foi elaborado a fim de detalhar as categorias que serão adotadas.

Quadro 9 – Categorias da Conectividade Significativa

Categoria	Foco	Descrição	Implicações
Conexão (velocidade adequada)	Potência e estabilidade da conexão	Conexão mínima equivalente a 4G, com capacidade para	Velocidade baixa restringe o uso, limitando o acesso a direitos e oportunidades

		<i>streaming</i> e ensino remoto	
Acessibilidade Econômica (dados suficientes)	Volume de dados e custo de acesso	Planos acessíveis, banda larga ilimitada ou franquia suficiente para uso contínuo	Pacotes de dados caros ou limitados dificultam o uso pleno da internet
Tecnológica (dispositivo apropriado)	Qualidade e adequação dos equipamentos	<i>Smartphone</i> , computador ou <i>tablet</i> com múltiplas funções	Dispositivos básicos ou obsoletos restringem o uso e reforçam a exclusão digital
Temporal (frequência de uso)	Regularidade do acesso	Uso diário, acesso permanente e contínuo (casa, escola/faculdade, trabalho)	Pessoas conectadas diariamente têm mais possibilidade de transformar a conectividade em inclusão social, educacional e econômica.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em A4AI (2020;2024) e Castello (2024).

3.2 Conexão à internet e acessibilidade econômica

Por muito tempo, o espaço rural foi visto como o local do atraso, numa contraposição ao ambiente urbano, cuja modernização e industrialização sempre estiveram em pauta. Entretanto, esta visão é ultrapassada, pois as fronteiras apresentadas pelos dois espaços não são fixas e nem evidentes, propiciando uma sinergia entre eles que contribui para a circularidade nos cotidianos, construção das identidades e trajetórias dos sujeitos rurais (Carneiro, 2007; Castro, 2016; Leal, 2023).

Desde o início do século XXI pudemos observar uma alteração desta visão dicotômica no Brasil, especialmente a partir de 2003, durante o primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Através de uma política de inclusão social e de acesso à infraestrutura, o rural brasileiro passou por uma transformação importante com a implementação do programa “Luz para Todos”. Mais de 15 milhões de pessoas foram beneficiadas com energia elétrica, tendo suas dinâmicas de vidas alteradas desde então (Freitas; Oliveira, 2017).

O acesso à energia elétrica é um marco importante para as pessoas de áreas rurais, porque possibilitou o acesso a diversos recursos que estavam disponíveis apenas para as áreas urbanas, como tecnologias e outros (Freitas; Oliveira, 2017). Contudo, não se pôde observar o mesmo empenho em desenvolver uma política inclusiva para promoção da conectividade plena e acessível para todos. Como mencionado anteriormente, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) foi pensado como uma política de inclusão digital no Brasil, nos anos de 2010. Ao traçar a trajetória do PNBL,

Urupá, Silva e Biondi (2012) ressaltam que o acesso à internet sempre dependeu da infraestrutura e telecomunicações do governo federal.

No caso brasileiro, toda a estrutura necessária (linhas telefônicas, cabos de fibra óptica, entre outros) se desenvolveu a partir da década de 1950, sob forte atuação do setor privado, especialmente de empresas estrangeiras lotadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo os autores, é com o surgimento da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A (Embratel) que se inicia a implementação do serviço de telefonia em escala nacional, propiciando a união de diferentes regiões. Mais adiante, em meados dos anos de 1970, é a empresa Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás) que passa a liderar e consolidar a expansão da planta telefônica nos que viriam (Urupá; Silva; Biondi, 2012).

Apesar da expansão, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) houve a privatização da estatal e empresas privadas assumiram a operacionalização do setor de telecomunicações. Desse modo, a telefonia fixa passou a ser vista como um serviço de telecomunicações de interesse coletivo, com as empresas sendo obrigadas a cumprir metas de universalização e de continuidade. Por outro lado, as operadoras de telefonia celular, que já atuavam desde os anos de 1990, passaram a seguir o modelo do regime privado, com regras mais flexíveis e menos interferência regulatória do Estado (Urupá; Silva; Biondi, 2012).

O acesso à internet foi estruturado no Brasil, nesse contexto de privatização das telecomunicações. A primeira política pública de infraestrutura de conectividade brasileira surgiu em 1990, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Cinco anos depois, em 1995, houve a expansão do *backbone* da RNP (rede elétrica por fibra) com o uso deixando de ser somente acadêmico e se tornando também comercial. Assim, inicia o desenvolvimento da banda larga com a difusão da tecnologia DSL, que aumentava a velocidade e a banda de conexão, através do uso da rede de telecomunicações das operadoras comerciais. Em 2010, o PNBL surgiu com a pretensiosa missão de expandir a cobertura de acesso, aumentar a velocidade da conexão à internet e reduzir os preços dos serviços (Urupá; Silva; Biondi, 2012). Contudo, a política pública passou a perder forças desde a gestão de Michel Temer (2016-2018) sem conseguir ampliar o acesso universal à banda larga (Anatel, 2020).

Dos anos de 1950 até 2025, houve uma grande evolução no acesso à internet e nas áreas cobertas por banda larga, sobretudo nas áreas urbanas. No contexto rural, o processo ainda é lento, com poucas áreas tendo cobertura em banda larga com

tecnologia 4G. Dos municípios que compõem esta pesquisa de doutorado, por exemplo, nenhum conta com área rural coberta em sua totalidade. Conforme a Anatel (2025), o município que apresenta a pior cobertura de área rural é o de Porto Firme com 42,03%, enquanto a área urbana totaliza 100%. O melhor desempenho ocorreu em Viçosa com cobertura de 81,87% na área rural e 99,99% na área urbana. Os demais municípios apresentam a seguinte cobertura: Coimbra – 50,52% área rural e 87% área urbana; Paula Cândido – 48,87% área rural e 99,26% área urbana; São Miguel do Anta – 69,65% área rural e 100% área urbana; e Teixeira – 70,50% área rural e 100% área urbana.

As interlocutoras desta pesquisa foram questionadas sobre a cobertura 4G em suas comunidades. Essa informação é importante para compreendermos a prática de uma conectividade significativa, cujos critérios estabelecidos foram mencionados no quadro 9. A primeira categoria de análise é “Conexão (velocidade adequada)”, nela busca-se verificar a potência e a estabilidade da conexão à internet. Considera-se ainda que para falar de uma CS é necessário que as participantes tenham conexão mínima equivalente a 4G, capaz de suportar atividades que exigem um grande número de dados, tais como videochamadas, aulas remotas, *streaming*, entre outros. A A4AI (2020;2024) considera que uma conexão banda larga móvel inferior ao 4G, restringe o uso e limita o acesso dos/das usuários/as. Na tabela 3 é possível observar as menções das participantes do questionário quanto ao funcionamento e oferta de telefonia celular, bem como a disponibilidade da tecnologia 4G em suas comunidades.

Tabela 3 – Telefonia celular e 4G nas comunidades rurais das interlocutoras

Aspecto	Descritivo	Quantidade	Percentual
Número de operadoras na comunidade	Uma	145	88,4%
	Dois	17	10,4%
	Três	3	1,2%
Operadoras citadas	Vivo	142	86,6%
	Claro	32	19,5%
	Tim	3	1,8%
	Nenhuma	8	4,9%
Sinal 4G na comunidade	Possuem	94	57,6%
	Não Possuem	69	42,4%
	Total	163	100%

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Ao analisar a tabela 3, é possível observar que 88,4% das interlocutoras afirmaram ao menos uma operadora de telefonia celular atua em sua comunidade rural. Menos de 12% relataram ter duas ou três opções, assim, nota-se uma baixa pluralidade

de mercado. Nesse sentido, é importante destacar que a operadora Vivo é a mais mencionada pelas participantes (86,6%), revelando uma predominância absoluta entre os municípios desta pesquisa. As operadoras Claro (19,5%) e Tim (1,8%) também foram mencionadas, contudo, essa concentração do serviço pela Vivo pode resultar em uma fragilidade para elas diante de uma possível falha da cobertura e/ou instabilidade do sinal.

Durante as entrevistas em profundidade, as interlocutoras também falaram sobre a conexão 4G em suas comunidades. Em São Miguel do Anta, por exemplo, a comunidade da entrevistada E4 (parda, 22 anos, solteira) não conta com cobertura plena de telefonia móvel. Já em Paula Cândido, a entrevistada E1 destacou que o sinal 4G na comunidade é recente, sendo que antes foi necessário recorrer a outros tipos de serviços, como a internet via rádio.

Não tem sinal 4G. [O sinal de telefonia móvel] não funciona nem para ligar. A gente usa a [operadora] Vivo e paga um plano mensalmente. Na época da pandemia de Covid-19, meu pai colocou internet [*Wi-fi*] em casa porque eu precisava estudar e tudo era *online*, mas também não funcionou muito porque sempre que tinha aula o sinal caía e eu precisava ir para casa dos outros, na cidade, para estudar - E4 (parda, 22 anos, solteira), São Miguel do Anta.

Tem muito pouco tempo que a internet banda larga chegou aqui. É muito pouco tempo mesmo, deve ter uns três anos. A gente tinha uma internet via rádio, mas era muito ruim e o sinal cai toda hora - E1, 31 anos, Paula Cândido.

O relato da entrevistada E3, de Porto Firme, por outro lado, chama a atenção para a importância de se ter uma conexão 4G, especialmente para sua mobilidade. Além de realizar atividades na lavoura, ela também trabalha como faxineira em Viçosa e para tomar um ônibus intermunicipal realiza um deslocamento de aproximadamente 20 quilômetros da sua comunidade até o perímetro urbano de Porto Firme.

Eu moro há 20 quilômetros da área urbana e na minha comunidade pega o sinal de celular e o 4G da Vivo. Eu pago um plano mensal porque eu fico muito pelas estradas, andando para trabalhar. Então, eu saio de casa e continuo conectada para conseguir conversar nos lugares que eu trabalho e as pessoas da minha família. O 4G funciona bem melhor. Eu também pago uma mensalidade de uma internet que vem de uma antena rural, instalada na casa do meu vizinho. Mas, eu costumo falar que a internet da Vivo é bem melhor porque com a outra nem um PIX eu consigo fazer. - E3, 38 anos, parda, Porto Firme.

Uma conectividade significativa necessita, primordialmente, de acesso à tecnologia 4G, sobretudo pela possibilidade de estar conectado em diferentes espaços. No caso das participantes, 57,6% disseram que suas comunidades possuem acesso ao serviço. Por outro lado, 69 interlocutoras (42,4%) informaram que não há sinal de 4G disponível onde residem. Desse modo, é possível inferir que ter uma TIC disponível, principalmente o telefone celular, não é garantia de conexão plena já que a qualidade, a velocidade e a disponibilidade de sinal da internet dependem de fatores estruturais. Na tabela 4, os dados de acesso ao sinal 4G foi segmentado por município e comunidade.

Tabela 4 – Sinal 4G por município, comunidades e interlocutoras

Município	Comunidade com 4G	Comunidade sem 4G	Mulheres com 4G disponível na comunidade	Mulheres com 4G indisponível na comunidade
Cajuri	4	0	7	0
Coimbra	6	3	11	8
Paula Cândido	15	8	29	19
Porto Firme	6	1	6	3
São Miguel do Anta	3	5	3	7
Teixeiras	8	2	10	2
Viçosa	6	14	28	30
Total	48	33	94	69

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

A respeito do acesso à internet através da banda larga, Silva (2012) destaca que se trata de uma condição necessária e estratégica para que as pessoas vivam experiências *online* de modo pleno e satisfatório. Segundo o autor, a velocidade é um elemento de referência utilizado para definir se a conexão ocorre em banda larga ou não, porque ela afeta diretamente a prática de acesso à internet.

Silva (2012) também elenca outros parâmetros que ajudam na definição da internet em banda larga: 1) usabilidade - deve possibilitar a realização de operações cotidianas que o usuário considere primordial, sem distúrbios; 2) velocidade - com o avanço de aplicativos e conteúdos digitais, menor deve ser a taxa de velocidade mínima exigida; 3) interatividade - banda larga deve ser dinâmica e com plena desenvoltura, para relações entre usuários e entre eles e os diferentes serviços; 4) fluxo - o trânsito de dados deve ser pleno e ininterrupto; e 5) latência - o tempo entre o envio e recebimento de dados deve ser rápido e não pode afetar o processo de comunicação. O relato da entrevistada E4 ajuda na compreensão de como esses parâmetros são importantes para

quem utiliza a internet, sobretudo em condições atípicas, como foi o do ensino remoto durante a pandemia de Covid-19.

Meu pai precisava ligar para alguém, ele só ia conseguir sinal se subisse no alto do pasto ou se colocasse o celular na beirada da janela, porque lá também costuma se conectar. Só que o uso dele era mais fazer alguma ligação, para ele [o telefone celular] só funciona para isso. Eu subia no pasto quando precisava ligar para minha mãe também, mas para assistir aula *online* não tem jeito porque o sinal precisa ser bom e a velocidade também. Com o computador não tem como eu subir no pasto, né? Não tem *Wi-fi* no pasto e nem o 4G funciona no pasto, então não teria como eu rotear a internet, por exemplo, para o computador, porque ela é fraca. E4, 22 anos, São Miguel do Anta.

Além dos fatores já mencionados, a conectividade significativa também leva em conta outra característica: “acessibilidade econômica (dados suficientes)” que tem como foco o volume de dados e o custo de acesso. No entendimento da A4AI, uma CS ocorre quando há oferta de planos acessíveis, com banda larga ilimitada ou uma franquia suficiente que possibilite o uso contínuo da internet. Por outro lado, a pacotes de dados caros ou limitados dificulta o acesso pleno da internet. Através dos depoimentos já mencionados, é possível inferir que o volume de dados não tem sido suficiente para as demandas das mulheres rurais entrevistadas.

Considerando os marcadores sociais de raça, renda e faixa etária, a tabela 5 fornece um panorama sobre o acesso das participantes ao sinal 4G em suas comunidades; a existência de contrato de plano de telefonia móvel e o modelo de serviço adotado. As interlocutoras também sinalizam se o tipo de plano de telefonia móvel contratado é acessível ou não, considerando sua renda familiar.

Tabela 5 – O acesso das interlocutoras ao sinal 4G em suas comunidades

Aspecto	4G na comunidade		Plano de Telefonia Móvel		Tipo de Plano de Telefonia Móvel			Valor acessível	
	Sim	Não	Sim	Não	Pré-pago	Controle	Pós-pago	Sim	Não
Geral	94	69	135	28	82	42	11	76	87
Raça									
Preta	26	21	36	11	22	12	2	21	26
Parda	39	23	54	8	29	18	7	25	37
Branca	28	25	44	9	30	12	2	30	23
Indígena	1	0	1	0	1	0	0	0	1
Faixa etária									
Jovem	7	8	13	2	7	6	0	7	8
Adulta	59	41	86	14	57	22	7	50	50
Idosa	28	20	36	12	18	14	4	19	29

	Renda familiar									
> 1SM*	7	3	7	3	6	1	0	2	8	
1 SM	26	17	31	12	20	7	4	23	20	
1-2 SM	28	31	50	9	32	15	3	22	37	
2-3 SM	23	12	33	2	21	10	2	18	17	
3-4 SM	5	4	7	2	4	3	0	5	4	
< 4SM	5	2	7	0	4	1	2	6	1	

*Legenda: *SM – Salário mínimo*

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

A tabela 5 evidencia a presença da telefonia móvel no contexto das interlocutoras, bem como as desigualdades ligadas à infraestrutura das prestadoras do serviço em suas comunidades. O índice de mulheres com plano de telefonia móvel é alto (82,8%), sendo que 135 das 163 relataram possuir algum. O modelo de serviço contratado mais usual é o pré-pago (82 interlocutoras), seguido do controle (42) e o pós-pago (11). De modo geral, 87 participantes consideram o valor do serviço inacessível para sua renda familiar, enquanto outras 76 consideram o valor compatível.

Ao analisarmos os dados por segmentos, observa-se que há similaridades na posse do plano de telefonia móvel. O número de interlocutoras negras (19 - sendo 11 pretas e 8 pardas) que não contratam o serviço é superior ao número de brancas que relatam não poder contratar (9). As mulheres negras (63) também são as que julgam o serviço inacessível para sua renda familiar, sendo a informação dada por 26 interlocutoras pretas e 37 pardas, enquanto o número de brancas chega a 23.

No quesito faixa etária, é possível observar que quase todas as jovens possuem plano de telefonia móvel (13), sendo as modalidades pré-pago (7) e controle (6). A respeito do valor praticado pelas operadoras, sete consideram acessível para renda familiar, enquanto oito não. Já entre as interlocutoras adultas, metade considera o valor alto (50). Das 100 participantes, 86 possuem plano de telefonia móvel, especialmente na modalidade pré-pago (57). Já entre as participantes idosas, 36 possuem plano de telefonia móvel. A respeito do valor, 19 consideram acessível e outras 29 não.

De modo geral, é possível observar que o modelo de plano pré-pago é o mais utilizado pelas interlocutoras, independente da segmentação. Contudo, ao analisar a renda, vale destacar que o plano controle é utilizado principalmente por quem possui renda familiar entre 1-2 salários-mínimos e 3-4 salários-mínimos. Já o valor praticado pelas operadoras, é considerado alto por apenas uma interlocutora cuja renda familiar é maior do que 4 salários-mínimos. Entre as que recebem menos de um salário-mínimo, duas consideram acessível e oito inacessível.

Nesse sentido, a A4AI (2020) relata que a velocidade da conexão pode determinar o sucesso ou o fracasso da experiência que o usuário terá na internet. Durante as pesquisas desenvolvidas, a A4AI observou que ao serem questionadas sobre a velocidade de internet que desejavam ter, as pessoas não respondiam mensurando o número de *megabits* por segundo. Conforme relatório, as pessoas indicavam o que gostariam de fazer e em qual velocidade desejavam fazer, como assistir vídeos seu *buffering* (pré-carregamento de dados). A entrevistada E4 (parda, 22 anos, solteira), de São Miguel do Anta – MG, relata sobre a dificuldade com a velocidade da conexão durante a pandemia de Covid-19:

Sempre que eu tinha aula online na pandemia ou quando precisava entregar alguma prova a internet caía. Aí eu tinha que sair da roça e ir para a rua, porque se eu ficasse na roça provavelmente a internet ia cair de novo, aí teria que ser uma correria para a casa dos outros. Meu pai colocou a internet na nossa casa, mas outros vizinhos também já tinham. Minha tia mora perto do meu pai também colocou na mesma época. Mas tem um monte de gente que não tem até hoje na comunidade. E4 (parda, 22 anos, solteira), São Miguel do Anta – MG.

A conexão por cabo de fibra óptica, nos últimos anos, surgiu como uma alternativa para as pessoas que moram em áreas rurais da Zona da Mata de Minas Gerais. Como mencionado anteriormente, Lopes, Cardoso e Leal (2022) constataram que mulheres quilombolas, do município de Viçosa, tiveram que se organizar para conseguir que o sinal de internet chegasse na comunidade durante a pandemia de Covid-19. Além disso, essas mulheres precisaram criar estratégias para reduzir a desconexão na comunidade, através do compartilhamento do sinal de internet *Wi-fi* e dados móveis, devido ao alto custo do serviço (Lopes; Cardoso; Leal; 2022).

A respeito da banda larga fixa, especialmente as conexões feitas através da fibra óptica, Rojas (2024) considera ser o melhor tipo para os domicílios. Segundo ele, o acesso à internet por fibra óptica ou satélite, proporciona uma conexão com maior velocidade e menor taxa de latência, que é a soma dos atrasos de tempo de propagação e transmissão de dados na rede (Rojas, 2024). No âmbito desta pesquisa, a entrevistada E1 conta sobre a qualidade da internet em sua residência e da troca do serviço via rádio por fibra óptica, bem como as práticas de mercado. Já a entrevistada E5, de Viçosa, relata sobre a possibilidade de acessar à internet em todos os cômodos da sua casa, algo que não podia ser feito anteriormente.

A internet que a gente usa em casa é um pouco mais cara do que na cidade, mas não muito também. Antes, quando a conexão era via rádio o valor era alto. Eu comparava com os preços dos serviços em Viçosa, mas era o que tínhamos, então acabava pagando caro pela qualidade que era entregue. Com a chegada da concorrência, além da internet, eles passam a oferecer outras vantagens, como os canais de TV. Digamos assim: a empresa da fibra óptica veio oferecer o serviço de internet e o serviço de TV a cabo sem aumentar o preço do que a outra empresa já oferecia. Eu fiquei muito desconfiada na época, pensei que em três meses eles já iriam aumentar o preço. Por enquanto não [aumentaram], e quando eu vi os cabeamentos chegando, eu entendi que era um agrado para gente continuar com o serviço. E1, 31 anos, Paula Cândido.

Em 2001, na minha casa, tinha um celular rural. Então, eu sempre tive o acesso a comunicação. Só foi mudando [a tecnologia] e o jeito de usar. Hoje eu ligo o *Wi-fi* e consigo fazer ligação em qualquer parte da minha casa. Antes não funcionava, eu precisava ficar procurando o sinal. A gente tem a internet por cabo [de fibra óptica], mas outra empresa atendia a gente com o sinal à rádio. Não era muito boa! Chovia e a internet não funcionava. Era muito ruim, porque eles colocaram uma antena num alto e lá não tinha acesso à energia elétrica. Usavam bateria e quando descarregava a gente ficava sem internet. - E5, 41 anos, Viçosa.

A tabela 6 apresenta o quantitativo de interlocutoras que possuem conexão via *Wi-fi* em suas residências. O levantamento considera os diferentes tipos de provedor de internet na comunidade, seja por fibra óptica, satélite ou via rádio. Além disso, elas informaram também sobre a existência da contratação do serviço em suas residências.

Tabela 6 – Conexão *Wi-fi* por município, comunidades e interlocutoras

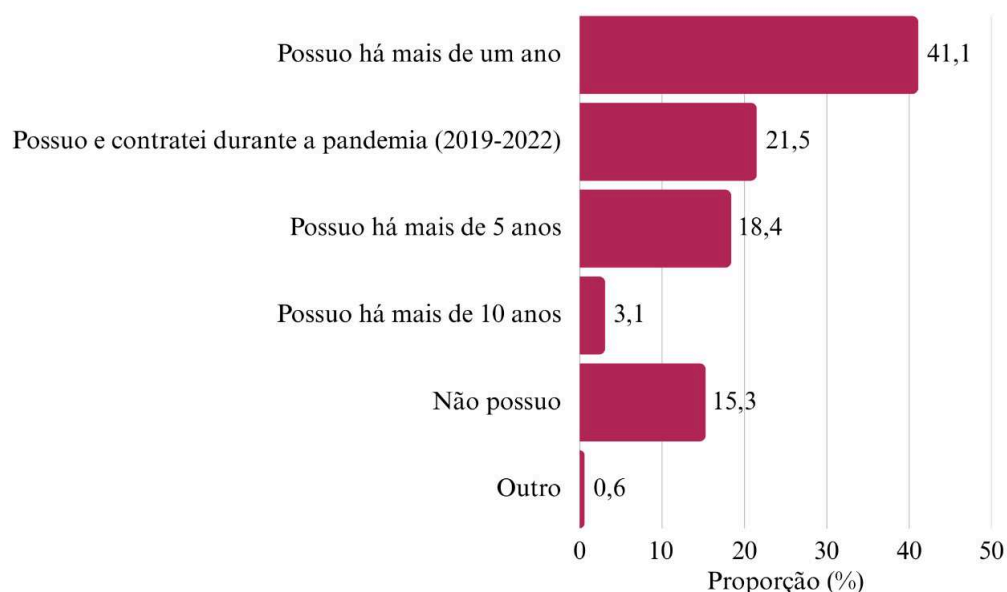
Município	Provedor de Internet na Comunidade	Sem Provedor de Internet na Comunidade	Mulheres com <i>Wi-fi</i> na residência	Mulheres sem <i>Wi-fi</i> na residência
Cajuri	4	3	5	2
Coimbra	17	2	15	4
Paula Cândido	41	7	41	7
Porto Firme	9	0	9	0
São Miguel do Anta	9	1	8	2
Teixeiras	11	1	11	1
Viçosa	49	9	49	9
Total	138	25	138	25

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

A presença da conexão *Wi-fi* nas moradias das mulheres é expressiva e chama atenção, sobretudo porque 25 afirmaram não ter conexão banda larga fixa. A contratação do serviço de internet em banda larga fixa é recente na maioria das casas

das interlocutoras, 67 participantes afirmaram que possui o serviço a pouco mais de um ano, correspondendo a 41,1%. Outras 35 interlocutoras, responderam ter contratado o serviço durante a pandemia de Covid-19 (2019-2022), 21,5%. Por outro lado, apenas cinco participantes disseram ter *Wi-fi* na residência há mais de 10 anos. A figura 18 ajuda na compreensão de como a conectividade doméstica é recente para as participantes desta pesquisa.

Figura 18 – Tempo de contratação do serviço de internet *Wi-fi*



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

O número de mulheres que não possuem internet *Wi-fi* também se destaca na figura 18, uma vez que corresponde à 15,3% das participantes desta pesquisa. São 25 interlocutoras que não possuem conexão *Wi-fi* na residência. Desse total, 19 conseguem se conectar através do plano de telefonia móvel 4G, e outras seis interlocutoras não possuem nenhum dos dois tipos de serviços. O perfil dessas 25 interlocutoras é de mulheres negras (17); de baixa renda familiar, de até 2 salários-mínimos (22); e de idosas (11) e adultas (10).

A tabela 7 detalha a relação das interlocutoras com o 4G e o *Wi-fi*. O número de interlocutoras que possuem o sinal 4G é de 135. Desse total, 28 não possuem plano de telefonia móvel, sendo que 22 duas possuem *Wi-fi* e seis não possuem nenhum plano de conexão. O perfil das participantes que não possui plano de telefonia móvel é de mulheres negras (20); com baixa renda familiar, de até 2 salários-mínimos (24); e de mulheres adultas (14) e idosas (12).

Tabela 7 – Conexão 4G e *Wi-fi* das interlocutoras

Aspecto	Frequência	% do total
Possui 4G e <i>Wif-fi</i>	116	71,2
Somente <i>Wi-fi</i>	22	13,5
Somente 4G	19	11,7
Nenhum	6	3,7
Total	163	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

As interlocutoras foram questionadas se os valores praticados pelas prestadoras do serviço de telefonia móvel e dos provedores de *Wi-fi* são acessíveis. A respeito da telefonia móvel, 76 participantes consideraram o valor acessível para sua renda familiar, enquanto 87 negaram. Já em relação ao *Wi-fi*, 88 participantes disseram que os valores praticados são acessíveis, enquanto 75 negaram.

A respeito dos valores praticados para conexão via *Wi-fi*, a maior parte das interlocutoras pagam cerca de R\$100,00, sendo que o preço médio das respostas é R\$93,48. Contudo, vale ressaltar que há extremos entre os preços praticados, que se alteram conforme o modelo contratado. Na pesquisa quantitativa consta que o menor valor praticado é de R\$40 e a maior taxa informada é de R\$250.

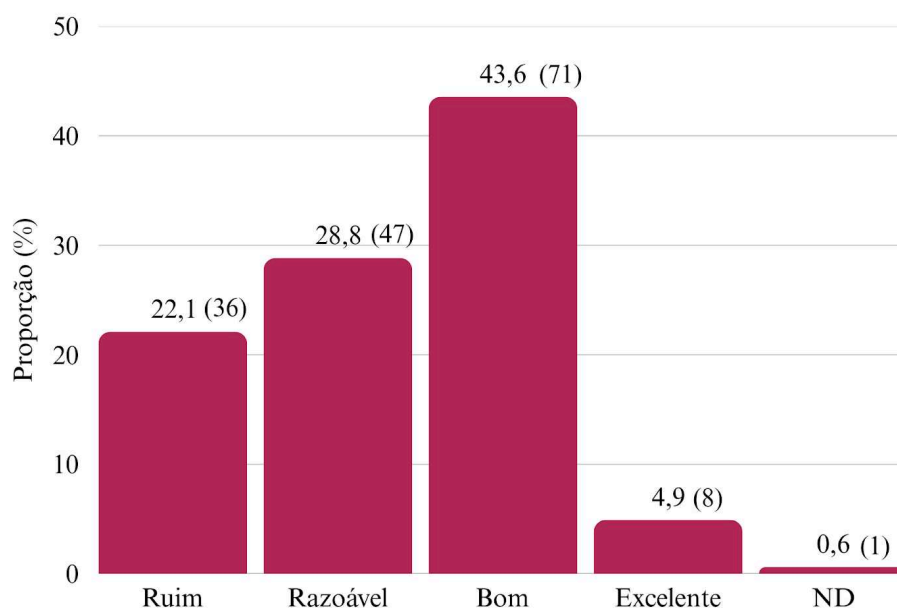
A entrevistada E3, de Porto Firme, é beneficiária do Programa Bolsa Família, uma política pública de transferência de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Com renda familiar entre 1-2 salários-mínimos, ela contou que o gasto com o plano controle de telefonia móvel (cerca de R\$40,00) é por necessidade. Ela detalha a estratégia utilizada para custear a conexão *Wi-Fi* em sua moradia e destaca que manter a contratação dos dois serviços (fixo e móvel) é caro, mas também uma necessidade.

No final das contas fica caro ter um plano de telefone celular, se eu somar com valor que pago pela internet em casa. Para ter o *Wi-fi* não pago caro, mas também não compensa. Meu vizinho teve um gasto com a instalação da antena, além disso, tem uma taxa mensal de R\$100,00 que é paga todo mês. Esse valor é dividido para a família dele, a minha e de outros dois vizinhos. Mas, como a qualidade é ruim, fica elas por elas. Pago pouco, R\$25,00, mas também recebo pouco. Aí o sinal da Vivo [telefonia móvel] acaba sendo melhor, mas é outro gasto e como a gente não tem renda fixa, fica complicado. - E3, 38 anos, Porto Firme.

As interlocutoras que consideraram o acesso “ruim” ou “razoável”, juntas totalizam 83 mulheres rurais. Elas foram motivadas a indicarem possíveis motivos,

podendo mencionar mais de um fator. A figura 19 mostra a percepção geral das interlocutoras sobre o acesso à internet na comunidade.

Figura 19 – Percepção sobre o acesso à Internet na comunidade



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025). *ND = Não declarou.

O motivo que leva as participantes a reclamarem do serviço de internet ofertado está relacionado à questão da infraestrutura do território. Conforme a tabela 8, o principal motivo é que a “internet oscila e não está sempre disponível”, mencionado por 64 participantes (60,83%).

Tabela 8 – Motivações para considerar o acesso à Internet ruim ou razoável

Aspecto	Citações	% do total
Preço elevado	24	22,64
Internet oscila e não está sempre disponível	64	60,38
Poucas empresas oferecem o serviço	18	16,98
Outros	-	-
Total	106	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

O “preço elevado” foi mencionado por 24 participantes (22,64%), enquanto outras 18 interlocutoras disseram que “poucas empresas oferecem o serviço”, perfazendo o total de 16,98%. Os dados reforçam que o principal entrave enfrentado

pelas interlocutoras está na instabilidade do serviço, sendo este o principal motivo de insatisfação. Dessa forma, pode-se inferir que a discussão sobre a conexão não é somente sobre “ter ou não ter” Internet, é sobretudo a respeito da qualidade e de condições injustas de acesso.

As interlocutoras também foram questionadas sobre possíveis diferenças no preço e na qualidade do serviço de internet oferecido na comunidade rural e na área urbana de seu município. Conforme consta na Tabela 9, a diferença na qualidade do serviço foi o motivo mais citado pelas participantes, sendo mencionado 93 vezes (48,95%).

Tabela 9 – Percepções de assimetrias no serviço de internet rural e urbano

Aspecto	Citações	% do total
Preço mais elevado na comunidade em relação ao centro da cidade	59	31,05
Qualidade inferior na comunidade em relação ao centro da cidade	93	48,95
Poucas opções de serviço	35	18,42
Outros	3	1,58
Total	190	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Os preços praticados pelas prestadoras de serviços também foram apontados, sendo que 59 interlocutoras (31,05%) mencionaram que na comunidade rural ele é mais elevado. Em seguida, aparecem “poucas opções de serviço”, mencionado por 35 participantes (18,42%). Três interlocutoras apresentaram outros motivos, sendo que: duas disseram que “na área rural a internet é melhor que na área urbana”; e outra disse que “não há diferenças”.

Neste tópico, duas categorias importantes para a conectividade significativa foram levadas em consideração: 1) a conexão à internet, seja por banda larga fixa (Wi-fi) ou móvel (4G), considerando a velocidade adequada; e 2) a acessibilidade econômica para contratação dos serviços de telefonia móvel ou de provedores de internet fixa, focado sobretudo em ter dados suficientes para as participantes estarem conectadas.

No quesito conexão à internet, foi possível observar que o acesso ainda não é universal. Apesar da maioria ter algum tipo de serviço, 42,2% das participantes ainda não possuem conexão 4G em suas comunidades. Além disso, a empresa Vivo domina o mercado da telefonia móvel, sendo indicada por 88,4% das participantes. Em

contrapartida, a conexão domiciliar via *Wi-fi* é significativa, mas recente. Das 138 participantes que possuem, quase metade contratou o serviço há pelo menos dois anos (pós-pandemia de Covid-19). Por fim, cabe ressaltar que o principal problema apontado pelas participantes não é a falta de internet, mas a qualidade do serviço, já que 60,38% disseram que ela oscila e nem sempre está disponível, e quase metade avaliou que a internet na área rural é inferior à urbana.

A respeito da acessibilidade econômica, foi possível notar que 82,8% das participantes possuem plano de telefonia móvel, mas 87 das 163 entrevistadas consideram o valor inacessível para a renda familiar. Além disso, a adoção do plano de telefonia pré-pago foi informada por 82 participantes. A modalidade pode estar relacionada ao uso de estratégias de uso intermitente e controlado, sobretudo ligada à restrição orçamentária. No caso do *Wi-fi*, os valores praticados pelos prestadores de serviço variam muito (de R\$40 a R\$250), podendo afetar de forma desigual o orçamento das famílias. De modo geral, a barreira econômica não reflete apenas no preço nominal, mas no valor relativo desses custos na renda familiar.

3.3 Tecnologia - dispositivos apropriados para conexão

A conectividade significativa também depende da categoria “Tecnológica” que está relacionada à posse de um dispositivo apropriado que possibilite executar ações na Internet com qualidade. A AIA4 (2020) resalta a importância de ter equipamentos adequados, seja um *smartphone*, computador ou *tablet*, porque eles possuem múltiplas funções. Em contrapartida, ter um dispositivo básico ou obsoleto pode restringir o uso e reforçar a exclusão digital.

No segundo capítulo desta tese, ao falar sobre tecnologia, foi realizada uma discussão sobre a apropriação das tecnologias digitais. Ao discutir sobre a dimensão “Tecnológica”, é preciso retomar as reflexões da pesquisadora Delia Covi Druetta (2017), que enfatiza a necessidade de as pessoas terem competência para gerir a tecnologia. Uma apropriação forte e próxima depende também de considerar que a apropriação ocorre em um processo socialmente situado e participativo, com os sujeitos sendo afetados pelo seu espaço sócio-histórico e suas práticas culturais cotidianas (Druetta, 2017). Desse modo, considera-se que a conectividade significativa não se trata apenas de ter dispositivos adequados, mas também de saber usá-los.

A definição do que é ter um dispositivo, adotada pela A4AI (2024), é baseada nos dados das pesquisas desenvolvidas com usuários/as de internet de diferentes origens

socioeconômicas e culturais em diferentes países, tais como Colômbia, Gana e Indonésia. Desse modo, a A4AI considera as seguintes características para o dispositivo: a) portabilidade - capacidade de ser transportado e utilizado em diferentes lugares, ampliando a frequência e local de uso; b) diversidade de aplicativos produtivos e multifuncionalidade - ter recursos para realizar chamada de voz, fotos, vídeos, entre outros. A A4AI (2024) destaca, por exemplo, que o recurso de voz é útil para pessoas com diferentes níveis de alfabetização.

Não há distinção quanto ao tipo de dispositivo utilizados pelas pessoas para se conectar à internet. Entretanto, a A4AI (2024) considera que ele deve ser capaz de facilitar a produção e o consumo de conteúdos na Internet, gerando uma participação plena do/a usuário/a. A coalizão também destaca que tanto o *notebook* quanto o *smartphone* podem proporcionar diferentes níveis de criação e consumo entre as pessoas. O *smartphone* é o dispositivo mais utilizado pelas pessoas, mas não é a única forma de conexão à internet, ele se destaca por reunir um conjunto de recursos importante para conectividade (A4AI, 2024).

As participantes desta pesquisa foram questionadas sobre a disponibilidade de dispositivos em sua residência, podendo citar mais de um. A tabela 10 proporciona uma visão geral da relação delas com os equipamentos, destacando entre eles o telefone celular/*smartphone* como mais utilizado.

Tabela 10 – Presença de dispositivos tecnológicos

Aspecto	Dispositivo	Quantidade	% do total (163)
Dispositivos presentes na casa das interlocutoras	Computador/Desktop	17	10,4
	Notebook	42	25,8
	Celular/Smartphone	158	96,9
	Tablet	4	2,5
	Outro (TV Digital)	4	2,5
	Não Possui	5	3,1
Variedade de dispositivos	1	108	66,3
	2	37	22,7
	3	12	7,4
	4 ou mais	1	0,6
	0	5	3,1

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Os dados da pesquisa mostram que a maioria das participantes possui telefone celular/*smartphone*. No total, 158 interlocutoras disseram ter o aparelho, sendo que 108 delas possuem apenas o *smartphone*. O número de participantes que possuem mais de um dispositivo tecnológico é baixo: 37 possuem dois; 12 possuem 3; e apenas uma tem 4 ou mais aparelhos. Cinco participantes relataram não ter nenhum dispositivo em suas casas, mas há conexão à internet em suas comunidades, seja por 4G ou provedor *Wi-fi*. O grupo é formado por três mulheres negras e duas brancas, sendo quatro idosas e uma adulta. Nenhuma delas considera acessíveis os valores praticados pelas prestadoras de serviço de internet.

A entrevistada E5 (41 anos, parda, casada), de Viçosa, ao falar sobre a utilização das TIC, destaca que não utiliza o computador porque tem dificuldades e também não tem tempo para descobrir como funciona o dispositivo. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a apropriação digital ocorre de forma limitada, sobretudo por conta da demanda de trabalho, uma vez que para ela seria importante aprender a utilizar recursos que contribuíssem para a comercialização de seus produtos nas feiras.

A gente vai tendo uma dificuldade para aprender, mas vai mexendo e vai descobrindo. Eu tenho o computador, mas eu não uso. Tudo que eu faço é pelo celular. Eu não uso [o computador] porque ainda não tive interesse em mexer. Faz falta aprender, por exemplo, para eu fazer algum rótulo para as embalagens dos meus produtos. Aí eu preciso pedir aos outros para fazer. Mas eu ainda não tive tempo! Ou eu me dedico à profissão, ou eu me dedico a aprender a tecnologia. E5 (41 anos, parda, casada), de Viçosa.

Por outro lado, a entrevistada E3 (38 anos, parda, casada), de Porto Firme, destaca que a baixa qualidade da internet impede de utilizar plenamente outras TIC, como televisão digital e computador:

É muito difícil a gente conectar à internet em algum outro dispositivo, porque a forma como a antena da internet foi instalada, quando chove, ficamos sem ela. É muito raro a gente conectar numa televisão, por exemplo. E3 (38 anos, parda, casada), de Porto Firme.

O CGI.br lidera os estudos de conectividade significativa no Brasil, destacando não só a qualidade do acesso à internet, mas também a existência de dispositivos para uso e as habilidades digitais dos/das usuários/as. O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br (2023) detalha em relatório que o telefone celular aparece como o dispositivo mais utilizado no país. Na área urbana, 56% das pessoas

utilizam o dispositivo, enquanto na área rural 77% das pessoas se conectam à Internet através do telefone celular. O relatório também ressalta que o dispositivo é adotado exclusivamente por 49% das pessoas autodeclaradas brancas e 64% das pessoas autodeclaradas pretas (NIC.br; 2023). No âmbito desta pesquisa, a tabela 11 ajuda na compreensão de como ocorre a posse dos dispositivos entre as interlocutoras por raça, renda e faixa etária.

Tabela 11 – Dispositivos presentes nas casas das interlocutoras

Aspecto Raça	Computador/ Desktop	Notebook	Celular/ Smartphone	Tablet	Outro (TV Digital)	Não Possui
Preta	4	6	46	0	1	1
Parda	5	16	60	2	0	2
Branca	8	20	51	2	3	2
Indígena	0	0	1	0	0	0
Aspecto Faixa etária	Computador/ Desktop	Notebook	Celular/ Smartphone	Tablet	Outro (TV Digital)	Não Possui
Jovem (18-29 anos)	0	9	15	1	0	0
Adulta (30-59)	15	24	99	2	3	1
Idosas (60+)	2	9	44	1	1	4
Aspecto Renda Familiar	Computador/ Desktop	Notebook	Celular/ Smartphone	Tablet	Outro (TV Digital)	Não Possui
<1SM*	1	2	9	0	0	1
1 SM	0	7	42	1	0	1
1-2 SM	5	12	57	0	2	2
2-3 SM	4	12	34	2	1	1
3-4 SM	2	3	9	0	0	0
> 4SM	5	6	7	1	1	0

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Com base na tabela 11, pode-se observar que o telefone celular/*smartphone* é o dispositivo mais difundido entre as interlocutoras, independente de raça, faixa etária ou renda. Contudo, ao analisar a diversidade tecnológica entre os grupos, é possível notar que há limitações. A posse de outros aparelhos (computador, notebook ou tablets) é restrita a grupos específicos, principalmente às mulheres brancas, adultas e com renda acima de dois salários mínimos. Por outro lado, entre as mulheres negras, a diversidade

tecnológica é menor. Além disso, as interlocutoras idosas apresentam maior vulnerabilidade tecnológica, com maior número de participantes sem equipamentos.

A entrevistada E7 (67 anos, preta, solteira), de Coimbra, relata sobre a sua experiência usando o telefone celular rural, cujo uso ela considerava difícil. A aquisição do dispositivo aconteceu pela necessidade de comunicação com os filhos, um casado e outro que estudava em outro município. Apesar do receio inicial, ela ressalta que hoje não consegue mais ficar sem o aparelho. A inserção do telefone celular em seu cotidiano se deu de forma mediada pelo filho (Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2019), que também busca fazê-la utilizar outras TIC.

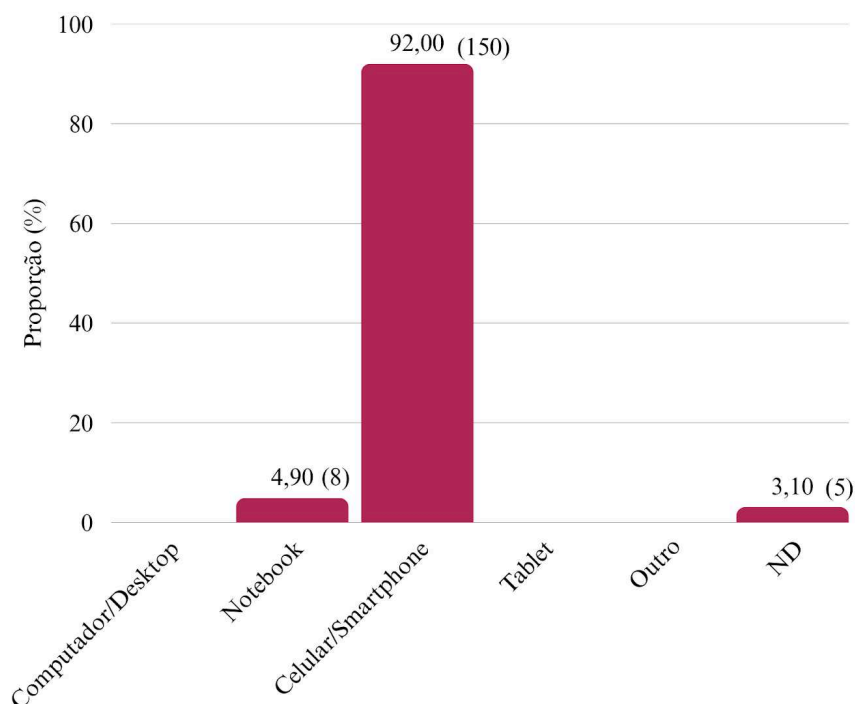
Eu tenho por conta dos meus dois filhos, um é casado e o outro solteiro, que saiu para estudar. Aí veio a necessidade, mas não queria ter. O primeiro celular que eu tive em casa foi aquele de antena. Era difícil de usar, muito ruim para poder conversar com meu filho que morava fora. Eu ligava, ele não respondia. Eu ficava preocupada aqui na roça. Ele estudava em Rio Pomba-MG. A gente se falava todo dia por ligação, porque a gente não tinha internet ainda. Depois, compramos um celular [*smartphone*]. Aí eu comecei a gostar. Eu não fico sem mais. Na pandemia colocamos uma internet melhor porque meu filho terminou o curso dele em casa, mas até ter a de fibra óptica era difícil. Agora eu preciso ficar sem um pouco, porque senão eu deixava passar até a hora do almoço. Tem um computador lá em casa, que eu comprei na época que meu filho ainda estava na escola aqui em Coimbra. Eu já tentei mexer, mas não aprendi muita coisa. Tem muita coisa no celular que eu também não sei mexer. Mas, meu filho vai comprar um notebook novo e vai passar o dele para mim. Aí eu vou aprender com a ajuda dele! E7 (67 anos, preta, solteira), de Coimbra.

No aspecto renda familiar, a presença dos dispositivos é baixa entre as interlocutoras que possuem menos de um salário-mínimo. Entretanto, à medida que a renda aumenta há também o acúmulo de TIC. De acordo com Rotondi *et al.* (2020), a falta de recursos financeiros impede que muitas mulheres rurais comprem um telefone celular, sendo esta situação atrelada à divisão sexual do trabalho. Krell NT *et al.* (2020) destacam ainda que a falta de independência financeira também afeta na qualidade das TIC que as mulheres possuem, sendo que elas tendem a ficar restritas a dispositivos básicos no comparativo com os homens.

As participantes foram questionadas sobre qual o dispositivo mais utilizado por elas. Conforme a figura 20, o *smartphone* é o aparelho mais utilizado, sendo que 150 das 163 mulheres entrevistadas o citaram, perfazendo 92%. Em seguida, aparece o *notebook*, mencionado por oito entrevistadas (4,9%). Os demais dispositivos, computador *desktop* e o *tablet*, não foram mencionados por nenhuma interlocutora. As

cinco participantes que disseram não possuir nenhum dispositivo, não declararam nada nesta questão.

Figura 20 – Dispositivo mais utilizado pelas interlocutoras



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025). *ND* = Não declarou.

A presença do telefone celular, apesar de ser quase unanimidade, ainda é recente na vida de algumas participantes desta pesquisa. A tabela 12 possibilita observar que, na época da coleta dos dados, duas interlocutoras possuíam o aparelho a menos de um ano. Em contrapartida, outras sete mulheres possuem o aparelho há mais de 20 anos, quando ainda não havia dispositivos com conexão à internet no mercado de tecnologia.

Tabela 12 – Tempo de posse do telefone celular/smartphone

Aspecto	Citações	% do total
Menos de 1 ano	2	1,2
1 ano	13	8,0
2-5 anos	71	43,6
6-10 anos	60	36,8
11-15 anos	1	0,6
20 anos ou mais	7	4,3
Não possui	4	2,5
Não declarou	5	3,1
Total	163	

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

A tabela 12 mostra que a utilização do telefone celular/*smartphone* tem se consolidado entre as interlocutoras nos últimos anos. A maior parcela - que forma um grupo de 71 mulheres - possui o dispositivo entre 2 a 5 anos (43,6%). Em seguida, aparece o grupo composto por 60 mulheres que possui o aparelho pelo período de 6 a 10 anos (36,8%).

As participantes da pesquisa fizeram uma avaliação sobre o uso dos dispositivos, conforme consta na tabela 13. De modo geral, a maioria das interlocutoras se reconhece como "boa" usuária dos dispositivos, sendo relatado por 92 delas, correspondendo a 56,4%. Entretanto, apenas 13 participantes se consideram "excelentes" usuárias (8%). Através do recorte racial, é possível observar que as mulheres negras declaram fazer um bom uso dos dispositivos, mas também são a maioria entre as usuárias que consideram o uso "razoável". Por outro lado, as interlocutoras negras são maioria na classificação excelente, somando-se oito das 13.

No recorte etário, é possível observar na tabela 13 que o grupo formado pelas jovens é o que tem melhor autoavaliação quanto ao uso dos dispositivos, sendo apenas uma avaliação ruim e duas razoáveis. Entre as adultas e idosas, há uma maior frequência de respostas razoáveis, 26 e 15 participantes, respectivamente. Já o aspecto econômico, através da renda familiar, também sugere o comportamento das participantes quanto à utilização dos dispositivos. A avaliação ruim ou negativa se concentra especialmente entre as interlocutoras que possuem menor renda, até dois salários-mínimos.

Tabela 13 – Avaliação sobre o uso dos dispositivos

Aspecto	Ruim	Razoável	Bom	Excelente	ND
Geral	11 (6,7%)	43 (26,4%)	92 (56,4%)	13 (8%)	4 (2,5%)
Raça					
Preta	1	17	26	2	1
Parda	4	18	33	6	1
Branca	6	8	32	5	2
Indígena	0	0	1	0	0
Faixa etária					
Jovem	1	2	10	2	0
Adulta	5	26	60	8	1
Idosa	5	15	22	3	3
Renda familiar					
< 1SM*	3	2	4	1	0
1 SM	1	11	27	3	1
1-2 SM	6	17	31	3	2
2-3 SM	1	8	19	6	1
3-4 SM	0	3	6	0	0
> 4SM	0	2	5	0	0

Legenda: *SM – Salário mínimo

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

A dimensão tecnológica na conectividade significativa leva em conta a posse de um dispositivo apropriado, com qualidade e adequado para a utilização. Contudo, os dados apresentados nesta seção nos possibilitam compreender que a problemática vai além de ter ou não um dispositivo. As mulheres rurais que integram esta pesquisa são atravessadas por questões de raça, renda e geração que afetam o modo como elas se relacionam e autoavaliam o uso que fazem das TIC. Além disso, nem todas têm a mesma oportunidade de utilizar diferentes dispositivos. Desse modo, pode-se inferir também que a utilização somente do telefone celular resulta em uma habilidade digital limitada apenas a um aparelho, já que o manuseio de um computador ou notebook, por exemplo, demanda outras atribuições.

3.4 Regularidade de acesso às TIC

As discussões sobre conectividade significativa, no âmbito desta pesquisa, já foram feitas sobre as dimensões: conexão (velocidade adequada); acessibilidade econômica (dados suficientes); e tecnológica (dispositivo apropriado). Agora, o foco será a dimensão temporal (frequência de uso). A discussão, sobre essas quatro dimensões, é importante, pois são pilares para a formulação de políticas públicas voltadas para uma banda larga universal, significativa e acessível (Jorge; Makwakwa, 2024).

A dimensão temporal refere-se à regularidade de acesso à internet que, conforme a A4AI (2020;2024), é importante porque a frequência de uso proporciona que as pessoas tenham melhor desempenho e maior produtividade online. A regularidade de acesso se caracteriza pelo uso diário, com acesso permanente e contínuo, seja em casa, na escola/faculdade e no trabalho. A expectativa é de que o acesso regular dê às pessoas a possibilidade de transformar a conectividade em inclusão social, educacional e econômica (A4AI, 2020;2024; Castello, 2024).

Conforme Castello (2024), trata-se de uma dimensão de caráter individual e tem o objetivo de compreender o ambiente de uso das pessoas. A pesquisadora considera que a frequência de uso da internet deve ocorrer todos os dias ou quase todos os dias. Já os locais de uso precisam ser diversificados, sendo a utilização em casa e em pelo menos um outro local. O uso frequente e diário, conforme a A4AI (2020), permite caracterizar algumas pessoas como usuários ativos que usam a internet, seja para fins criativos ou produtivos.

Nesta pesquisa com mulheres rurais, optamos por abordar a questão da frequência de uso após discutir como se dá o acesso à internet na área rural, que é desigual tanto para serviços de banda larga móvel (4G) quanto para banda larga fixa (cabo, fibra óptica, rádio, entre outros). Além disso, não é acessível para muitas das participantes, haja vista os valores praticados pelas prestadoras de serviços e a renda familiar delas. As discussões sobre os dispositivos apropriados também foram feitas, sendo possível observar a presença e a preferência quase absoluta das participantes pelo telefone celular/*smartphone*.

Ao abordar a frequência de uso nesta seção torna-se importante também retomar a questão do dispositivo utilizado para acessar à internet. A tabela 14 conta com um panorama geral sobre a TIC utilizada para usar a internet, destaca-se que uma das respostas possíveis era “uso o celular de um/uma familiar”, a fim de verificar casos de dependência tecnológica. Cinco participantes não responderam à questão, nem utilizam dispositivos dos familiares para acessar à internet. Mais uma vez, o telefone celular ganhou destaque entre as participantes, sendo que 81,6% relataram utilizar de forma exclusiva o próprio dispositivo para acessar à internet. Além disso, com menor expressividade, há o uso somente do notebook e também associado ao *smartphone*. O computador *desktop* não foi mencionado nenhuma vez como única forma de conexão à internet.

Tabela 14 – Dispositivo usado para acesso à Internet

Aspecto	Citações	% do total
Uso o próprio celular	133	81,6
Uso celular de um/uma familiar	5	3,1
Uso computador <i>desktop</i>	0	0
Uso <i>notebook</i>	3	1,8
Uso o próprio celular + <i>notebook</i>	11	6,7
Uso o próprio celular + <i>notebook</i> + computador <i>desktop</i>	1	0,6
Não respondeu	5	3,1
Total	163	

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

O ponto que também merece destaque na tabela 14 é que 3,1% participantes, cinco mulheres, dependem do telefone celular de familiares para acessar à internet, revelando situações de menor autonomia e uso mediado. A dependência pode ser causada por fatores financeiros, já que Cardoso (2023) observou que o preço do

dispositivo pode levar ao uso compartilhado do telefone celular. Além disso, o uso mediado pode ocorrer porque muitas vezes as pessoas mais velhas sentem que faltam competências para utilizar as TIC (Cardoso, 2023; James, 2023; Escosteguy; Sifuentes; Bianchini, 2019).

Para que haja uma conectividade significativa é necessário também que o acesso à internet ocorra em diferentes locais (A4AI, 2020; 2024; Castello, 2024). Contudo, é preciso problematizar esta necessidade, uma vez que as atividades desenvolvidas pelas participantes são desempenhadas em suas próprias moradias, seja para o cultivo agrícola, produção de quitandas, entre outros. Desse modo, as participantes também foram questionadas sobre os locais onde utilizam a internet. Elas poderiam indicar mais de um local, inclusive mencionar algum que não estava listado no questionário. A tabela 15 conta com as respostas das interlocutoras.

Tabela 15 – Locais utilizados para acesso à Internet

Aspecto	Citações	% do total
Casa (somente)	136	83,4
Casa + Trabalho	13	8,0
Casa + Escola	3	1,8
Casa + Área urbana	2	1,2
Casa de parentes (somente)	2	1,2
Área urbana (somente)	2	1,2
Escola (somente)	1	0,6
Não respondeu	4	2,5
Total	163	100

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

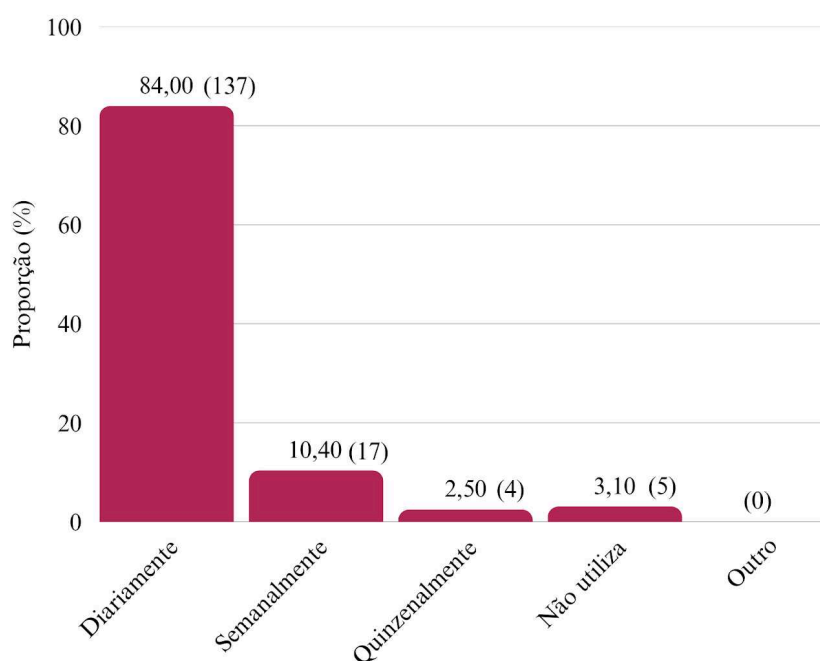
O número de participantes que utilizam a internet somente em casa é considerável, mais de 80% acessam nesse local. As razões para isso podem ser diversas, sendo possível elencar três: 1) a ineficiência da cobertura de internet banda larga móvel, como já mencionado anteriormente nem todas as comunidades possuem sinal 4G e isso pode impedir o uso em outros lugares; 2) A dificuldade em contratar um plano de telefonia móvel que possibilite a conexão fora do domicílio, também já foi relatado que os valores praticados pelas prestadoras de serviço afetam o orçamento familiar; e 3) jornadas de trabalhos exaustivas, já que muitas mulheres fazem o uso do aparelho somente no final do dia, depois ter realizado suas atividades. Conforme Voss *et al.*

(2021), o acúmulo de atividades limita o tempo e a energia das mulheres rurais para apropriação das TIC.

O número de participantes que mencionaram utilizar a internet em casa e em outro lugar é baixo, sendo que 13 mencionaram também utilizar no trabalho (8%) e três citaram a escola (1,8%). Uma participante citou utilizar a internet somente na escola (0,6%). Deve-se destacar ainda o fato de que duas mulheres citaram utilizar a internet em casa e na área urbana. Por outro lado, duas participantes citaram que só fazem o acesso quando estão na área urbana. Com base nos questionários, observa-se que as respostas foram dadas por duas mulheres pretas, uma de 36 anos residente em Paula Cândido e outra de 62 moradora de Viçosa. Os motivos são similares: não possuir *Wi-Fi* em casa porque os valores praticados são incompatíveis com a renda familiar; a qualidade da internet (banda larga fixa ou móvel) na comunidade é inferior em relação a área urbana, nem sempre ela está disponível para conexão, e os preços são mais elevados.

As participantes também foram questionadas sobre a frequência com que acessam a internet, sendo que para a conectividade significativa é importante que o acesso ocorra diariamente (A4AI, 2020; 2024). A figura 21 conta com as respostas das interlocutoras desta pesquisa. O acesso à internet é uma prática cotidiana para grande parte das entrevistadas, já que 84% declararam se conectar diariamente.

Figura 21 - Frequência de acesso à internet



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Um grupo menor, formado por 17 mulheres (10,4%), acessa a rede semanalmente, enquanto apenas 2,5% indicaram o acesso quinzenal. Apesar do número expressivo de mulheres que se conectam todos os dias, os resultados indicam que há desigualdades de acesso e uso entre as participantes, principalmente porque cinco não acessam a rede. Torna-se importante destacar essas assimetrias porque os trabalhos da A4AI, a nível internacional, e do CGI.br, no Brasil, defendem a universalidade do acesso à internet para todas as pessoas.

A análise sobre a regularidade de acesso feito pelas participantes evidencia um cenário cuja situação de exclusão e desigualdade ainda são constantes, embora a maior parte das mulheres rurais relatem se conectar diariamente. A dimensão temporal prevê o acesso à internet em diferentes ambientes, porém, no caso analisado as participantes utilizam predominantemente no ambiente doméstico, refletindo as limitações de infraestrutura e custo dos serviços. Desse modo, observa-se que o acesso à internet não é homogêneo e pode estar relacionado às condições sociais que restringem a mobilidade e o tempo disponível das mulheres, sobretudo das que trabalham exclusivamente na propriedade.

De modo geral, considerando as dimensões elencadas ao longo deste capítulo, é possível inferir que as participantes desta pesquisa possuem níveis parciais de conectividade significativa. Tem-se uma conectividade marcada por limitações estruturais e sociais, sobretudo pela baixa diversidade de dispositivos; instabilidade do sinal 4G; e altos custos dos provedores de internet. Não se pode falar em uma conectividade significativa plena, universal e de qualidade, como preconiza a A4AI. Contudo, é possível pensar no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a universalização da internet.

CAPÍTULO 4 - “QUEM NÃO ‘TÁ’ NA INTERNET, NÃO ESTÁ NO CPF”

A relação da internet e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) está diretamente relacionada à existência das pessoas na sociedade brasileira contemporânea, à cidadania e ao acesso a direitos. A desconexão vivenciada pelas mulheres rurais, evidenciada na fala da interlocutora G5 (branca, 50 anos, casada) que intitula este capítulo, enfatiza a discussão feita nele sobre a utilização das TIC para acesso às políticas públicas, direitos e programas governamentais.

Inicialmente, no tópico “Direito à Comunicação”, é feita a discussão sobre a comunicação como um direito humano garantido, que não deve somente possibilitar o acesso à internet, às TIC e aos conteúdos informacionais, mas também propiciar que as pessoas acessem aos meios de produção e atuem de maneira ativa na sociedade. Contudo, o cenário que se apresenta às mulheres rurais é de intensa desigualdade digital, fomentado pela desconexão e restrição de acesso à conectividade, bem como por outros marcadores sociais, como: raça, renda, educação, entre outros.

Diante desse cenário desigual, no tópico “Plataformização e acesso mediado aos serviços públicos”, é feita a reflexão sobre como as participantes desta pesquisa têm acessado políticas públicas e programas sociais. Nos últimos anos, diferentes órgãos governamentais têm adotado plataformas para prestação de serviços públicos, porém, nem todas as mulheres rurais conseguem utilizá-las, seja por falta de conexão ou de habilidade. Assim, já não basta estar inscrito no CPF, é preciso estar conectado às TIC e à internet para existir e garantir o acesso a direitos.

Para finalizar, o capítulo conta com o tópico “Estar no mundo digital” que destaca a relação que as mulheres rurais têm com as redes sociais, como o *Instagram*, *WhatsApp*, *Facebook* e outras. Os relatos ajudam a compreender como as redes sociais auxiliam na elaboração de novas formas de sociabilidade. Reflete também sobre as habilidades de uso das redes sociais para ações de comercialização, divulgação de produtos e serviços, entre outros. Além disso, reflete na observação sobre o tempo gasto com as TIC e como a sobrecarga de atividades afeta seu uso.

4.1 Direito à Comunicação

Pensar e discutir sobre o direito à comunicação, nesta tese, necessita antes de tudo da compreensão sobre qual comunicação acredita-se e defende-se. No âmbito da sociologia rural e da educação, Paulo Freire (1983) lança luz sobre a importância da comunicação na construção do conhecimento, sobretudo na relação que se estabelece

entre profissionais da extensão rural e a população rural, mas esta importância pode ser estendida aos mais diversos segmentos e grupos sociais. A comunicação, conforme Freire (1983), atua como uma ferramenta importante para a prática de uma educação libertadora, em que todos os envolvidos no processo dialógico tenham a oportunidade de falar, ser ouvido e elaborar seu pensamento.

Na perspectiva freiriana, a comunicação é um processo humano e emancipatório, que permite a construção de uma nova realidade. Ressalta-se, no entanto, que Freire (1983) abordou uma realidade comunicacional analógica, cujo modelo vigente tratava o receptor da mensagem de maneira passiva, ignorando a sua capacidade de agência. No contexto digitalizado, percebe-se a possibilidade de o receptor também atuar como emissor e produtor de conteúdos, principalmente com o avanço das TIC. Reduzir a desigualdade digital, portanto, torna-se urgente porque comunicar pertence ao ser humano e o direito à comunicação deve ser garantido para que as pessoas tenham uma distribuição justa de recursos, sejam tecnológicos ou não (Cogo; Camargo; Generali; 2021).

No que tange o direito à comunicação, Vannuchi (2018, p. 170) considera que “não basta ao cidadão ser receptor da mensagem: ele deve ser também emissor, e que a comunicação se faça numa via de mão dupla”. Além disso, é necessário garantir que as comunidades periféricas não só tenham acesso à informação produzida nos grandes centros, mas principalmente, acessem os meios de produção, para atuar nos espaços públicos. Entretanto, os relatos das participantes desta pesquisa revelam o impacto da desigualdade digital, assim como ocorre também na América Latina e no Caribe (Rotondi *et al.*, 2020). Como apontam Lopes e Leal (2023), este tipo de desigualdade deve ser considerado como mais um eixo de opressão interseccional, porque amplia ainda mais a vulnerabilidade já inscrita no gênero, raça, classe, território, etc.

A desigualdade digital refere-se a uma desigualdade social constituída pela falta de incentivo político e governamental para expandir a cobertura da internet em todos os territórios, inclusive os rurais, que sempre estiveram à margem do desenvolvimento tecnológico. Soma-se ainda fatores relacionais, já que as tecnologias são apropriadas de formas diferentes por homens e mulheres nas áreas rurais. Desse modo, sem a garantia de acesso ao direito à comunicação, as mulheres rurais continuam a enfrentar dificuldades para utilizar às TIC para acessar saúde, educação, serviços públicos, economia; bem como reduzir o isolamento social, ampliar a mobilidade, lutar contra a violência doméstica, ou seja, ampliar sua participação na sociedade (Lopes; Leal, 2023).

A desconexão ou restrição ao acesso à Internet e às TIC gera exclusão social, impossibilita que as mulheres rurais façam parte do ambiente digital e usufruem também de seus benefícios. Durante a realização do grupo focal, em Teixeira-MG, a participante G5 (branca, 50 anos, casada) fez um importante comparativo sobre a desconexão e o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas). O cadastro é o principal documento de identificação dos cidadãos brasileiros e possibilita o acesso a direitos, deveres e serviços.

Quem não “tá” na internet, não está no CPF! Nós trabalhamos com a produção, mas trabalhamos com a internet. Sem a internet aqui em casa, nós seríamos iguais a um CPF cancelado. Quem ia descobrir minhas plantas e minhas frutas? Eu ia ficar restrita só às feiras, mas hoje eu tenho a rede social e vou fortalecendo minha marca. G5 (branca, 50 anos, casada), de Teixeira.

Com a expressão “Quem não ‘tá’ na internet, não está no CPF”, que dá nome a este capítulo, G5 elucida não só a importância desta pesquisa, mas também evidencia que a desconexão ou a restrição de acesso às TIC afeta a vida das mulheres em diversos âmbitos. Apesar da existência da Declaração Conjunta Sobre Liberdade de Expressão e Internet, publicada pela OEA, e da Lei Geral das Telecomunicações, nº 9.472/1997, que preza pelo direito à comunicação, o problema da desconexão das mulheres rurais ainda não foi superado. Prova disso é que a ONU estabeleceu, na agenda 2030, metas claras para promover o empoderamento das mulheres através da utilização das TIC, como versa o ODS 5 (ONU, 2015).

Acessar a internet é um direito das mulheres rurais, contudo, Rocillo e Gomes (2022) salientam que a formulação de estratégias de conectividade conta com pouca preocupação com os aspectos socioculturais do Brasil. As políticas públicas de acesso vêm sendo elaboradas por quem pouco conhece as trajetórias de meninas e mulheres na sociedade brasileira contemporânea, reforçando as assimetrias e favorecendo a inclusão digital de homens. Além disso, o serviço de telecomunicações é dominado pela lógica de mercado e, conseqüentemente, a cobertura digital em territórios menos rentáveis, como a área rural, tem ficado em último plano (Urupá; Silva; Biondi; 2012).

Assim como as políticas públicas de conectividade, a formulação da comunicação como direito humano também é recente quando se observa a história do direito. Vannuchi (2018) esclarece que o direito à comunicação começou a ser expresso na década de 1970, quando ele se tornou pauta de discussão pela Organização das

Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco). Na América Latina, o debate começou a fazer parte da agenda dos movimentos sociais a partir da década de 1980, tendo como objetivo principal a defesa da comunicação como um direito humano, assim como a saúde ou educação. O anseio principal é de que a sociedade participe de forma democrática na propriedade, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais (Cogo; Camargo; Generali, 2021).

No Brasil, na Constituição Federal de 1988²³ a comunicação aparece de forma difusa ao longo do documento, não sendo mencionado especificamente o direito à comunicação, mas no artigo 5º, inciso XIV, é dito que “é assegurado a todos o acesso à informação”. Contudo, apenas em 2009, foi publicado o decreto nº 7.037/2009, que trata do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e conta com a diretriz 22 “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para consolidação de uma cultura em Direitos Humanos”.

Além da abordagem feita na Constituição Federal de 1988, a Lei Geral das Telecomunicações, nº 9.472/1997, também estabelece que os brasileiros têm direito de acesso aos serviços de telecomunicações, com qualidade, em qualquer ponto do país (Brasil, 1997). Entretanto, Vannuchi (2018) destaca que o decreto nº 7.037/2009 inaugura uma nova etapa para discussão sobre o tema, através da junção dos conceitos de “comunicação”, “informação” e “democracia”. Segundo ele, as instituições faziam menção ao direito à informação que, somado ao conceito de liberdade de expressão, são “conceitos insuficientes para contemplar as garantias necessárias ao exercício da comunicação, ora visto como ato essencial para a dignidade humana e para o pleno desenvolvimento dos indivíduos” (Vannuchi, 2018, p. 169). Tanto o direito à informação, quanto a liberdade de expressão, dependem do direito à comunicação para ser sustentado, porque se refere ao ato de comunicar (Brant; Moyses; Prazeres, 2010).

No Brasil, o Marco Civil da Internet foi regulamentado através da Lei Federal nº 12.965/2014, estabelecendo princípios, garantias, direitos e deveres para utilização da internet. A lei dá destaque à liberdade de expressão, neutralidade da rede, privacidade e proteção de dados, responsabilidade dos provedores, e trata a internet como um direito fundamental. A normativa, no seu artigo 4º, enfatiza a garantia do direito de acesso à internet a todos, bem como o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos. Além disso, destaca-se no artigo 7º

²³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 de janeiro de 2026.

que “o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania”. Vannuchi (2018) aponta que na América Latina outros países também tiveram marcos regulatórios aprovados em períodos próximos: Argentina (2009), Venezuela (2010), Equador (2013) e Uruguai (2013).

Nesse entrelaçamento entre comunicação e democracia, torna-se importante romper com a noção de que os cidadãos são apenas meros consumidores de informação, e torná-los participantes ativos na construção da esfera pública. Nesse sentido, a pesquisadora argentina Maria Cristina Mata (2006) desenvolveu o conceito de cidadania comunicativa, considerando que o direito à comunicação é necessário para manter uma condição de igualdade entre as pessoas, garantir a liberdade de expressão e fortalecer a vida democrática. O objetivo é desenvolver ações que resguardecem os direitos, considerando a existência de dimensões sociais e culturais, além de defender o entrelaçamento entre as referências identitárias e as demandas gerais por igualdade, não apenas com relação ao Estado, mas também ao mercado e os demais mecanismos de desigualdades (Mata, 2006).

O pensamento de Mata (2006) sobre cidadania comunicativa foi desenvolvido ainda num contexto em que a internet e as redes sociais não eram tão populares, centrando assim a sua discussão em Rádio e TV. Contudo, vale ressaltar que a forma como a mídia representa os cidadãos pouco mudou, seja como sujeito necessitado - alguém indefeso que perdeu o direito de ter direitos; ou como um sujeito de demanda - que ocupa os espaços midiáticos só para reivindicar algo; ou como um sujeito de tomada de decisão - que tem direito a voto e merece destaque no contexto eleitoral.

Assim, antes de aprofundar sobre a utilização das TIC para acessar outros direitos, é necessário compreender como as mulheres interlocutoras deste trabalho estão envolvidas em atividades na sociedade, seja em associações, movimentos sociais, entre outros. A ampliação de direitos, conforme Peruzzo (1998), está diretamente relacionada com a participação popular, em diferentes níveis, desde a transmissão de uma mensagem ou até na tomada de decisões. A participação é algo que se conquista, não é algo dado, porque está diretamente ligada às relações de poder. Desse modo, a participação precisa ser desenvolvida numa perspectiva de poder compartilhado, fugindo de uma atuação passiva (como espectador) ou controlada (limitada e/ou manipulada) (Peruzzo, 1998).

As interlocutoras deste estudo foram questionadas sobre a sua participação em atividades coletivas, mas 41,10% das 163 respondentes disseram não estar envolvidas

em nenhuma atividade. As mulheres negras (pretas e pardas), como constam na Tabela 16, compõem o grupo que apresenta a maior diversidade de vínculos, seja em associações, movimentos sociais, grupos de jovens ou religiosos. É de se destacar como o envolvimento com as atividades religiosas está presente na vivência das participantes, sendo mencionado 57 vezes, destacando-se tanto no grupo de mulheres brancas (16 menções) quanto de pretas (14) e pardas (27).

Tabela 16 – Participação coletiva das interlocutoras

Aspecto	Branca	Parda	Preta	Indígena	Total
É membro de algum conselho municipal	1	4	0	0	5
É membro de associação	5	11	5	0	21
É membro de cooperativa	2	0	2	0	4
É membro de grupo de idosos	1	2	2	0	5
É membro de grupo de jovens	0	2	4	0	6
É membro de grupo de mulheres	7	8	8	0	23
É membro de grupo religioso	16	27	14	0	57
Movimento Social	1	0	1	0	2
Não se aplica	25	20	21	1	67

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

As mulheres pretas e pardas são as que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica. O fato delas apresentarem maior diversidade de vinculações associativas e comunitárias possibilita inferir que em contextos de vulnerabilidade são elas quem acionam estratégias de sobrevivência como ocorreu na pandemia de Covid-19 (Telles *et al.*, 2021; Lopes; Cardoso; Leal, 2022). Conforme as respostas das interlocutoras negras, observa-se que elas estão vinculadas em coletivos que envolvem redes de apoio, espiritualidade, solidariedade e ação coletiva. Reflete ainda a necessidade de desenvolver mecanismos de resistências diante de desigualdades estruturais.

De modo geral, a participação das interlocutoras em espaços institucionalizados, como os conselhos municipais, cooperativas ou movimentos sociais, é baixa. Mulheres rurais pretas e pardas foram as que mais mencionaram estar inseridas nesses espaços. Dentre as sete participantes da entrevista em profundidade, apenas E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido-MG, relatou atuar como secretária no Conselho de

Desenvolvimento Rural Sustentável, mas já passou pela presidência da organização pela necessidade de representação das comunidades rurais.

Eu cheguei empolgada! Mas, primeiro, você tem que ver que para ir para frente tem que ir uma galera com você, porque sozinha não a gente não consegue. Só precisa de um pouco de boa vontade para fazer o trem funcionar. Eu peguei a presidência do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável um tempo atrás. Eu não ia pegar, só peguei porque se eu não pegasse seria um homem da prefeitura que ia estar à frente do conselho, representando as comunidades rurais em cada secretaria. Eu pensei: vai dar merda! Vamos perder tempo aqui! Então, eu peguei e fui pegando outras coisas, que envolvem a gestão da feira, sua parte administrativa, os eventos. Aí você vê que a galera não vai junto. Então, eu fui deixando algumas coisas e, hoje, eu continuo no conselho como secretária. E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido.

Durante a fala de E1 foi possível perceber a frustração por não poder contar com a participação e o apoio dos agricultores do seu município tanto no conselho quanto na organização da feira livre que ocorre semanalmente. Ela ressaltou ainda a sobrecarga que se acumula em ter que aliar a produção de café com a necessidade de ocupar espaços políticos para reivindicar seus direitos.

Sobrecarrega! A gente tem que trabalhar as questões externas, e ninguém consegue fazer isso se não tiver que separar um tempo, principalmente na agricultura familiar. Então se não trabalhar essa questão do coletivo fica mais difícil ainda. Tem que saber administrar porque é a gente que está na produção, é a gente que está na venda, é a gente que está nas tarefas da casa. Você não pode parar de produzir senão não entra dinheiro! Realmente, é muito sobrecarregado você vender, você produzir, você tem que fazer divulgação de *Instagram*. E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido.

O relato de E1 destaca como a participação popular sobrecarrega a vida das mulheres rurais, corroborando Dealdina (2020), que enfatiza que lutar é cansativo, por isso as lideranças femininas não devem ser idealizadas como fortes, porque a atuação conta com excesso de responsabilidades e é uma reação às desigualdades. Nesse sentido, a fala de E1 indica a compreensão de que sua atuação não pode se limitar a uma postura passiva, baseada no conformismo ou como espectadora das decisões que são tomadas. Do mesmo modo, a menção à dificuldade de se organizar coletivamente no seu município para a criação de uma cooperativa para os agricultores familiares, também revela a dificuldade do coletivo em compreender um modelo de co-gestão, cujo

modelo preza pelo compartilhamento não só das tomadas de decisões, mas também das tarefas e atribuições pertinentes (Peruzzo, 1998). Conforme E1, os interessados têm pouco entendimento sobre o objetivo de uma cooperativa e falta senso de coletividade. Uma das alternativas encontradas foi a realização de formação com professores da UFV que atuam na área do cooperativismo.

Eu acho que o coletivo da agricultura familiar poderia ser mais forte. Às vezes nós precisamos vender, mas não dá para vender sozinho, é preciso juntar a produção com outros agricultores. Mas, não é só abrir um CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), porque tem produtor que acha que é só isso. ‘Vamos sair da reunião com seis nomes para abrir esse CNPJ’, mas ninguém tem noção do que é ser um tesoureiro de cooperativa, ninguém ainda tem um objetivo de cooperativa. A gente poderia ter muitas outras vantagens, mas esse coletivo precisa estar fortalecido e a maioria não pensa no coletivo. Em algumas chamadas públicas de comercialização de produtos, os produtores de Paula Cândido já perderam a venda para a cooperativa de Ubá, então fica esse desespero para montar uma cooperativa, mas não tem o pensamento coletivo que precisa ter para isso dar certo. E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido.

A realidade relatada por E1 está longe de ser a ideal, mas é importante destacar que Cicilia Peruzzo (1998) considera que este tipo de participação - em conselhos, associações e movimentos sociais, etc. - fundamental para que as pessoas e as comunidades possam construir consciência crítica e capacidade de intervenção social. São nesses espaços que há troca de saberes e práticas, bem como o fortalecimento da autonomia individual e coletiva. Através deles é possível pautar temas, propor melhorias e pressionar o poder público para agir e sanar diversos problemas, inclusive à falta de conexão à internet nos territórios, que é uma condição básica para participar da democracia e acessar serviços, mercados e direitos.

Refletir sobre os aspectos socioculturais para formulação de uma política pública voltada para a conectividade é essencial e requer atenção às questões de desigualdades, relações de poder, costumes, práticas coletivas, crenças, tradições, entre outros. O exercício de elaborar esta tese de doutorado, tentando delinear os diversos aspectos interseccionais que perpassam a vida de mulheres rurais também é desafiador. No capítulo 1, foi abordado sobre as assimetrias de gênero, mas existem outras particularidades, como a questão do território que merece destaque porque tem grande influência na desconexão existente entre as interlocutoras deste estudo.

O território, neste trabalho, é compreendido a partir da perspectiva do geógrafo brasileiro Milton Santos (1993; 2000), sendo o espaço onde a vida social e a cultura se manifestam, onde as identidades são construídas. O território é formado por relações sociais geografizadas, que são produtos da ação dos sujeitos sobre o espaço (Santos, 2014). Conforme Raffestin (1993), existem diferentes territórios porque há diferentes formas de apropriação dos espaços, sendo sua construção feita por atores que comunicam suas intenções. Ou seja, há sobre o espaço uma dinâmica de poder que envolve os atores e a própria natureza, que constroem nós e redes sobre o espaço que vão ajudar a delimitar o território e estabelecer sobre ele um sistema de tessituras que hierarquiza e assegura o controle do que é distribuído, alocado ou possuído.

A transformação no território é um movimento constante, pois nele diversos processos estão em interação (históricos, culturais e sociais), sendo concebido através de disputas e dinâmicas de poder. Milton Santos (2006) considera que ele está sempre em construção e é constituído por diversas técnicas, pois no espaço operam diversos grupos sociais portadores de técnicas socioculturais diversas. Não há também isolamento técnico, pois as técnicas agrícolas se entrelaçam com as industriais, o transporte, a comercialização e a comunicação. Por outro lado, o geógrafo brasileiro enfatiza que as técnicas podem ser redefinidas pelos lugares. Ou seja, a apropriação de determinada técnica pode se dar de formas diferentes nos territórios. Contudo, o espaço também pode ser alterado pelos objetos técnicos.

Milton Santos (2006) dá destaque ao fato de a relação dos sujeitos com os objetos técnicos ter se alterado, já que eles passaram de uma posição subordinada à condição de agência, sendo capazes de alterar a dinâmica do espaço. Segundo ele, a nova dinâmica considera que não é o indivíduo quem determina a sua utilização, mas o próprio objeto é capaz de determinar, sob a lógica de quem os produziu, a forma como o indivíduo deve performar. O objeto técnico tem sua energia centrada na informação, pois ele é desenvolvido para comunicar e responder uma finalidade preestabelecida por quem o desenvolveu. A existência de objetos técnicos mais avançados e com qualidade superior, em contraposição aos objetos técnicos já preexistentes, provoca conflitos que vão diferenciar os espaços, sendo que os que possuem objetos obsoletos podem ser vistos como “territórios atrasados” no quesito tecnologia.

A noção de “território atrasado” não se dá de forma natural, pelo contrário é desenvolvida através da lógica capitalista, cujo período Milton Santos (2006) denomina como meio técnico-científico-informacional. Segundo ele, o território é reorganizado e

afetado pelas grandes corporações e as tecnologias seguem a racionalidade das empresas produtoras, tendo como foco a velocidade e os interesses econômicos globais. Desse modo, a informação passa a ser um insumo central, porque ela é capaz de mover os fluxos econômicos e as técnicas, com base em perspectivas globais, e não locais. O território passa a ser afetado fortemente pelas grandes corporações, que são capazes de estabelecer regras de uso das tecnologias que moldam as práticas e os comportamentos dos sujeitos.

Milton Santos (2006) sempre deu destaque ao papel da informação na contemporaneidade, considerando que a comunicação é o que dá vida aos sistemas técnicos. Seguindo a perspectiva miltoniana, André Pasti (2018) destaca que existem dinâmicas de centralização e descentralização que precisam ser discutidas sobre o comando dos fluxos de informação a partir do território, porque envolvem questões de acesso, de produção e de circulação de informações e sentidos. Conforme o autor, a descentralização do comando e da produção das informações é necessário para haja o amplo acesso à informação, pois a cidadania só será possível com o amplo acesso à informação, bem como a “democratização das condições técnicas, normativas e organizacionais necessárias para ampliar a circulação e o alcance das falas dos distintos agentes, representando a diversidade regional e os mais diferentes lugares” (Pasti, 2028, p. 49).

Ao refletir sobre a democratização da comunicação, Pasti (2018) enfatiza como a violência da informação afeta a vida das pessoas, porque o fluxo informacional é constante e vital para as pessoas, independente da esfera (social, econômica, territorial). Porém, a informação está centralizada na mão de poucos agentes e as técnicas de informação são apropriadas por algumas empresas e pelo Estado, fato contribui para o desenvolvimento de desigualdades. No âmbito da telefonia móvel, o país conta com operadoras que seguem modelos privados, sem tanta interferência regulatória do Estado (Urupá; Silva; Biondi, 2012). Como já mencionado anteriormente, as interlocutoras desta pesquisa relataram a predominância da operadora Vivo²⁴ nas comunidades rurais onde vivem, resultando em fragilidades e falhas de cobertura e/ou instabilidade do sinal.

As comunidades rurais, como já descrito ao longo desta tese, vêm sendo privadas de conectividades ou estão dependentes de prestadores de serviços que

²⁴ A operadora Vivo é uma marca pertencente ao grupo espanhol Telefônica, que adquiriu parte do sistema público Telebrás. Disponível em: <https://www.telefonica.com.br/a-telefonica/nossa-empresa>
Acesso em: 16 de novembro de 2025.

definem suas regras e limites de acesso. Contudo, democratizar a comunicação não se restringe apenas a requerer infraestrutura de qualidade, mas também é almejar que as mulheres rurais tenham poder para produzir, circular e legitimar seus conhecimentos, rompendo com as narrativas tradicionais estabelecidas pela mídia. A luta é também para que essas mulheres possam participar ativamente da vida social, política e cultural. Conforme Pasti (2018), é preciso descentralizar a informação, ampliar as vozes e reconhecer as diferenças territoriais.

4.2 Plataformização e acesso mediado aos serviços públicos

Ao pensarmos na realidade do Brasil, observa-se que a ampliação da participação e democracia, na era digital, ainda é uma dificuldade quando observamos as áreas rurais, cuja conectividade ainda é falha e não atende a todas as pessoas. Como apontam Lopes e Leal (2024), a desconexão às TIC é também uma forma de opressão interseccional, porque ela restringe o acesso a direitos e impede a participação plena na sociedade. Mais uma vez, a frase utilizada por G5 (branca, 50 anos, casada): “quem não não ‘tá’ na internet, não está no CPF” reforça o quão importante é o direito à comunicação, o acesso à internet e às TIC nas comunidades rurais, porque sem ele é como se essas mulheres não existissem.

O CPF é um instrumento importante que garante o exercício da cidadania, da mesma forma que tê-lo possibilita o acesso a direitos e deveres. A fala de G5 sugere que o acesso à internet também deve fazer parte da sociedade contemporânea. Di Felice (2021, p. 15) considera que a sociedade vivencia a era da cidadania digital compreendida como “a expansão dos direitos e das formas participativas parlamentares e, portanto, como um fortalecimento, uma amplificação e uma versão mais completa da democracia”. Portanto, não faz sentido chamar de participação e democracia apenas o ato de votar nas eleições para eleger um representante. É necessário contar com “*softwares*, algoritmos e regras que garantam o respeito aos direitos de todos e uma participação ativa e concreta nos processos decisórios e nas novas formas de governança digital” (Di Felice, 2021, p. 192).

As experiências que as mulheres rurais participantes têm com as redes sociais ocorre com o auxílio de algum familiar ou amigo, sendo este um fato possível de observar tanto entre as interlocutoras da etapa quantitativa (questionário) quanto das etapas qualitativas (entrevista em profundidade e grupo focal) da pesquisa. Mas, o questionamento feito ao longo do percurso metodológico deste trabalho não se restringe

apenas à utilização do *WhatsApp*, *Instagram* e outras redes sociais. As interlocutoras também puderam dialogar sobre a utilização das TIC para acessar diferentes plataformas, sobretudo para acessar políticas públicas, evidenciando que o acesso aos direitos tem ocorrido de forma mediada.

Nos últimos anos, diferentes instâncias dos governos (federal, estadual ou municipal) passaram a adotar plataformas para oferecer serviços públicos aos cidadãos. Van Dijck, Poell e De Wall (2018) ressaltam que as instituições e os governos estão cada vez mais dependentes do ecossistema gerado pelas plataformas corporativas. No Brasil, o Governo Federal lançou, em 2021, o aplicativo “SouGov.br”²⁵ com o objetivo de reunir os serviços relacionados à vida funcional dos servidores públicos federais civis ativos, aposentados e pensionistas. Já no âmbito estadual, em 2016, o Governo de Minas lançou o “MG App”²⁶, que também reúne os principais serviços prestados pela administração pública.

O uso de plataformas pelos governos, conforme Carvalho, Castro e Fernandes-Sobrinho (2024), visa garantir que os cidadãos tenham acesso e recebam informações, bem como utilizem os serviços públicos de forma eficiente. Essa relação é caracterizada como “governo-a-cidadão”, que trata dessa integração entre as pessoas e a administração pública. Além dela, há a dimensão “governo-a-governo”, referente às trocas de dados entre agentes dos serviços públicos; e “governo-a-negócio”, que aborda as transações comerciais e compras feitas pelo estado, bem como suas obrigações legais com as organizações.

A relação “governo-a-cidadão” apareceu no relato da entrevistada E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido, que está inscrita no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Ao ser questionada sobre a utilização dos serviços públicos em plataformas digitais, ela enfatizou que não é possível esconder nada, porque os dados estão disponíveis e ocorre o cruzamento de informações.

A gente precisa estar com a CAF ativa. Inclusive, o cadastro da agricultura familiar é feito pela internet, então eu até brinco com o pessoal que não adianta mentir para ter um benefício, porque hoje estão cruzando os dados todos lá. Eles fazem o cruzamento pelo aplicativo do ‘Gov’. E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido.

²⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/sou-gov>. Acesso: 20 de novembro de 2025.

²⁶ Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/mg-app>. Acesso em 20 de novembro de 2025.

Estar com a “CAF ativa”, conforme o MDA (2025), significa que a inscrição da agricultora está habilitada para acessar políticas públicas destinadas às unidades familiares de produção agrárias e aos empreendimentos familiares rurais, estabelecidas pela Lei Federal nº11.326, de 2006.

As plataformas digitais são compreendidas, conforme apontam Van Dijck, Poell e De Wall (2018), como complexas e refinadas articulações que envolvem infraestrutura, algoritmos, bases de dados, modelos de negócios, regras de governanças e outros aspectos. Elas contam com uma característica importante que é a utilização da arquitetura computacional baseada em conectividade e intercâmbio de dados. D’Andréa (2020, p. 18) ressalta que elas “se apropriam das lógicas de conexão e as potencializam como parte de uma estratégia - comercial sobretudo - que visa incentivar usuários a deixar rastros de suas relações, preferências etc.”.

Na obra *The Platform Society: Public Values in a Connective World*, Van Dijck, Poell e De Wall (2018, p. 5) esclarecem que as plataformas não funcionam como “sites” isolados, tampouco atuam como simples facilitadoras, pelo contrário elas estão conectadas. Trata-se de um ecossistema que, no ocidente, é gerenciado pelas grandes corporações *Alphabet-Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft*²⁷, “cujos serviços de infraestrutura são essenciais para o design geral do ecossistema e a distribuição dos fluxos de dados”. Ou seja, essas empresas formam o núcleo da infraestrutura desse ecossistema, e através delas outras plataformas são desenvolvidas para diferentes setores, seja de mercado (transporte, hotelaria e outros) ou de serviços públicos ligados à saúde ou educação, por exemplo.

É importante ressaltar, como aponta D’Andréa (2020), que a utilização do termo “plataforma” inicialmente foi adotado pelas corporações, como o *Google* e *Youtube*, para transmitir a ideia de neutralidade. Porém, ao longo do tempo, essas empresas não conseguiram esconder os interesses comerciais, as escolhas operacionais dos algoritmos e os posicionamentos políticos que permeiam as plataformas. Nesse sentido, Van Dijck, Poell e De Wall (2018) reforçam que a administração desse ecossistema por determinados mecanismos é capaz de moldar práticas cotidianas, transformar a ordem social e organizar as sociedades.

²⁷ O conjunto formado pelas *Big Five* também é conhecido como GAFAM, em referência às iniciais de seus nomes, para a *Alphabet* foi considerado a marca *Google*. Destaca-se ainda que, em termos geopolíticos, o ecossistema ocidental é contrabalanceado pelo ecossistema oriental, que tem sede na China, e é formado pelas empresas principalmente *Tencent, Alibaba, Baidu e JD.com* que são controladas pelo Estado chinês Van Dijck, Poell e De Wall (2018).

A contemporaneidade, na perspectiva Van Dijck, Poell e De Wall (2018), pode ser compreendida como uma “Sociedade das Plataformas”, cuja dinâmica da vida social se dá agora com as plataformas no centro da vida humana, sendo os fluxos sociais e econômicos modulados pelo ecossistema. Observa-se que as pessoas passaram a ter suas vidas mediadas por aplicativos, como *Uber* e *Airbnb*, que dependem do *Google*, mas não só no sentido de organização e utilização de recursos, mas sendo afetadas pela precarização do trabalho, práticas de consumo e outros (D’Andréa, 2020).

Diferentes órgãos governamentais têm utilizado o *Google* para gerenciamento de dados e informações, como é o caso da Prefeitura Municipal de Viçosa, cuja ferramenta *Google Forms* foi utilizada para cadastro de vacinação contra Covid-19²⁸ e acesso à cidade, quando foram instaladas barreiras sanitárias. Além deste exemplo, existem outros programas sociais e serviços que contam com a opção de acesso presencial ou virtual. Diante disso, as interlocutoras desta pesquisa também foram questionadas, na etapa quantitativa, sobre o acesso aos programas sociais de transferência de renda. Os dados são importantes para a caracterização do perfil socioeconômico das participantes, que evidenciam o quanto as interlocutoras negras e de baixa renda dependem desses programas, conforme consta na Tabela 17. Além disso, a pergunta feita no início do questionário visava mapear quais participantes poderiam utilizar plataformas online para acessar os benefícios.

Tabela 17 – Participação em programas sociais de transferência de renda

Aspecto	Sim	Não
Geral	37 (22,70%)	126 (77,30%)
Raça	Sim	Não
Preta	16 (34,04%)	31 (65,96%)
Parda	16 (25,81%)	46 (74,19%)
Branca	4 (7,55%)	49 (92,45%)
Indígena	1 (100%)	0 (0%)
Renda Familiar	Sim	Não
<1SM*	6 (66,67%)	3 (33,33%)
1 SM	14 (32,56%)	29 (67,44%)

²⁸ A página “Tudo sobre coronavírus” foi construída no site oficial da Prefeitura Municipal de Viçosa, reunindo das informações pertinentes ao período pandêmico (boletins epidemiológicos, cadastros, cronograma de vacinação, decreto, entre outros). Disponível em: <https://www.vicosa.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/tudo-sobre-o-coronavirus-covid-19-em-vicosa-mg/82157> Acesso em: 10 de janeiro de 2026.

1-2 SM	14 (23,73%)	45 (76,27%)
2-3 SM	3 (8,57%)	32 (91,43%)
3-4 SM	0 (0,00%)	9 (100,00%)
> 4SM	0 (0,00%)	7 (100,00%)

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

No geral, os benefícios mencionados de forma espontânea pelas interlocutoras foram: Bolsa Família (32 menções); Auxílio Brasil (1); Auxílio por invalidez (1); Auxílio Estudantil (2); e o Benefício de Prestação Continuada - Lei Orgânica da Assistência Social (BPC-LOAS) (1). A entrevistada E3 (parda, 38 anos, casada), de Porto Firme, é uma das beneficiárias do Bolsa Família e relatou que não tem o costume de acessar às informações do programa na internet porque tem medo de golpes. O acesso pode ser feito através do aplicativo do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)²⁹ e do site do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Eu não acesso nada do Bolsa Família pela internet, eu vou e faço tudo no CRAS [Centro de Referência de Assistência Social]. Quando tem que se recadastrar, por exemplo, eu vou lá. Todo ano eu tenho que ir lá. Eu nunca mexi online porque sempre tem golpes. Às vezes acontece de chegar uns links no WhatsApp, e o próprio pessoal [da assistência social] recomenda para gente nunca entrar em links, porque nunca faz isso online. E3 (parda, 38 anos, casada), de Porto Firme.

O relato de E3 exemplifica a preocupação das mulheres rurais com a segurança no ambiente digital, pois para ela é necessário ter o apoio de um assistente social para intermediar as informações do benefício acessado. Ainda no aspecto financeiro, E3 também relata a dificuldade de utilizar o PIX, que é serviço de sistema de pagamento instantâneo criado pelo Banco Central do Brasil. Mais uma vez, alguém faz a intermediação do uso, principalmente o filho ou a filha.

Eu costumo pedir muito aos meus meninos para fazer as coisas para mim, até para PIX. Esses dias eu estava com dificuldade para fazer o PIX, porque minha prima me mandou a chave, mas quando eu fui ver ela, eu quase caí de costa. Para copiar ela foi um 'Deus nos acuda', porque a chave era gigante. Minha prima precisava do PIX naquela hora e para eu conseguir fazer ele, era só depois que eu chegasse em casa com ajuda da minha

²⁹ Disponível em:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-dados-do-cadastro-unico-cadunico#:~:text=Aplicativo%20m%C3%B3vel%20%3A,e%20Combate%20%C3%A0%20Fome%20%2D%20MDS>. Acesso em 20 de novembro de 2025.

filha, porque eu estava no trabalho. É nessas horas que eu sinto dificuldade, porque eu guardo a senha na cabeça ou anoto o número na palma da minha mão, e consigo digitar ele rapidinho. Aí minha filha sempre brigou comigo, porque ela fala: 'mãe, é só você copiar aqui e depois colocar no aplicativo, que não tem erro!' Mas eu pedi à minha amiga para me ajudar, porque não estava perto da minha filha. Eu não me esforço mesmo, parece que eu me conformei em ser aquele povo de '1900 e antigamente' e como tem minha filha que entende eu deixo ela fazer para mim. Não é difícil, é falta de esforço mesmo. Meu marido é até pior, que nem PIX ele sabe fazer. E3 (parda, 38 anos, casada), de Porto Firme.

Dessa vez, E3 relata não apenas a questão da insegurança em lidar com os aplicativos, mas também a “falta de esforço” em aprender a utilizar a ferramenta de copiar e colar. O depoimento remete até mesmo a uma ansiedade diante da utilização do recurso disponível, sendo este também reflexo das assimetrias de gênero e da forma como a sociedade se estrutura. Guimarães, Cruz e Julião (2019) salientam que a sociedade e as instituições pensam a ciência e a tecnologia num modelo patriarcal, como se os homens tivessem mais habilidades para lidar com softwares de aprendizados, jogos eletrônicos e outros. Este cenário também contribui para a marginalização das mulheres, gera dificuldades psicológicas ao aprendizado e promove ansiedade no uso da tecnologia.

A interlocutora E5 (parda, 41 anos, casada), de Viçosa, por outro lado, relata ter conseguido superar essas dificuldades, sobretudo por ter vivenciado uma criação familiar sem impedimentos para acessar às diversas tecnologias. Seu relato evidencia a importância da autonomia adquirida, seja para comercialização de seus produtos ou acesso ao documento do seu veículo via aplicativo Carteira Digital de Trânsito, da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), como forma de melhorar a gestão do tempo.

O celular fica 24 horas na minha mão. Tudo é por ele. As minhas entregas hoje são feitas por ele e eu nem vejo a pessoa. Ela manda a mensagem, eu passo na portaria do prédio e faço a entrega. A pessoa efetua o pagamento pelo PIX. Ficou bem mais fácil! Minhas compras também vai pelo PIX, pelo WhatsApp, pagamento. Então, isso facilitou demais a vida. Durante a pandemia eu consegui me organizar, graças à plataforma. Dentro da comunidade eu conseguia circular, mas para atender os pedidos de fora, o pessoal fazia o pedido e uma vez na semana eu vinha fazer as entregas. Deu pra comercializar. E eu resolvo outras coisas também, por exemplo, antes eu tinha que ir num despachante para pegar um documento do meu veículo. Hoje eu consigo acessar pelo aplicativo, tirar os documentos, imprimir. Tudo eu mesmo

fazendo isso. Antes eu precisava de outras para fazer isso e tinha que pagar. E5 (parda,41 anos, casada), de Viçosa.

As interlocutoras desta pesquisa também foram questionadas sobre a utilização das TIC para acessar diferentes políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros. Apenas 50 participantes (30,67%) disseram utilizar as TIC para esta finalidade, sendo que 113 (69,33%) responderam de forma negativa. O destaque, conforme a Tabela 18, foi para o serviço do “Conect SUS”, plataforma desenvolvida pelo Governo Federal, que ganhou destaque durante a pandemia de Covid-19 por reunir informações sobre vacinação e outros dados do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tabela 18 – Acesso às políticas públicas via Internet

Programa Social	Frequência
PAA – Programa Nacional de Aquisição de Alimentos	10
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar	16
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	21
Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	6
Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural	12
Programa de Valorização da Agricultura Familiar	5
Sistema de Garantias de Preços para a Agricultura Familiar	5
Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável	10
Programa Bolsa Família / Auxílio Brasil	14
Programa Nacional de Crédito Fundiário	1
Sistema Único de Saúde (Conect SUS)	25
Programa Minha Casa Minha Vida	3
Auxílio estudantil	2

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

O “Conect SUS” foi mencionado por 25 das 50 interlocutoras que utilizam à internet para obter informações. Apesar disso, é importante destacar que a confiabilidade das participantes é no agente de saúde que atua na Unidade Básica de Saúde (UBS), através do Programa Saúde da Família (PSF). Trata-se de uma relação construída ao longo do tempo, que se baseia em diferentes estratégias de comunicação,

incluindo mensagens em grupos de *WhatsApp*, como destaca a entrevistada E5, sobretudo por ser uma relação construída ao longo do tempo com a comunidade.

A gente tem um grupo na comunidade, que tem a agente de saúde e ele publica quando tem campanha de vacinação do PSF. Todas as informações que a gente precisa ela manda por lá. Ela continua passando nas casas, ela sempre passou e continua passando. Antes do *WhatsApp* a gente ligava no PSF para buscar informações ou ela mandava um cartaz com o pessoal da van escolar e a gente colocava em pontos estratégicos na comunidade, na igreja, por exemplo. Na minha casa, ela esteve recentemente. Mas, sem dúvidas, facilitou demais para gente ter informações. E5 (parda, 41 anos, casada), de Viçosa.

No caso de E5, o fator confiabilidade à agente de saúde e a proximidade dela com sua comunidade é mais interessante do que a utilização do “Conect SUS”, contudo, a comunicação não deixa de ser mediada por uma plataforma, já que ocorre via *WhatsApp*. Convém ressaltar que, conforme Portilho *et al.* (2025), existem razões pela qual as mulheres brasileiras optam por não utilizar internet para acessar serviços digitais de governo, buscar informações sobre saúde ou acessar serviços públicos de saúde. Dentre os principais motivos aparecem: a falta de interesse e a falta de habilidade para lidar com a tecnologia, mas elas também se preocupam com a questão de segurança ou privacidade e têm precaução para evitar contato com conteúdos perigosos.

A Tabela 18 também chama atenção para programas relacionados à agricultura familiar que são acessados através da internet, entre eles, as políticas públicas do Pronaf, Pnae e PAA. Destaca-se a figura do profissional de extensão rural como intermediário entre as mulheres rurais e essas políticas públicas. Nesse sentido, Lopes, Zuin e Oliveira (2023) salientam sobre a necessidade de mudança do perfil desse profissional, que precisa lidar com tecnologias não só pela necessidade de estar conectado devido às demandas técnicas do serviço, mas principalmente para auxiliar agricultores e agricultoras na emissão de documento, organização e gestão de políticas públicas, comercialização de produtos em feiras livres, assessoria, entre outros.

A necessidade de prestar assistência técnica às agricultoras que comercializam seus produtos na feira livre de Teixeira, foi uma das razões pela qual aconteceu o grupo focal, articulado com apoio da extensionista Jaqueline Soares Barbosa, que atua no escritório da Emater-MG naquele município. As cinco participantes tinham o desejo e a necessidade de aprender a fazer fotografias para divulgar e comercializar seus produtos.

Às vezes eu vou tirar uma foto dos meus produtos, mas meus filhos falam: ‘mãe, a foto não ficou boa! Você viu que sua mão apareceu aí na frente da câmera?’ Eu sempre estou na feira de Teixeira e de Viçosa, comercializando: banana, frango, queijo, ovos, feijão. Então, eu preciso aprender a fazer fotos para enviar para os clientes que pedem pelo WhatsApp também. Então esses cursos, encontros que a Emater faz, ajudam a gente nesse sentido. G2 (parda, 53 anos, casada), de Teixeira.

A assistência oferecida pela Emater não se restringe a cursos, dias de campos e encontros. As interlocutoras também destacam a intermediação da empresa pública para participar de editais e chamadas públicas relacionadas à comercialização de produtos. Por um lado, as participantes destacam a importância do auxílio prestado pela Emater (como mencionado por E1 e E5), mas, por outro, destacam a necessidade de aprenderem a participarem dos editais.

Então, aqui em Paula Cândido, o órgão que a gente recorre para tudo é a Emater, seja para políticas públicas, questão de acesso à crédito. Toda a questão coletiva é a Emater que dá um suporte muito grande, porque ela ajuda a gente a construir o projeto, avisa a gente sobre os editais, seja do PAA ou PNAE. As pessoas podem falar: ‘ah, mas tem tudo na internet!’ Mas, não é bem assim, porque se a gente for tirar tempo para pesquisar, não fazemos as outras coisas. As entregas nas escolas, por exemplo, eles avisam quais escolas estão com chamadas, porque com a produção de café aqui a gente tem que fazer todos os processos, então se não tivesse esse órgão seria muito difícil para a gente. E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido.

Algumas informações chegam para mim pelo *WhatsApp*, então eu comunico o pessoal da Emater para quando chegar o momento certo eles fazerem o projeto de para eu estar enviando. Eles preparam para mim e eu entrego. Envio para outros municípios. E5 (parda, 41 anos, casada), de Viçosa.

Existe um cadastro do PNAE que precisa ser feito na internet, mas quem ajuda a gente nesta parte é a Emater. Ela é a nossa intermediadora aqui. Na verdade, assim, eu não fiz nada. Eles mandaram o edital pra gente. Nós vimos, concordamos. A Emater intermedeia essa parte de documentação, eu levei todos lá e assinei. Depois vem a licitação e se eu sou contemplada, eu assino o contrato. Por um lado, é bom porque facilita a nossa vida. Mas, recentemente me mandaram um edital de Guaraciaba e eu fiquei me perguntando: como eu vou entrar nas outras prefeituras? Como não fui eu quem resolvi essa parte burocrática, eu não sei como fazer, não soube finalizar o processo. Agora eu quero aprender, porque eu também quero comercializar para outras prefeituras. E2 (branca, 50 anos, casada).

Destaca-se que E2 busca ter mais autonomia no processo de inscrição nos editais que participa, não como crítica ao serviço de assistência técnica oferecido pela Emater, mas por uma necessidade de gerenciamento de suas escolhas. Pelo contrário, a atuação da empresa pública, como suporte de assistência às agricultoras, tem sido fundamental para que elas tenham mais acesso à renda e, conseqüentemente, mais autonomia. Deste modo, nota-se o papel do mediador entre as TIC e as interlocutoras não é visto de forma negativa, mas como parte auxiliar no processo que envolve não só o desenvolvimento de habilidades digitais, mas o domínio de conhecimentos relacionados à produção de projetos para editais públicos.

Por fim, as plataformas digitais também têm sido utilizadas para acessar conteúdos educacionais. A entrevistada E4 (parda, 22 anos, solteira), de São Miguel do Anta, destacou que utiliza o *Google* e o *Youtube* para realizar suas atividades acadêmicas na UFV. Contudo, sua fala chama atenção também para o uso do *ChatGPT*.

As principais plataformas que utilizo para estudar são *Google*, *Youtube* e o *ChatGPT*. Eu pesquiso conteúdos no Youtube, mas também uso para ouvir música enquanto faço alguma coisa, para ver pregações da Igreja. Mas, o ‘*Chat*’ eu tenho usado bastante, porque ele me ajuda muito. Considero o meu melhor amigo, porque eu consigo organizar tudo através dele. Eu só dou um comando para ele, ele já faz tudo que eu preciso. Já teve matéria na universidade que eu precisava entregar relatório, eu escrevi algumas coisas, dei o comando e ele entregou tudo para mim. Obviamente, eu conferi tudo, porque ele pode errar em alguma coisa, mas eu uso. Eu escrevo lá de qualquer maneira e dou o comando e ele faz, não preciso me preocupar em ter que abrir o Word, escrever bonitinho, porque ele já faz para mim. É bom, mas às vezes é ruim também, porque às vezes eu preciso escrever um texto por minha conta e eu fico: ‘Meu Deus do céu, por onde começar?’. Quando eu escrevo, peço o ‘*Chat*’ para corrigir os erros de português. É até perigoso, porque quando eu precisar escrever mesmo, aí vai depender de mim, né? Eu vou ‘apanhar’ um pouco, mas eu escrevo. E4 (parda, 22 anos, solteira), de São Miguel do Anta.

O relato de E4 evidencia uma outra perspectiva de mediação, sobretudo quando ela diz considerar o *ChatGPT* como o seu “melhor amigo”. Permite inferir que existe uma outra mediação, totalmente contextualizada ao ambiente digital, que é gerenciada pela inteligência artificial (IA). Destaca-se que a IA não é considerada uma plataforma, mas pode ser parte integrante delas.

O contexto em que as mulheres participantes estão inseridas não se restringe apenas ao território físico, às suas comunidades rurais. Mesmo com as desigualdades

estruturais, elas vivenciam experiências plataformizadas oferecidas pelas TIC. O acesso mediado às políticas públicas que ficou evidente neste trabalho não é o plano ideal, mas tem sido útil para que elas obtenham autonomia não só para o uso das tecnologias, mas também comercialização de seus produtos e obtenção de renda. O apoio oferecido por parentes, agentes de saúde ou extensionistas rurais mostra-se importante para que elas consigam participar da dinâmica da sociedade da plataforma (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018).

4.3 Estar no mundo digital

Refletir sobre o posicionamento das mulheres rurais em um contexto de intensa conexão digital perpassa pelo entendimento de como se configura a lógica capitalista na contemporaneidade, pois é ela quem atribui valor aos territórios dando destaque aos que conseguem acompanhar o intenso fluxo global de informação (Santos, 2006). Ao olharmos o histórico do território e dos sujeitos rurais, por vezes eles foram representados e tratados pelo viés do atraso (Carneiro, 2007). O foco sempre esteve no enquadramento simbólico do distanciamento geográfico entre o rural e o urbano, fato que ainda existe, mas que não é determinante. Os destaques das narrativas sempre foram focados na infraestrutura, seja nas estradas rurais, na ausência de tecnologias modernas, dificuldade para acessar educação, saúde, e outros serviços.

O acesso à internet tem possibilitado novas narrativas e práticas que dão destaque a comercialização *online* de produtos, automatização da produção, e outras funcionalidades que as tecnologias digitais podem oferecer. Contudo, para as mulheres rurais, estar desconectada total ou parcialmente significa estar privada de acessar um universo de possibilidades. Neste trabalho, as interlocutoras também destacam a necessidade de superar algumas barreiras que limitam o uso das TIC e o acesso ao direito à comunicação, tais como: insegurança, medos de golpes, ansiedade quanto aos usos dos aplicativos e redução da percepção de que “não conseguem”.

As experiências de conectividade que as interlocutoras vivenciam ocorrem, sobretudo, a partir da era pós-computador que foi estruturada com a implementação dos cabos de fibra óptica. O período, contudo, não se refere ao desaparecimento do computador, mas trata da sua descentralização da experiência digital, sendo que a computação se espalha em diferentes tecnologias (*smartphones*, inteligência artificial, entre outros). Conforme Di Felice (2021, p.23), o cabeamento por fibra óptica possibilitou a transformação da “arquitetura informativa da rede de mensagens, pontos e

canais de transmissão em um ‘hipercórtex cerebral’ composto de dados e conteúdos de todos os tipos, sempre disponíveis nas nuvens, acessíveis não apenas via computador”. Contudo, o mundo já experimenta a expansão da Internet das Coisas (*Internet of Things-IoT*) que, através de sensores e etiquetas, possibilita a transmissão de dados na internet via radiofrequência (Di Felice, 2021).

É nesse contexto automatizado que avança o agronegócio brasileiro, que foi tema até de campanha da TV Globo enfatizando que o “Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é Tudo”. Mas também, beneficia a interlocutora E2 (branca, 50 anos, casada), de Teixeiras-MG, que atua na agricultura familiar e automatizou todo o funcionamento do seu aviário para garantir o bem-estar de sua família. Como já mencionado, todo o sistema utilizado na sua produção, desde a alimentação dos frangos até o aquecimento dos aviários, é gerenciado através da internet com controle feito através do telefone celular (geradores, controlador do aviário, sistema de câmeras, entre outros).

Além da utilização de tecnologia digitais na produção, a sociedade contemporânea vivencia um ecossistema de plataformas digitais, que conta com redes sociais que possibilitam o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Contudo, este universo é baseado na falsa sensação de que todas as redes sociais são “gratuitas”, quando na verdade a moeda de troca são as informações pessoais dos usuários, que ajuda na segmentação de seus perfis individuais e coletivos (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018, p.9). Assim, as bases de dados e algoritmos das plataformas influenciam no consumo feito pelas pessoas, nos processos eleitorais e em ações que perpetuam preconceitos e desigualdades (D’Andréa, 2018).

Por outro lado, as redes sociais têm possibilitado que as mulheres rurais desenvolvam novas formas de sociabilidade através das redes sociais, seja no *Instagram*, *WhatsApp*, *Facebook* e outras. É importante destacar que a sociabilidade, na perspectiva de Simmel (2006), ocorre na sociedade que é a base para o fluxo contínuo de interações entre as pessoas. O movimento interacional se dá por meio da sociação, que são os interesses, impulsos e objetivos individuais que se transformam, através do contato com o outro, em cooperação. Desse modo, para se falar em sociabilidade é preciso compreender que ela demanda de reciprocidade porque o ser humano não está isolado, ele está inserido em contextos que influenciam suas ações, tanto para sociações superficiais (pessoas desconhecidas se entreolhando na rua) ou duradouras (família, igreja, corporações, Estado, entre outros).

A fim de compreender como está a presença das mulheres rurais nas redes sociais, as interlocutoras foram questionadas se possuem conta em alguma plataforma de interação *online*. No total, das 163 participantes, foram 149 respostas afirmativas perfazendo o percentual de 91,41%, 14 participantes não estão presentes nessas plataformas (8,59%). Já em relação ao e-mail pessoal, pouco mais da metade disse ter uma conta, sendo 83 respostas positivas (50,92%) e 78 negativas (49,08%). Entre as redes sociais mais mencionadas está o *WhatsApp Pessoal*, na modalidade com recursos mais básicos, sem funcionalidades comerciais, como recursos de mensagens automáticas, disponibilidade catálogos de produtos/serviços, como consta no *WhatsApp Business*, que foi pouco mencionado pelas interlocutoras. A tabela 19 conta com o panorama de preferência das participantes.

Tabela 19 – Redes sociais mais utilizadas pelas interlocutoras

Redes sociais mais utilizadas	Frequência	Percentual
WhatsApp Pessoal	127	51,63%
Instagram	49	19,92%
Facebook	39	15,45%
TikTok	12	4,88%
Youtube	12	4,88%
Kwai	3	1,22%
WhatsApp Comercial	3	1,22%
Outro	2	0,81%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Entre as interlocutoras da entrevista em profundidade, o *WhatsApp* também se destacou, sendo um modo de estar interagindo com familiares, amigos e profissionais ligados à agricultura familiar e extensão rural. Vale destacar que existe um certo receio por parte das mulheres rurais com golpes praticados nas redes sociais e o compartilhamento de informações erradas, como é possível observar no relato da participante E6 (parda, 44 anos, casada), de Cajuri.

O celular é importante para contato, mas eu não sou de ficar adicionando qualquer pessoa no *WhatsApp*, só as que eu confio, por exemplo, o pessoal da Emater. O *WhatsApp* é o mais fácil pra mim, o *Facebook* eu tenho medo, porque são tantos comentários de gente dando bobeira [caindo em golpes] que eu não entro muito. No *WhatsApp*, eu participo do grupo de adoração da igreja e do grupo de mulheres da Emater, aqui

em Cajuri. Então, a gente fica se comunicando ali. A gente fica sabendo tudo que acontece dentro dos grupos do *WhatsApp*. Eu não tenho muita dificuldade de utilizar, porque eu pratico bastante, o *WhatsApp* é o que eu mais uso. E6 (parda, 44 anos, casada), de Cajuri.

No relato das interlocutoras, o fator tempo também aparece como um aspecto determinante, porque as mulheres rurais se sentem sobrecarregadas com as inúmeras atividades que estão envolvidas. Então, conforme E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido, as mensagens precisam ser objetivas, porque não há tanto tempo disponível para ficar conversando assuntos que não são prioritários.

Eu juro que dá vontade de deixar de lado. Eu tenho muitas mensagens sem responder. Às vezes a pessoa manda assim: 'Oi, tudo bem?' e eu vejo que a pessoa quer render uma conversa e eu já penso: 'manda logo o que você quer!'. Eu acho que a pessoa só está querendo jogar conversa fora e eu não tenho esse tempo. Estou em vários grupos e não dá para eu sair deles, porque são grupos importantes. Mas, às vezes cansa. Tem vez que eu cismo e tiro o final de semana para não mexer no *WhatsApp*. Eu até fico no celular, mas é para estudar ou pesquisar ideais para melhorar a produção ou até ver uma série. E1 (parda, 31 anos, solteira), de Paula Cândido.

Eu uso o *WhatsApp* para comunicar com o grupo do trabalho, mas eu não mexo enquanto estou no trabalho, porque eu sei das minhas obrigações. Jovem fica muito no celular para jogar, e o idoso, igual minha mãe, esquece da vida. Eu fico doida para que minha mãe, de 74 anos, tenha um celular. Mas ela é viciada. Ela pega o celular e fala que vai ver algo nele. Só que ela começa e esquece que tem outras coisas para fazer. Então, ela mesmo fala que não pode ter porque esquece das obrigações. Se você se deixar levar, vira um vício. Eu uso mais durante a noite, mas não dá nem uma hora direito, porque é o momento que eu estou livre das responsabilidades. No período da noite eu não tenho mais nada com o que me preocupar. E6 (parda, 44 anos, casada), de Cajuri.

Assim como E6, é possível observar na Tabela 20, que boa parte das interlocutoras destacaram gastar cerca de uma hora para utilizar as redes sociais (58 respondentes - 35,59%), enquanto 38 participantes disseram ficar mais de 3 horas conectadas às plataformas de interação *online*. Por outro lado, a frequência de uso das redes sociais é diária, sendo mencionado por 133 participantes (81,60%).

Tabela 20 – Frequência de uso e tempo de acesso às redes sociais

Frequência de acesso às redes sociais	Frequência	Percentual
Diariamente	133	81,60%

Semanalmente	15	9,20%
Quinzenalmente	1	0,61%
Outro	1	0,61%
Não se aplica	14	8,59%
Tempo diário dedicado às redes sociais	Frequência	Percentual
1 hora	58	35,58%
Entre 1 hora e 3 horas	48	29,45%
Mais de 3 horas	38	23,31%
Não se aplica	14	8,59%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

A relação das mulheres rurais com o tempo é carregada de intensidade, pois são diversos os tempos e lógicas em que elas precisam atuar. Leal (2023) ressalta que há o tempo de trabalho, seja ele relacionado ao emprego formal ou às tarefas do campo ou em casa. Há ainda a falta e remuneração do tempo gasto em atividades que são menosprezadas ou não reconhecidas como trabalho. De todo modo, os inúmeros afazeres e responsabilidades fazem com as mulheres fiquem sem tempo livre para lazer ou autocuidado.

Apesar da relação conflituosa com o tempo, é possível observar na Tabela 21 a finalidade de uso das redes sociais por parte das interlocutoras. Elas puderam indicar mais de uma finalidade de uso, sendo possível notar que a preferência delas é pela comunicação com os amigos e familiares, mencionado 132 vezes (21,15%). Em seguida, aparece “Lazer e entretenimento” e “Produção de conteúdos”.

Tabela 21 – Finalidade de uso das redes sociais

Redes sociais mais utilizadas	Frequência	Percentual
Comunicação com amigos e familiares	132	21,15%
Lazer e entretenimento	88	14,10%
Produção de conteúdos (vídeos, fotos, textos)	81	12,98%
Leitura de notícias	74	11,86%
Relações de trabalho	69	11,06%
Envio e recebimento de notícias	65	10,42%
Participação em grupos/debates	54	8,65%
Compra/venda	46	7,37%
Outro	15	2,40%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Não surpreende o fato de as interlocutoras destacarem a comunicação com amigos e familiares como primeira finalidade. A escolha mostra que, assim como nas relações presenciais, essas mulheres optam pela manutenção de sociabilidades duradouras, sobretudo com a família. Simmel (2006) considera a conversa como a forma mais difundida de sociabilidade, sendo que ela não se dá de forma desinteressada porque cada indivíduo busca suprir suas necessidades e anseios, e isso contribui para a sociedade ser um espaço de disputa por poder. Contudo, o relato de E6 (parda, 44 anos, casada), de Cajuri, ajuda no entendimento de como as mulheres rurais se preocupam com sociações superficiais que podem ocorrer nas plataformas digitais, principalmente com os golpes que podem ser aplicados nesses ambientes.

Eu sou esperta porque tem gente que pega o nosso contato em algum grupo, manda mensagem no privado, mas eu primeiro questiono quem é a pessoa e o motivo do contato, depois eu vou verificar se ela está mesmo naquele grupo. Eu não aceito contato de qualquer pessoa, eu preciso saber quem é, ver as publicações, as pessoas em comum. Rede social é uma máscara! E6 (parda, 44 anos, casada), de Cajuri.

Eu gosto do *WhatsApp* e *Facebook*, tenho o *Youtube* também. Uma vez apareceu um aplicativo de namoro, eu nunca gostei dessas coisas, mas eu peguei e fui brincar com o meu filho. Eu estava sozinha em casa e, no final das contas, era aqueles aplicativos querendo dinheiro. Eu falei com meu filho: 'vem embora porque tem um negócio aqui no celular que eu não sei mexer'. Então, eu evito, prefiro ver as coisas no Facebook. Eu até queria saber comprar em aplicativos, fazer outras coisas. Eu tenho muita dificuldade, mas filho não tem muita paciência para ensinar a gente. E7 (preta, 67 anos, solteira), de Coimbra.

O relato da entrevistada E7 (preta, 67 anos, solteira), de Coimbra, chama atenção para a forma como as interlocutoras autoavaliam o uso que fazem da rede social e se elas aprenderam a utilizar a plataforma sozinhas. A Tabela 22 indica o panorama geral das respondentes do questionário, destacando-se o fato das interlocutoras considerarem o uso que fazem da rede social “Bom”, mencionado 51,23%, ou “Razoável”, indicado por 31,48%.

Tabela 22 – Autoavaliação sobre o uso das redes sociais

Como você avalia seu uso das redes sociais?	Frequência	Percentual
Ruim	5	3,09%
Razoável	51	31,48%

Bom	83	51,23%
Excelente	12	7,41%
Não se aplica	11	6,79%
Você aprendeu a usar as redes sociais sozinha?	Frequência	Percentual
Sim	74	45,68%
Não	77	47,53%
Não se aplica	11	6,79%

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2025).

Em relação ao aprendizado de uso da rede social, é possível observar um cenário equilibrado, sendo que a maior parte das interlocutoras (47,53%) contaram com o apoio de algum familiar, amigo ou membro da comunidade para iniciar o uso das plataformas de interação. Destaca-se ainda que 11 mulheres participantes não fazem uso da rede social, fato que deve ser levado em consideração porque reflete tanto a falta de conexão à internet, quanto a dificuldade de manuseio das tecnologias, ou seja, há um contato restrito. Cardoso (2023), ao analisar na Zona da Mata de Minas Gerais as vivências de mulheres quilombolas e assentadas com as TIC, destacou que a literacia digital se torna uma ferramenta importante para que elas tenham autonomia no uso da tecnologia, tanto para acesso à informação quanto para oportunidades de comercialização de produtos, por isso é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que pautem o empoderamento das mulheres rurais no meio digital.

De modo geral, o presente capítulo elucidou o reflexo da desconexão na vida das interlocutoras desta pesquisa, revelando que estar desconectada significa, na prática, ter acesso limitado a direitos, políticas públicas e programas sociais. A desigualdade digital contribui na opressão das mulheres rurais, colocando-as numa condição de subordinação, sendo necessário recorrer ao apoio de profissionais, familiares e amigos para acessar tanto as redes sociais, quanto plataformas de serviços públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo analisar de que forma os marcadores sociais (gênero, raça, classe social, renda, educação, faixa etária e outros) se articulam e influenciam no acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) por mulheres rurais da microrregião de Viçosa, na Zona da Mata de Minas Gerais, e como restringem o acesso a direitos fundamentais (saúde, educação, comunicação, entre outros). Através dela, buscou-se responder a pergunta: de que forma os marcadores sociais da diferença interagem nas vivências das mulheres rurais afetando as formas de apropriação das TIC, o acesso à Internet e o acesso a direitos? O trabalho sustenta que o acesso das mulheres rurais às TIC não é influenciado apenas por uma questão técnica ou de infraestrutura, mas também é condicionado pelos marcadores sociais, o que gera uma conectividade limitada (ou seja, não significativa) e restringe o acesso a direitos fundamentais, sobretudo o direito à comunicação.

Os resultados encontrados nesta tese são fruto da adoção de uma metodologia mista, cuja combinação de instrumentos foi fundamental para compreensão da realidade experimentada pelas participantes. A aplicação do questionário, junto a 163 participantes que estavam na 11ª Semana da Mulher Rural, da 94ª Semana do Fazendeiro, foi essencial para mapear o perfil dessas mulheres e como as TIC fazem parte de seu cotidiano. Ressalta-se que o grupo das participantes foi composto por 66,8% de mulheres negras (pretas e pardas), correspondendo à realidade brasileira, conforme o IBGE. No que tange um estudo interseccional, essa composição é fundamental para enriquecer a discussão e enfatizar o quanto as opressões afetam essas mulheres.

A construção desta metodologia foi possível também graças às redes e trocas estabelecidas durante todo o percurso acadêmico, evidenciando que a pesquisa se desenvolve também através de habilidades e particularidades de cada pesquisador. O contato com a Emater-MG, regional de Viçosa, proporcionou não só a aplicação dos questionários no evento promovido em parceria com a PEC/UFV, mas também o desenvolvimento do grupo focal e das entrevistas em profundidade.

Através da literatura adotada, baseada no conceito de interseccionalidade, foi possível entender o quão importante é analisar todo o contexto vivenciado pelas mulheres rurais. O desenvolvimento deste trabalho foi circunscrito através da análise das assimetrias de gênero, revelando que, de modo geral, as mulheres ocupam uma posição inferior aos homens na sociedade, mas se sobrecarregam com funções e

atividades tanto no ambiente doméstico, quanto na produção ou na liderança dos movimentos que participam.

Entretanto, não foi suficiente analisar os dados apenas pelo viés do marcador de gênero. As mulheres rurais negras foram as que relataram possuir menor renda familiar mensal, fato que impede a contratação de um plano de internet de qualidade, seja banda larga fixa ou móvel. Além disso, elas têm menor disponibilidade de dispositivos (computador, *tablet* e outros) para utilizar, assim, o uso que elas fazem das TIC fica muito restrito às opções que existem no telefone celular.

O acesso à educação também foi considerado neste estudo porque, como indicou a revisão de literatura, as mulheres rurais apresentam habilidades digitais limitadas, sendo necessário contar com o apoio de familiares ou de profissionais para utilização das redes sociais e outras plataformas. Novamente, as mulheres negras são as que apresentam menor índice de acesso à educação formal, como também menos habilidades para uso das TIC.

Compreender a relação que se estabelece entre as mulheres rurais e tecnologias digitais, demandou observar de que forma elas se relacionam ao longo de suas trajetórias com as demais tecnologias. A motivação surgiu pela forma como as diferentes tecnologias adentraram no meio rural, no século XX, fortemente influenciadas pela perspectiva difusionista que visava o aumento da produção agrícola e o enriquecimento dos grandes produtores. A sociedade rural ao longo da história se organizou, sobretudo na perspectiva patriarcal, atribuindo ao homem o privilégio de utilizar tecnologias novas ou atualizadas.

Os dados obtidos, principalmente no grupo focal, indicam que as interlocutoras tiveram mais acesso às tecnologias ligadas ao ambiente doméstico (liquidificador, fogão, rádio etc.). As participantes apresentaram sentimentos diversos sobre as tecnologias, revelando um saudosismo pelo tempo que já foi vivido, mas ao mesmo tempo o desejo de não utilizar novamente àqueles dispositivos, especialmente os que demandam muito esforço físico, como a enxada ou ferro de passar à brasa. Entretanto, duas participantes também revelaram seus empenhos para dominar instrumentos que outrora eram destinados apenas aos homens, como os maquinários agrícolas que têm auxiliado nas produções delas.

A relação das participantes com as tecnologias não se limita ao ambiente doméstico, principalmente porque elas atuam nas produções agrícolas e na comercialização dos produtos, seja em feiras livres ou na internet. Vale ressaltar que o

trabalho dessas mulheres tem aumentado ainda mais, porque elas são as mais preocupadas com a apropriação das TIC para criação de conteúdos, divulgação e comercialização de seus produtos, principalmente através do *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. A comercialização também exige mobilização dessas mulheres, sendo necessário se envolver em associações, coletivos e outros movimentos que as ajudem a acessar programas como o PNAE e o PAA. Contudo, elas relataram estar cada vez mais exaustas, porque elas se envolvem ativamente nas atividades de liderança, mas o trabalho de cuidado ainda se mantêm, exigindo delas o cumprimento de responsabilidades socialmente impostas com a casa e com os familiares.

As apropriações das TIC só são possíveis através de uma conectividade significativa. Nos últimos anos, cresceu a discussão sobre as tecnologias digitais e os desafios para que todas as pessoas possam estar conectadas, tanto é que este é um dos objetivos da Agenda 2030, da ONU (ODS 5). Nesse sentido, aumentou também a discussão sobre a conectividade significativa, ou seja, a busca pela compreensão do nível de conectividade dos usuários que os permitam ter experiências online de forma segura. Esta pesquisa, assim, buscou verificar como está o desempenho das mulheres rurais participantes quanto ao acesso regular da internet; posse de dispositivo apropriado; dados suficientes de conexão; e frequência de uso.

A pesquisa revelou também que o acesso à conexão 4G ou *Wi-fi* é feito por 71,2% das mulheres rurais. O perfil principal das interlocutoras afetadas pela desconexão é de mulheres negras; com baixa renda familiar, de até 2 salários-mínimos; e de mulheres adultas e idosas. O acesso à internet é considerado ruim ou razoável por mais da metade das participantes (50,3%), sendo a principal queixa a instabilidade e falta de disponibilidade da internet; o preço elevado dos serviços; e a existência de poucas prestadoras de serviços.

No que tange à conectividade significativa, constatou-se que as participantes enfrentam limitações estruturais e sociais, distanciando-se do que preconiza a *Alliance For Affordable Internet*. A desigualdade digital, sobretudo para as mulheres negras, se revela através de um acesso básico à internet, marcado pela conexão limitada ou compartilhada; baixa velocidade de conexão nas comunidades rurais; pouca variedade de TIC; pacotes de internet caros em relação à renda das participantes. Desse modo, notou-se que a inclusão digital ocorre de forma tímida e parcial, ou seja, a desigualdade digital continua se fortalecendo na realidade observada em campo.

A partir do momento em que se constata uma baixa conectividade significativa entre as mulheres participantes desta pesquisa, o olhar se voltou a compreender de que forma elas têm acessado seus direitos numa sociedade digitalizada. Não ter acesso à internet é uma violação do direito humano à comunicação porque, como bem destacou a interlocutora G5, significa ter o CPF cancelado, ou seja, é o mesmo que não existir, não ser reconhecida como cidadã, não ter acesso a outros direitos.

O acesso à internet e às TIC é um direito das participantes, contudo, ele vem sendo negado ao longo dos anos. Nesse sentido, observou-se que o território surge como um marcador social que contribui para a baixa conectividade das mulheres, isto porque os territórios rurais sofrem de desigualdades históricas. As áreas rurais ainda enfrentam dificuldades em questão de infraestrutura, saneamento básico, entre outros. Por muito tempo, a narrativa adotada sobre o território e os sujeitos rurais esteve focada no atraso e no distanciamento entre o rural e o urbano. O acesso à internet, por sua vez, tem possibilitado o surgimento de novas narrativas e práticas que destacam a comercialização *online*, automatização das produções e outros, graças às tecnologias digitais. Entretanto, a desconexão tem impedido a democratização da comunicação e, conseqüentemente, afeta a participação das mulheres rurais e sua capacidade de produção de conteúdos.

A desconexão também tem impedido ou limitado que as mulheres rurais acessem outros direitos (saúde, educação, entre outros). Nos últimos anos, diferentes órgãos governamentais (federal, estadual ou municipal) têm desenvolvido plataformas para oferecer serviços públicos, tais como: *ConectSUS* e *MG App*. O que facilita para alguns, mas não alcança todos da mesma forma, porque as participantes não têm utilizado esses mecanismos.

Nesse sentido, um achado importante desta tese é a figura do mediador, papel que pode ser exercido por algum familiar, amigo ou profissional que atue na área de interesse das mulheres. Os serviços bancários, por exemplo, foram facilitados com a criação do sistema PIX, mas não são todas que conseguem utilizá-lo. Dessa forma, algumas interlocutoras relataram contar com o apoio dos filhos para realizar a transferência de valores por aplicativo. De todo modo, elas consideram que esse serviço digital facilitou o cotidiano delas.

Em relação à saúde, o *WhatsApp* aparece como um instrumento de apoio para o agente de saúde, que é o profissional responsável por intermediar o acesso aos serviços de saúde pública ofertados nas Unidades Básicas de Saúde. Apesar de o aplicativo ser

utilizado para envio de mensagens e comunicados, a visita do profissional continua sendo realizada nas casas e são consideradas importantes pelas participantes. No âmbito virtual, as mensagens, enviadas por um emissor conhecido, garantem que as interlocutoras não sejam afetadas por golpes ou informações falsas. O receio de cair em golpes também faz parte da rotina das participantes beneficiárias do Bolsa Família, que optam por procurar a secretaria de Assistência Social de referência para obter informações.

Destaca-se também a importância do serviço de assistência técnica e extensão rural ofertado pela Emater-MG, cuja atuação ocorre de forma gratuita e tem propiciado que as mulheres rurais consigam se capacitar e acessar programas governamentais que ajudam na obtenção de renda. As participantes relataram que a inscrição de projetos no PAA e no PNAE tem ocorrido com o apoio dos extensionistas e, apesar de algumas desejarem ter autonomia para enviar suas propostas, elas reconhecem que a atuação desses profissionais contribui para evitar o acúmulo de uma nova tarefa. Além disso, os extensionistas oferecem capacitações, dias de campo e reuniões para as mulheres rurais se capacitarem. Neste contexto, se insere a oficina de fotografia ofertada no âmbito desta pesquisa, com foco na divulgação dos produtos das participantes. A parceria que se estabeleceu foi importante não só para o desenvolvimento do grupo focal, mas também para o pesquisador contribuir com as atividades das participantes e da Emater-MG.

A presente tese contribui, portanto, para elucidar como a desigualdade digital tem se operacionalizado no cotidiano das mulheres rurais da Zona da Mata de Minas Gerais. Trata-se de uma desigualdade marcada por questões de gênero, território, raça, trabalho, classe social, faixa etária e desconexão. As interlocutoras desta pesquisa se encontram numa posição subordinada, em que a utilização das TIC não ocorre de maneira plena, sendo limitada por fatores sociais, técnicos e operacionais. Assim, pode-se considerar que o direito à comunicação, no que tange ao acesso à internet, tem sido violado impedindo que as mulheres rurais possam aumentar sua participação na sociedade.

Ressalta-se que esta tese de doutorado contribuiu significativamente para a produção de dados que abordam a interface de gênero e TIC. Contudo, não foi possível aprofundar a discussão em algumas temáticas, por exemplo, sobre como as emoções das mulheres podem afetar o desenvolvimento de habilidades digitais. A interlocutora idosa que fez parte do grupo focal deu indícios de que a vergonha, a timidez e o medo de errar

influenciam na hora de aprender uma habilidade nova. Outras entrevistadas enfatizaram ainda a questão da insegurança no ambiente digital. Estas são temáticas importantes que podem ser investigadas em pesquisas futuras no campo das ciências sociais aplicadas.

Apesar de um grupo de participantes diverso e rico, as informações foram obtidas principalmente com participantes adultas e idosas. Há dados de interlocutoras jovens, mas considerando a pluralidade da categoria mulheres rurais, outras pesquisas poderão aprofundar na discussão sobre a relação das jovens do campo com as TIC. Vale ressaltar que o *ChatGPT* foi destaque na fala de uma jovem entrevistada, revelando que a inteligência artificial já ocupa um espaço em seu cotidiano, assumindo uma função de consultor, mediador e até de “melhor amigo”, como relatado.

Por fim, cabe destacar que esta tese não foi construída de maneira isolada, mas integra o projeto “Mulher rural e recursos infocomunicacionais: das desigualdades às estratégias na busca de conhecimento sobre saúde em contexto pandêmico”. Este projeto já resultou em diversos trabalhos: Ou seja, o trabalho está ancorado em uma agenda de pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa Meios, que tem atuado em prol da redução das desigualdades sofridas pelas mulheres através do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

ABUBAKARI, Kamaru; DAGUNGA, Gilbert; ANANG, Benjamin Tetteh; YEVU, Mawuli; GALYUON, Raymond Mwinwan. *Toward e-agriculture in Ghana: Effect of mobile phone access and usage on household crop income*. Cogent Food & Agriculture, 9:1, 2023. <https://doi.org/10.1080/23311932.2023.2202893>

AKOTIRENE, C. (2018). **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

ANATEL. **Agência Nacional das Telecomunicações**. Painéis de Dados – Infraestrutura de Telecomunicações – Cobertura nas localidades. Disponível em: <https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura> Acesso em: agosto de 2025.

Alliance For Affordable Internet. **“Meaningful Connectivity: A New Target to Raise the Bar for Internet Access.”** Alliance for Affordable Internet. A4AI (2020). Disponível em: https://a4ai.org/wp-content/uploads/2021/02/Meaningful-Connectivity_Public-.pdf Acesso em: agosto de 2024.

Fazer progredir a Conectividade Significativa - Rumo a Sociedade Digitais Ativas e Participativas. Disponível em: <https://a4ai.org/meaningful-connectivity/> Acesso em: agosto de 2024.

AROCA, Annie Muñoz; GORDILLO, Olinda Sánchez; LARREA, Francisco Arias. La e-inclusión femenina y el desarrollo socioeconómico em el Ecuador: una perspectiva de género. Revista Científica ECOCIENCIA, Vol. 5, No. 4, agosto 2018. <https://doi.org/10.21855/ecociencia.54.112>

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRANT, João; MOYSES, Diogo; PRAZERES, Michelle (Orgs.). **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. 1ª ed. São Paulo: Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010.

BRASIL. PLANALTO. (Org.). **Lei Geral das Telecomunicações**. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.html Acesso em: 02 out. 2024.

BRASIL. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**. SouGov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/servidor/pt-br/assuntos/sou-gov>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Consultar dados do Cadastro Único. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-dados-do-cadastro-unico-cadunico#:~:text=Aplicativo%20m%C3%B3vel%20%3A,e%20Combate%20%3A%20Fome%20%2D%20MDS>. Acesso em: 20 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

CABELLO, Roxana. La comprensión de los vínculos que establecemos con las tecnologías. In: CABELLO, Roxana; LÓPEZ, Adrián (Eds). **Contribuciones al estudio de procesos de apropiación de tecnologías**. 1ª ed. Rada Tilly: Del Gato Gris; Red de Investigadores sobre Apropiación de Tecnologías. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2017

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; GUARANÁ, Elisa (Org.). **Juventude em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-52.

CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães. **Mulheres rurais e literacia digital: questões para além do acesso às TIC**. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa. 2023.

CARVALHO, Daniel Silva; CASTRO, Paulo Alexandre de; FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. Políticas públicas na era do governo digital: revisão de literatura. **Revista GeTeC**, v. 20, 21 nov. 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3681>

CASEMIRO, D. M. F.; SILVA, N. L. e. Teorias interseccionais brasileiras precoces e inominadas. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, Vol. 6, N. 2, 2021.

CASTELLO, Graziela. Conectividade significativa no Brasil: o retrato da população. In: **Conectividade significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil** / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais**, nº 45, p. 193-212. Julho/dezembro de 2016. ISSN 1517-5901

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COGO, Denise. **O direito de comunicar pertence aos indivíduos e aos grupos e comunidades que eles compõem**. [Entrevista concedida a Claudia Lahni]. Eptic Online (Dossiê temático Direito à comunicação e diversidade), v. 15, n. 3, p. 61-69, 2013.

COGO, Denise; CAMARGO, Julia; GENERALI, Sabrina. **Comunicação e cidadania de refugiados venezuelanos em abrigos no contexto da fronteira Brasil-Venezuela**. In: 8.º Encontro de Grupos de Trabalho da Pós-Graduação – Comunicação, 13 a 15 out. 2021, São Paulo. GT 08: Comunicação, Consumo e Cidadania no Contexto das Redes e Movimentos Sociais. São Paulo: ESPM, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica**. Traduzido por Bruna Barros e Jess Oliveira. Edição em Português. Editora Boitempo, 4 de abril de 2022.

COLLINS, Patricia Hills, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

- COLLINS, P. H. Em Direção A Uma Nova Visão: Raça, Classe e Gênero Como Categorias de Análise e Conexão. In: MORENO, R. (Ed.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015.
- CONECTAR AGRO. Indicador de Conectividade Rural. Disponível em: <https://www.conectaragro.com.br/indicadordeconectividaderural/>. Acesso em: 06 out. 2024.
- CRENSHAW, Kimberle. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, 2002.
- DAZA, María Caridad Sierra; SÁNCHEZ, María Rosa Fernández. *Technologies as a mediating element of processes of digital self-inclusion of rural women*. Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación, 64, 55-78 | 2022 | <https://doi.org/10.12795/pixelbit.93288>
- DI FELICE, Massimo. **Cidadania Digital**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2021.
- DRUETTA, Delia Covi. Práticas de apropriação e interação em la cultura digital. In: CABELLO, Roxana; LÓPEZ, Adrián (Eds). **Contribuciones al estudio de procesos de apropiación de tecnologías**. 1ª ed. Rada Tilly: Del Gato Gris; Red de Investigadores sobre Apropriação de Tecnologías. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2017
- D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- ESCOSTEGUY, A. C. D.; SIFUENTES, L.; BIANCHINI, A. Mulheres rurais e seus usos mediados das TICs: tensionamentos e permanências nas relações de gênero. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 40, n. 1, 2017. DOI: 10.1590/rbcc.v40i1.2644. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2644>.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D.; SIFUENTES, Lírian; BIANCHINI, Aline Feijó. Mulheres trabalhadoras rurais do Vale do Sol e suas práticas com as TICs. In: **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2019.
- FARIA, G.; FIÚZA, A.; RODRIGUES, . Características sociodemográficas e econômicas dos estabelecimentos agropecuários em regiões empobrecidas: o caso da Zona da Mata Mineira* COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v.19, n.2, abr./jun. 2022
- FISCHER, Izaura. **O Protagonismo da Mulher Rural no Contexto da Dominação**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife:Fundação Joaquim Nabuco, 2006.
- FREITAS, Gilmar Fialho de; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Uma análise do programa luz para todos do Governo Federal**. Rever - Journal of Extension and Rural Studies, v. 6, nº 2, jul-dez, 2017.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIBBENS, Menini; SCHOEMAN, Carel. *Gender consideration in sustainable rural livelihood planning: engendering rural development planning in a South African context*. The Sustainable City XIII. 2019.

GIRALDO, Omar Felipe. **Multitudes agroecológicas**. Universidad Nacional Autónoma de México - Escuela Nacional de Estudios Superiores Unidad Mérida. Ucu, Yucatán, México. 2022.

GUIMARÃES, Raquel Rangel de Meireles; CRUZ, Aline Cristina da; JULIÃO, Nayara Abreu. Viés de gênero no acesso e na intensidade de uso da internet pela população em idade ativa no Brasil: evolução e fatores associados (2005-2015). **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 2, n. 43, ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.36810/rde.v2i43.5989>

GWAKA, Leon Tinashe. **Digital technologies and youth mobility in rural Zimbabwe**. E J Info Sys Dev Countries. 2018; e12025. <https://doi.org/10.1002/isd2.12025>

KABIRIGI, Michel; SEKABIRA, Haruna; SUN, Zhanli; HERMANS, Frans. **The use of mobile phones and heterogeneity of banana farmers in Rwanda**. Environment, Development and Sustainability (2023) 25:5315–5335. <https://doi.org/10.1007/s10668-022-02268-9>

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F., et al (Ed.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p.67-75.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> Acesso em: 25 de maio de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). ODS 5 - Igualdade de Gênero. Brasília: IPEA, [2023?]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html#coll_5_8. Acesso em: 17 jun. 2025.

HAN, Honghua; XIONG, Jason; ZHAO, Kexin. **Digital inclusion in social media marketing adoption: the role of product suitability in the agriculture sector**. Information Systems and e-Business Management (2022) 20:657–683. <https://doi.org/10.1007/s10257-021-00522-7>

Divisão Territorial Brasileira - DTB. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?edicao=36436> Acesso em: 17 de junho de 2023.

HERRERA, K. M.; DESCONSI, C.; BIROCHI, R.; PACÍFICO, D. A. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 3, e281922, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.281922

JAMES, John. **Recent Trends in Contemporary Digital Rural Advisory Services**. GFRAS. Enablers of Change Austrália. 2023. Disponível em: <https://www.g-fras.org/en/knowledge/gfraspublications.html?download=1034:recent-trends-in-contemporary-digital-rural-advisory-services>. Acesso em: abril de 2023.

JORGE, Sonia; MAKWAKWA, Onica. Fechando a brecha de possibilidades digitais: um chamado por banda larga universal, significativa e acessível. In: **Conectividade significativa [livro eletrônico]: propostas para medição e o retrato da população no Brasil**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo. 2024.

KRELL, N. T.; GIROUX, S. A.; GUIDO, Z.; HANNAH, C. S.; LOPUS, E. K.; CAYLOR, K.; EVANS, P. **Smallholder farmers' use of mobile phone services in**

central Kenya. Climate and Development, 2020. DOI: 10.1080/17565529.2020.1748847

KWAMI, Janet D. *Gendered digital inequities in African contexts: measuring and bridging the gaps*. Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology, 16(3), e2198. 2020. <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/26828>

LEAL, Daniela de Ulysséa. **A comunicação de risco e o papel das mulheres rurais no enfrentamento da pandemia de Covid-19 na Zona da Mata (MG)**. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Tese. Universidade Federal de Viçosa. 2023.

LÉVY, P. **Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LI J, Huang X, LEI X, WEN J and LU M (2022). *ICT literacy, resilience and online learning self-efficacy between Chinese rural and urban primary school students*. Front. Psychol. 13:1051803. doi: 10.3389/fpsyg.2022.1051803

LIMA, Karina Medeiros de. **Determinismo tecnológico**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande - MS, set, 2001.

LOPES, Ivonete da Silva; CARDOSO, Jéssica Suzana Magalhães; LEAL, Daniela Ulysséa. **Mulheres quilombolas, exclusão digital e estratégias de acesso às TIC na pandemia**. In: Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2022/ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br – São Paulo - Cômite Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121125504/tic_domicilios_2021_livro_eletronico.pdf Acesso em: 3 de maio de 2023.

LOPES, Renato de Carvalho; ZUIN, Luis Fernando Soares; OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco. **Ater Digital: possibilidades, desafios e aproximações conceituais**. In: diálogos em Ater Digital na Rede Aurora v.1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

LOPES, Ivonete da Silva; LEAL, Daniela de Ulysséa. **Quilombola women confronting digital discrimination in Brazil**. *The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion (IJIDI)*, v. 8, p. 72-96, 2024.

MACHADO, B. A.. **Interseccionalidade e marxismo: encontros e desencontros para o estudo do movimento de mulheres negras no Brasil**. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

MATA, Maria Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación**. *Fronteiras – estudos midiáticos*. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MAON, Siti Noorsuriani Maon; HASSAN, Naffisah Mohd Hassan; YUNUS, Noorain Mohamad; JAILANI, Sri Fatiany Abdul Kader Jailani; KASSIM, Erne Suzila Kassim. **Gender Differences in Digital Competence Among Secondary School Students** iJIM – Vol. 15, No. 04, 2021. <https://doi.org/10.3991/ijim.v15i04.20197>

MARTÍNEZ, Silvia Lago; MÉNDEZ, Anahí, GENDLER, Martín. **Teoría, debates y perspectivas sobre la apropiación de tecnologías digitales**. In: CABELLO, Roxana; LÓPEZ, Adrián (Eds). **Contribuciones al estudio de procesos de apropiación de tecnologías**. 1ª ed. Rada Tilly: Del Gato Gris; Red de Investigadores sobre Apropiación de Tecnologías. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2017

MARTÍNEZ CRUZ, R. G., FERNÁNDEZ TAPIA, J., & MARTÍNEZ CRUZ, N. (2020). Las Tecnologías de la Información y la Comunicación y la apropiación del Gobierno Electrónico en las zonas indígenas de Oaxaca. El caso del municipio de San Francisco Logueche, 2019. Encrucijada Revista Electrónica Del Centro De Estudios En Administración Pública, (35), 80–101. <https://doi.org/10.22201/fcpys.20071949e.2020.35.72491>

MINAS GERAIS. Governo do Estado. MG App. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/pagina/mg-app>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1994. 21ª Edição, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Elias de Pádua; PINHO, José Benedito. Limites e possibilidades das tecnologias da informação e comunicação na extensão rural. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v30, n.2, p. 103-121, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/101/94>

MONTIEL, Aimeé Veja. El derecho de las mujeres a la comunicación: la transversalización de la legislación de medios com perspectiva de género. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.32, n.2, p.111-128, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/262/255>

MORALES, Susana; NATANSOHN, Leono Graciela. **Apropiación de tecnologías digitales, limites y posibilidades**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 33(1): e104257. DOI: 10.1590/1806-9584-2025v33n1104257

NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira. **Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker**. Dossiê Tecnopolíticas de gênero. Cadernos Pagu (59), 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202000590005>

Organização dos Estados Americanos (OEA). Relatores de liberdade de expressão emitem declaração conjunta na Internet. [Relatores sobre liberdade de expressão emitem declaração conjunta na Internet]. 2011. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=849&IID=4>

PASTI, André. Contribuições de Milton Santos para pensar a democratização da comunicação. In: BALDESSAR, M. J; MONJE, D. I. **Diálogos latino americanos: comunicação e democracia em tempos de convergência**. São Paulo: Intercom, 2018.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O Peso do Trabalho Leve**. Departamento de Ciências Sociais- UFSC. Revista Ciência Hoje- nº 28/1987.

PAULILO, Maria Ignez. **Movimentos de mulheres agricultoras e os muito sentidos da igualdade de gênero**. In: Mulheres rurais: quadro décadas de diálogo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016, P.249-299.

PELLEGRINI, Eliane; HERRERA, Karolyna Marin; VITORINO, Elizete Vieira. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres**

rurais sob a perspectiva do empoderamento. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 28, Fluxo Contínuo, 2023: e41086.

Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2005. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br – São Paulo - **Cômite Gestor da Internet no Brasil**, 2006. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-2005.pdf> Acesso: 15 de junho de 2023.

Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2017. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br – São Paulo - **Cômite Gestor da Internet no Brasil**, 2018. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic_dom_2017_livro_eletronico.pdf Acesso: 15 de junho de 2023.

Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2023/ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br – São Paulo - **Cômite Gestor da Internet no Brasil**, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf Acesso: 10 de janeiro de 2024.

Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2024/ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br – São Paulo - **Cômite Gestor da Internet no Brasil**, 2025. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf Acesso: 10 de maio de 2025.

PERONA, E. *La transformación tecnológica del sector agropecuario en la provincia de Córdoba y sus repercusiones sobre la mujer y la familia rural.* **Revista Estudos Feministas**, 20(3), 739–760, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300008>

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

POGGI, Marina; NEUBAUER, Dardo. **Entrada de dicionário: “Brecha digital rural”.** En Salomón, Alejandra y Muzlera, José: *Diccionario del agro iberoamericano.* Teseo. 2021.

PORTILHO, L.; MACAYA, J. F. M.; RIBEIRO, M. M.; LIMA, C. Panorama do uso de serviços digitais por mulheres no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 49, e21, 2025. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2025.21>.

QUESADA TAVARES, C.; GOULART MASSUCHIN, M.; NASCIMENTO DE SOUSA, N.; ALMEIDA, G. Comunicação e Gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1809-58442021305. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3713>.

RAHMAN, Mominur; HASAN, Jahid; DEB, Bischawjit Chandra; RAHAMN, Muhammad Shajib; KABIR, Anower Sadath. *The effect of social media entrepreneurship on sustainable development: Evidence from online clothing shops in Bangladesh.* *Heliyon* 9 (2023) e19397. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e19397>

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCILLO, Paloma; GOMES, Ana Bárbara. Marcadores de Gênero na promoção da inclusão digital no Brasil. In: BARBOSA, Bia; TRESCA, Laura; LAUSCHNER, Tanara (Org). **Coletânea de artigos "TIC, Governança e Gênero - tendência e desafios"**. Comitê Gestor de Internet no Brasil - CGI.br. 2ª ed. pp 71-87. 2022.

ROJAS, Fernando. Experiências regionais em conectividade significativa. In: **Conectividade significativa [livro eletrônico]: propostas para medição e o retrato da população no Brasil**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo. 2024.

ROTONDI, Valentina; BILLARI, Francesco; PESANDO, Luca Maria; KASHYAP, Ridhi. **Desigualdade digital de Gênero na América Latina e Caribe**. IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Org.). São Jose, Costa Rica. 2020.

SAHU, Debendra Kumar; NATH, Subash Chandra; BISOYI, Bhubaneswari; KUMAR, Arya. **Evaluating the access to Common Service Centres for banking services from the perspective of rural women entrepreneur**. Environment and Social Psychology (2024) Volume 9 Issue 2doi: 10.54517/esp.v9i2.1985

SALDAÑA, Johnny. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. SAGE Publications Ltd. 2009.

SANA SHOKAT, Rabia Riaz; RIZVI, Sanam Shahla; RIAZ, Farina; AZIZ, Samaira; HUSSAIN, Raja Shoabi; ABBASI, Mohaib Zulfiqar. **Impact of Web 2.0 on Digital Divide in AJ&K Pakistan**. (IJACSA) International Journal of Advanced Computer Science and Applications, Vol. 9, No. 2, 2018

SANDOVAL, Luis Ricardo; BIANCHI, Marta Pilar. Algunos usos (efectivos y potenciales) de la categoría de apropiación. In: CABELLO, Roxana; LÓPEZ, Adrián (Eds). **Contribuciones al estudio de procesos de apropiación de tecnologías**. 1ª ed. Rada Tilly: Del Gato Gris; Red de Investigadores sobre Apropiación de Tecnologías. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 2017

SANTINI, Santiago; GHEZÁN, Graciela. Importancia de las TIC en circuitos cortos de comercialización de alimentos. Revista Rivar, vol. 9, número 26, 2022.
<https://doi.org/10.35588/rivar.v9i26.5588>

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. Hucitec, São Paulo, 1993.

_____ **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Rodrigo Moreira dos; SANTOS, Nathalie Nicolae. Reflexões sobre a disparidade geracional no cenário digital atual. In: BARBOSA, Bia; TRESCA, Laura; RONCARATTI, Luanna; TENÓRIO, Mozart; MIELLI, Renata; LAUSCHNER, Tanara. **Coletânea de artigos "TIC, Governança e Gênero - tendência e desafios"**. Comitê Gestor de Internet no Brasil - CGI.br. 4ª ed. pp 309-327. 2024

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995.

SIKUNDLA, T.; MUSHUNJE, A.; AKINYEMI, B.E. **Socioeconomic drivers of mobile phone adoption for marketing among smallholder irrigation farmers in South**

Africa. Cogent Social Sciences, 2018. 4:1, 1505415, DOI: 10.1080/23311886.2018.1505415

SILVA, Jonathan Fagundes da. **Juventude Rural e telefone celular: consumo, apropriação e sociabilidade**. Dissertação (Programa de pós-graduação em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa/UFV, Viçosa, 2019.

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; PEREIRA, Luiz Ismael; BAIERO, Murilo Sena. **Construção participativa de propostas de atualização do marco regulatório cooperativista**. 1ª ed. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021.

SILVA, Claiton Márcio da. **Agricultura e Cooperação Internacional: A atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)**. Tese de doutorado em História da Ciência e da Saúde. FIOCRUZ, 2009.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade. In: **Questões fundamentais da sociologia: Indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 59-82.

SOUZA, J. I. L. de; CARVALHO, M. S. de; DRUMMOND, D. R.; CERQUEIRA, C. P. B. Onde estão as pesquisas sobre gênero na Comunicação? Uma análise em língua portuguesa. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 46, p. e2023111, 2023. DOI: 10.1590/1809-58442023111pt. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4249>.

TELLES, Liliam; RODY, Thalita; CASTRO, Nayara Lopes de; SANTIAGO, Cecília Maria; HILLENKAMP, Isabelle. Vulnerabilidades e resiliência de agricultoras agroecológicas face à pandemia da Covid-19: a experiência das agricultoras agroecológicas da Zona da Mata de MG. In: **Um meio tempo preparando outro tempo - cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia**. Sempreviva Organização Feminista. São Paulo. 2021.

TOLEDO, Gilson Soares. **Produtores integrados na Zona da Mata Mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural**. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Dissertação. Universidade Federal de Viçosa. 2012.

TOMAZETTI, T. P. Por um mapa das dissidências: os estudos de gênero nas teses e dissertações em comunicação do Brasil (1972-2015). **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3472>.

UIT - União Internacional de Telecomunicações. Alcançando a conectividade digital universal e significativa: definindo uma linha de base e metas para 2030. In: **Conectividade significativa [livro eletrônico]: propostas para medição e o retrato da população no Brasil**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo. 2024.

URUPÁ, Marcos; SILVA, Sivaldo Pereira da; BIONDI, Antônio. Programa Nacional de Banda Larga no Brasil: características e desafios. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BIONDI, Antonio. **Caminhos para universalização da internet banda larga**. Intervezes. 2012.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. **The Platform Society: public values in a connective world**. Londres: Oxford Press, 2018.

VANNUCHI, Camilo. **O direito à comunicação e os desafios da regulação dos meios no Brasil**. Galaxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 38, mai-ago., 2018, p. 167-180. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554232145>

VIEIRA-PINTO, Á. Capítulo IV: Tecnologia. In: VIEIRA-PINTO, Á. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Volume 1, p. 219-355.

VOSS, Rachel C.; JANSEN, Tony; MANÉ, Bacary; SHENNAN, Carol. *Encouraging technology adoption using ICTs and farm trials in Senegal: Lessons for gender equity and scaled impact*. World Development 146 (2021) 105620. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105620>

YEKINNI, O. T.; ADENIYI, R. T.; IBIKUNLE, O. O. **Utilisation of Information Communication Technologies among Male and Female Rural Dwellers of Southwestern Nigeria**. Journal of Agricultural Extension, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 92–102, 2024. DOI: 10.4314/jae.v28i1.10. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/jae/article/view/262185>.

ZIEGLER, Sandra; SEGURA, Joaquín Arias. **Conectividade rural na América Latina e Caribe. Situação, desafios e ações para a digitalização e o desenvolvimento sustentável**. IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Org.). São Jose, Costa Rica. 2023.

ZHAO, Y.; SÁNCHEZ GÓMEZ, M.C.; PINTO LLORENTE, A.M.; ZHAO, L. *Digital Competence in Higher Education: Students' Perception and Personal Factors*. Sustainability 2021,13, 12184. <https://doi.org/10.3390/su132112184>

WILLIAMS, Raymond. **Televisión: Tecnología y forma cultural**. 1ª ed. – Buenos Aires: Paidós, 2011.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Identificação

Nome completo:

Telefone:

E-mail:

Data de nascimento:

Idade:

Classificação racial: () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena

1. Estado civil (opção única):

() Solteira

() Casada

() Divorciada

() Viúva

() Outro

2. Tem filhos (as)?

() Sim

() Não

Quantos? _____

3. Escolaridade:

() Nunca frequentou a escola

() Ensino Fundamental incompleto

() Ensino Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino Superior incompleto

() Ensino Superior completo

() Pós-Graduação incompleto

() Pós-Graduação completo

4. De acordo com sua resposta à pergunta anterior, informe o ano/série ou curso de formação:

5. Município de residência: _____

6. Dados residenciais:

() Reside individualmente

() Reside com outros familiares

() Outro

7. Caso resida com outras pessoas, especifique o número de pessoas da sua residência e as relações de parentesco entre vocês:

8. Renda individual mensal (opção única)

- Menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 4 salários mínimos
- Mais de 4 salários mínimos

9. Renda familiar mensal (opção única)

- Menos de 1 salário mínimo
- 1 salário mínimo
- Entre 1 e 2 salários mínimos
- Entre 2 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 4 salários mínimos
- Mais de 4 salários mínimos

10. Profissão/ocupação (informe todas as atividades que você considerar como profissão e/ou ocupação):

11. Participa de algum programa social de transferência de renda (Bolsa Família, Auxílio Gás etc.)?

- Sim
- Não

12. Em caso resposta "sim" à pergunta anterior, qual programa?

13. Desenvolve atividades coletivas na comunidade ou fora dela? (múltipla escolha)

- É membro de associação
- É membro de cooperativa
- É membro de algum conselho municipal
- É membro de grupo religioso
- É membro de grupo de jovens
- É membro de grupo de mulheres
- É membro de grupo de idosos
- Não se aplica

14. Qual o nome da sua comunidade?

15. Qual a distância entre a sua comunidade e o centro/sede do município? (estimativa)

16. Qual operadora telefônica funciona na sua comunidade?

17. Existe sinal 4G em sua comunidade?

- Sim
- Não
- Outro. Qual? _____

18. Você possui plano de telefonia móvel você possui?

- Sim
- Não

19. Se sim, qual plano de telefonia móvel você possui?

- Pré-pago
- Controle
- Pós-pago
- Outro. Qual? _____

20. Você considera o valor para a contratação do serviço de telefonia móvel acessível para sua renda?

- Sim
- Não

21. Existe provedor de internet que oferece serviço na sua comunidade?

- Sim
- Não

22. Você tem Wi-Fi em sua residência?

- Sim
- Não

23. Se a resposta à pergunta anterior for positiva, há quanto tempo possui Wi-Fi?

- Possui há mais de um ano
- Possui e contratei durante a pandemia de Covid-19 (2020-2022)
- Possui há mais de 5 anos
- Possui há mais de 10 anos
- Outro: _____

24. Qual o preço médio para a contratação do serviço de Wi-Fi na sua comunidade?

25. Você considera o valor para a contratação do serviço de Wi-Fi acessível para sua renda?

- Sim
- Não

26. Como você considera o acesso à internet na sua comunidade?

- Ruim
- Razoável
- Bom
- Excelente

27. Se você considera o serviço ruim, qual o motivo? (múltipla escolha)

- Preço elevado
 - Internet oscila e não está sempre disponível
 - Poucas empresas oferecem o serviço
 - Outro. Qual?
-

28. Você considera que há diferença no preço e na qualidade da internet oferecida na sua comunidade em relação à cidade? Se considera, quais as razões?

(múltipla escolha)

- Preço mais elevado na minha comunidade em relação ao centro da cidade
 - Qualidade inferior na minha comunidade em relação ao centro da cidade
 - Poucas opções de serviço
 - Outro. Qual?
-

29. Você percebe que há diferença no uso da internet entre homens e mulheres?

- Sim
- Não

30. Na sua opinião, quem mais acessa a internet na sua comunidade?

- Homens jovens
- Mulheres jovens
- Homens adultos
- Mulheres adultas
- Homens idosos
- Mulheres idosas

31. Quais meios de comunicação que utiliza para obter informações?

- Rádio
- Televisão
- Internet
- Outro. Qual? _____

32. Como você acessa a internet?

- Uso o celular próprio
- Uso celular de um/uma familiar
- Uso computador desktop
- Uso notebook
- Outro

33. Onde você acessa a internet? (múltipla escolha)

- Casa
 - Trabalho
 - Escola
 - Outro. Qual?
-

34. Com que frequência você acessa a internet?

- Diariamente
- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Outro

35. Quais dispositivos você tem em casa?

- Computador desktop
 - Notebook
 - Celular/smartphone
 - Tablet
 - Outro. Qual?
-

36. Qual você mais utiliza?

- Computador desktop
 - Notebook
 - Celular/smartphone
 - Tablet
 - Outro. Qual?
-

37. Como você avalia seu uso dos dispositivos?

- Ruim
- Razoável
- Bom
- Excelente

38. Há quanto tempo você possui celular/smartphone?

39. Tem e-mail pessoal?

- Sim
- Não

40. Possui conta em alguma rede/mídia social digital? (múltipla escolha)

- Facebook
- Instagram
- Twitter/X
- WhatsApp pessoal
- WhatsApp comercial
- Tik Tok
- YouTube
- Kwai
- Outro
- Não possui

41. Quais dessas redes sociais, você mais utiliza? Cite duas.

- Facebook
- Instagram
- Twitter/X
- WhatsApp pessoal
- WhatsApp comercial
- Tik Tok
- YouTube
- Kwai
- Outro

42. Qual a sua frequência de acesso às redes sociais?

- Diariamente
- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Outro

43. Se sua resposta à pergunta anterior tiver sido "diariamente", quanto tempo da sua rotina diária você dedica às redes sociais?

- 1 hora
- Entre 1 hora e 3 horas
- Mais de 3 horas

44. Você aprendeu a usar as redes sociais sozinha?

- Sim
- Não

45. Como você avalia seu uso das redes sociais?

- Ruim
- Razoável
- Bom
- Excelente

46. Qual é a finalidade uso das Redes Sociais? (múltipla escolha)

- Lazer, entretenimento
- Leitura de notícias
- Envio e recebimento de notícias
- Comunicação com familiares e amigos
- Relações de trabalho
- Compra/venda
- Participação em grupos/debates
- Produção de conteúdo (fotos, vídeos, textos)
- Outro

47. Você utiliza a internet para acessar políticas públicas?

- Sim
- Não

48. Caso utilize, quais programas você acessa pela internet?

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
- Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)
- Programa Minas Casa Minha Vida
- Sistema de Garantias de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF)
- Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)
- Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)
- Programa de Valorização da Agricultura Familiar (PVAF)
- Sistema Único de Saúde (SUS)

49. Como você avalia seu acesso aos programas ou políticas pela internet?

- Ruim
- Razoável
- Bom
- Excelente

50. Você aceitaria participar da segunda etapa desta pesquisa, quando serão realizadas entrevistas em profundidade sobre o tema?

- Sim
- Não
- Talvez

Se aceita, poderia compartilhar seu contato para agendamento da entrevista?

Obrigado pela participação!

ROTEIRO

Roteiro para entrevista em profundidade da pesquisa Mulheres rurais e acesso às TIC: a relação entre desconexão e violação de direitos na Zona da Mata de Minas Gerais

Responsáveis: Jonathan Fagundes da Silva (doutorando) e Ivonete da Silva Lopes (professora orientadora)

Identificação

Nome completo:

Telefone:

E-mail:

Data de nascimento:

Idade:

Classificação racial: () Branca () Parda () Preta () Amarela () Indígena

Lembretes:

- Agradecer a atenção e falar sobre o objetivo da pesquisa.
- Lembrar de pedir a autorização para dar entrevista
- Usar os dados obtidos no questionário para a entrevista

Introdução

1. Como as tecnologias, de forma geral, estão presentes em sua vida?
2. Quais tipos de aparelhos vocês tem na sua casa para obter alguma informação ou se comunicar com as pessoas?
3. Você tem telefone celular? Como que ele está presente no seu cotidiano? Como você usa o aparelho?
4. Você tem computador? Como que é sua relação com ele? Como você utiliza?

Acesso à Internet

1. Como você faz para acessar a internet em sua casa?
2. Como é a infraestrutura de telecomunicações da sua comunidade (sinal de telefonia móvel, televisão, rádio etc.)?
3. Em relação aos seus vizinhos/amigos, eles acessam à internet da mesma forma que você?
4. Quais as estratégias você já teve que desenvolver para acessar a internet?
5. Quais as dificuldades que você enfrenta para acessar a internet?
6. Você e sua família precisou se organizar de alguma forma para acessar a internet durante a pandemia de Covid-19? Como foi?
7. A falta ou a baixa qualidade da internet afeta sua vida de que forma?

Conectividade

1. Como você faz para acessar a internet em sua casa?
2. Na sua comunidade tem acesso à internet?

3. O que você acha sobre os valores dos dispositivos utilizados para acessar à internet?
4. O que você utiliza mais Wi-Fi ou 4G?
5. O que você acha dos valores praticados pelas prestadoras do serviço de internet?
6. Você usa a internet com que frequência? Caso não use, tem algum motivo específico?
7. Quais as atividades que você realiza com a internet? Ela está presente de que forma na sua vida, em quais afazeres?

Tecnologias de Informação e Comunicação

1. Quem comprou o primeiro celular ou computador na sua casa? Como foi?
2. Qual dispositivo tecnológico você mais utiliza (telefone celular, computador, tablet...)? Tem algum motivo específico?
3. Você considera esses aparelhos fáceis de serem utilizados?
4. Qual a sua maior dificuldade para utilizar as tecnologias de informação e comunicação?
5. Você tem essa mesma dificuldade com outras tecnologias (televisão, rádio, trator)?
6. A que você atribui a sua dificuldade de utilizar as tecnologias de informação e comunicação?

Gênero

1. Você considera que homens e mulheres utilizam as tecnologias digitais da mesma forma?
2. Há alguma diferença significativa entre a forma como você e os homens da sua comunidade utilizam as TIC? Pode dar exemplos específicos?
3. Você acha que isso tem alguma relação com as atribuições designadas aos homens e as que são atribuídas às mulheres? Pode dar exemplos?
4. Você percebe alguma diferença de uso entre homens e mulheres relacionados a outros equipamentos e tecnologias?

Trabalho e Renda

1. Quais funções e ocupações você desenvolve no seu cotidiano?
2. Você sente algum tipo de sobrecarga ao realizar esses trabalhos?
3. As tarefas na sua casa são divididas com seus filhos/as e cônjuge?
4. Como você obtém sua renda e quais são as prioridades de gasto que você possui?
5. Você utiliza a internet e as redes para realizar alguma atividade comercial?
6. Caso comercialize produtos online, me conte como foi que começou e quais as dificuldades já enfrentadas.
7. Você já utilizou as tecnologias digitais para aprender alguma profissão ou confeccionar algum produto para ser comercializado?

8. Você já perdeu alguma oportunidade de emprego por falta de domínio de habilidades digitais ou falta de acesso à internet?
9. Você tem tempo para fazer atividades de lazer?

Educação

1. Você acha que a formação educacional básica influencia na forma como você utiliza as tecnologias de informação e comunicação?
2. Quais habilidades você acha importante para utilização das tecnologias?
3. Você utiliza as tecnologias para estudar ou aprender coisas novas? Como é esse uso?
4. Quais redes sociais você mais utiliza para aprender conteúdos novos?
5. Em algum momento você foi estimulado na escola ou faculdade para utilizar as TIC? Como foi?
6. Você já perdeu alguma oportunidade de estudo por conta da falta de acesso às TIC e a internet?
7. Você acha que estudantes que moram em áreas rurais utilizam as TIC da mesma forma que os residentes em área urbana? Quais são as diferenças?

Raça

1. Quais desafios específicos você enfrenta ao usar as TIC que podem estar relacionados à sua identidade racial e ao fato de ser uma mulher rural?

Faixa etária

1. Como você avalia o uso que você faz das pessoas mais jovens e mais velhas? Você vê alguma diferença nos usos das TIC? Poderia dar exemplos?
2. Você sabe utilizar quais recursos do seu telefone celular e computador?
3. Quais as dificuldades você enfrenta para utilizar as TIC?
4. O que você acha que causa essas dificuldades no uso das TIC?
5. Você já deixou de fazer alguma coisa porque não conseguia utilizar a TIC ou acessar à internet? Poderia me dar exemplos?

Exclusão Digital

1. Você participa de algum grupo em redes sociais?
2. Como você utiliza a rede social para manter contato com as amigos e familiares?
3. Quais são as dificuldades você enfrenta para acessar políticas públicas através das TIC?
4. Você acha que a falta de internet e acesso às TIC te impede de acessar outros direitos como educação, saúde etc?
5. Quais tipos de capacitação ou apoio você recebeu para usar as TIC? Existe alguma diferença na oferta de capacitação para homens e mulheres na sua comunidade?
6. Você vê alguma oportunidade de melhoria ou inovação no uso das TIC que poderia beneficiar mais as mulheres na sua comunidade? O que você sugeriria?